

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

**COOPERAÇÃO INTERORGANIZACIONAL E REDES SOCIAIS: um estudo de
quatro redes centradas em Belo Horizonte**

Lena de Lacerda Godinho

Belo Horizonte

2007

Lena de Lacerda Godinho

**COOPERAÇÃO INTERORGANIZACIONAL E REDES SOCIAIS: um estudo de
quatro redes centradas em Belo Horizonte**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC Minas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Aurélio Pimenta de Faria

**Belo Horizonte
2007**

FICHA CATALOGRÁFICA
Elaborada pela Biblioteca da
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

G585c Godinho, Lena de Lacerda.
Cooperação interorganizacional e redes sociais: um estudo de quatro redes
centradas em Belo Horizonte / Lena de Lacerda Godinho. Belo Horizonte,
2007.
132f.

Orientador: Carlos Aurélio Pimenta de Faria
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.
Bibliografia.

1. Cooperação. 2. Redes sociais. 3. Movimentos sociais. 4. Sociedade
civil. I. Faria, Carlos Aurélio Pimenta de. II. Pontifícia Universidade Católica
de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDU: 301.162.1

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aos meus pais, fonte inspiradora de cada palavra aqui escrita: em seus passados, a inspiração para investigar; no presente, o apoio para concretizar; em nossos futuros, certeza que vamos chegar lá, porque grandes histórias, pai, como você bem sabe, são frutos de grandes desafios e pequenas e cotidianas vitórias. E que, às vezes, só o que importa somos nós mesmos, e que isso é natural. Amo Vocês!!

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos aos colegas de trabalho da Pró-reitoria de Extensão da PUC Minas, à Professora Vera Victor e em especial aos amigos do Observatório de Políticas Urbanas dessa Pró-reitoria: Circlaine, Naiane, Professor Libério, Cristiane, Christina, Camila, Rogê, Carlos, Túlio, Samuel, Mônica, Marinella, Sena, Maria Tereza, Victor, Sandra, e a todos os bolsistas que estiveram conosco em nossas atividades, em especial à Grazi pelo grande apoio nos trabalhos de campo.

Aos amigos, meu agradecimento e minhas desculpas pela ausência. Vocês todos foram e constituem peças importantíssimas deste momento e dessa nova fase, que por certo virá. Em especial, agradeço aos amigos de toda hora: Orlando, Clarice, Elisângela, Pitanga, Alex, Mila, Renato, Venina, JC, Régis, Virgílio, Carlota, Timó, Rafael, Almir, Adolfo e Nanda. Aos meus dois refúgios preferidos, cheios de amigos: Fabiana, Evando, Isadora e Nicolas; e Dirceu e Regina!

Quanto à família, todo o meu reconhecimento de que, sem vocês, todas as coisas seriam praticamente impossíveis; mais que ninguém, todos vocês sabem as circunstâncias que envolveram o presente mestrado e, mais que isso, fizeram de tudo para ele chegar até o fim. Em especial, agradeço a minha vó, Dona Carminha e a seu João, meu avô, que, mesmo distante, sempre foi a mola propulsora para esse tipo de investimento intelectual. À Tia Dica. Aos meus irmãos Bruno e Zé, à Marcele e, principalmente, a meu sobrinho, que mesmo diante de minha distância soube mostrar, como ninguém, que o valor de certos laços não podem ser quebrados: obrigada, Dudu. À Zizi e à Simone, pelo companheirismo e a incansável presença nos momentos difíceis e pela agradável conversa nos momentos mais tranquilos. À Fátima, pelo exemplo e pela força. Finalmente, aos meus dois irmãos, conquistados nos caminhos que envolveram este mestrado e minha vida nos últimos anos, minha gratidão, meu afeto, minha fidelidade e cumplicidade, enfim, meu reconhecimento de que, sem vocês, tudo seria muito mais difícil: Carla e Renato!!!

Ao mais que orientador, ao meu amigo Carlos Aurélio, mais que ninguém o responsável por esta chegada à reta final. Carlos, obrigada pela orientação, instrução, dedicação, paciência, amizade, compreensão e força. Não tenho dúvida de que seu papel ultrapassou, em muito, o aspecto da orientação. Sua confiança venceu minha insegurança e desânimo em relação à sua certeza de que terminar seria possível.

Aos meus pais, Renato e Lena, para quem não usarei muitas palavras, pelo simples fato de que não há nada que possa expressar o que significa tê-los ao meu lado. Obrigada por tudo, mas principalmente pelo exemplo, pela força e pelo apoio em qualquer circunstância.

Patrícia, a você, irmã, é praticamente impossível agradecer. Na verdade, isso não tem lógica, uma vez que nada que eu diga explicaria sua importância “inquestionável” em todas as facetas da minha vida, inclusive a profissional. Em suma, a você mais que agradeço; com você compartilho mais este momento!

RESUMO

Esta dissertação configura-se como um estudo de caso da pesquisa *Mapeamento e Caracterização do Associativismo Civil em Belo Horizonte*, realizada pelo Observatório de Políticas Urbanas – PROEX/PUC Minas, integrante da Rede Nacional Observatório das Metrôpoles/Instituto do Milênio - Núcleo Minas Gerais. Com intuito de verificar os limites e as possibilidades da ação cooperada entre organizações da sociedade civil, têm-se como objeto de estudo desta dissertação as redes sociais centradas em Belo Horizonte. Entre os resultados, ressalta-se a importância dessas redes como agentes efetivos de integração e atuação da sociedade, mas ficam claros os desafios, os problemas e as fragilidades dos movimentos sociais e das contemporâneas formas de organização quando buscam a cooperação interorganizacional.

Palavras-chave: Cooperação, Redes Sociais, Movimentos Sociais, Sociedade Civil

ABSTRACT

This dissertation is configured as a study of cases from Mapping and Characterization of Belo Horizonte Civil Associating research, carried through by Urban Politics Observatory - PROEX/PUC Minas, an integrant of Urban Politics Observatory National Net /Millennium Institute - Minas Gerais Nucleus. Intending to verify the limits and the possibilities of cooperated action between civil society organizations, this dissertation has as object of studying the social nets centered in Belo Horizonte. Between the results, is standed out the importance of these nets as integration and action effective agents of the society, but are clear the challenges, the problems and the fragilities of the social movements and of the contemporaries forms of organization in the seek of interorganizational cooperation.

Key-words: Cooperation; social nets, social moviments, civil society

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características das Redes Sociais.....	55
Quadro 2 – Caracterização das redes sociais por variáveis de análise	63
Quadro 3 - Classificação das 4 redes estudadas, segundo quadro 2.....	110

LISTA DE SIGLAS

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ANSUR – Articulação Nacional pelo Solo Urbano
CEBs – Comunidade Eclesiais de Base
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COOPERAPIC – Cooperativa de Associações de Promoção à Cidadania
FAMEMG – Federação de Associações de Moradores de Minas Gerais
FDDCA – Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
FMRU – Fórum Mineiro de Reforma Urbana
MLPC - Movimento de Luta Pró-creche
MOM – Movimentos de Moradia
MS – Movimentos Sociais
ONGs – Organizações- Não- Governamentais
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
REBRAf – Rede Brasileira de Entidades Assistenciais Filantrópicas

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO-----	12
2.	MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: EVOLUÇÃO HISTÓRICA, DIVERSIFICAÇÃO E DILEMAS CONTEMPORÂNEOS-----	15
2.1	Movimentos Sociais no Brasil: um breve histórico -----	17
2.2	Movimentos Populares nos anos 90: os movimentos sociais, redes e afins -----	24
3.	AS REDES DE COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DA SOCIEDADE CIVIL-----	37
3.1	Por que cooperar? Uma análise acerca da necessidade de cooperação entre entidades da sociedade civil-----	37
3.2	Redes sociais: cooperação para a viabilidade da provisão do bem-estar social e das conquistas relativas à regulação das dinâmicas sociais -----	46
3.2.1	<i>Redes sociais: variáveis de análise, caracterização e tipos</i> -----	50
4.	REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS CENTRADAS EM BH -----	64
4.1	Metodologia do trabalho de campo-----	64
4.2	As redes selecionadas: -----	68
4.2.1	Federação de Associações de Moradores de Minas Gerais - FAMEMG -----	68
4.2.2	Movimento de Luta Pró-Creche - MLPC-----	82
4.2.3	Fórum Mineiro de Reforma Urbana - FMRU-----	90
4.2.4	Frente de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes - FDDCA-----	100
4.3	Influência da evolução tecnológica e dos empreendedores sociais na formação e manutenção das redes -----	118
	CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	121
	REFERÊNCIAS -----	123

1. INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 tiveram importante papel na ampliação dos espaços democráticos de participação popular, além de terem promovido a ascensão de temas ligados à igualdade racial, de gênero, defesa do meio ambiente, direitos humanos, entre vários outros. Nessa época, e em consequência de grandes articulações entre a sociedade civil organizada e importantes instituições, os movimentos sociais ganham grande espaço na sociedade e também no escopo analítico da academia. Os movimentos sociais investiram-se de grande carga de confiança em relação a seu poder transformador do complexo e grave contexto social, assim como representaram importante papel no processo de reabertura política pós regime militar.

No entanto, os anos 1990 são marcados por acentuada queda na produção acadêmica sobre os movimentos sociais, vinculada, por parte dos analistas, a uma queda na capacidade associativa da sociedade civil. As hipóteses giram em torno de dois fatos: primeiro, o de haverem os movimentos perdido sua força diante de um tecido social desgastado por um clima de desmobilização diante do agravamento da crise brasileira, principalmente econômica, e com um consequente aumento dos problemas sociais, a exemplo da violência e do desemprego; segundo, o de terem os movimentos se dispersado e perdido boa parte de sua visibilidade, em decorrência da própria redemocratização ou da conquista de canais oficiais de participação popular e exigibilidade de demandas.

De outra parte, outra linha de investigação defende a hipótese de que os movimentos sociais não perderam sua força, mas reconfiguraram-se e passaram a atuar em novo formato. Dos anos 1990 em diante, a cooperação da sociedade civil em redes sociais constituiria o formato principal dos movimentos sociais e também das demais organizações da sociedade civil.

Partindo desse enfoque, o presente trabalho pretende analisar questões referentes à compreensão empírica dos processos associativos em curso, principalmente os alcances, entraves e limitações das novas formas de interação dos diversos atores da sociedade civil. Além disso, pretende compreender as consequências para os movimentos sociais, que até então centralizavam nas ações populares essas mudanças verificadas nas formas de interação dessa sociedade civil.

É vislumbrando a cooperação entre a sociedade civil como um incremento dessas

novas formas de interação (como uma alternativa para o fortalecimento da participação popular no planejamento, gestão e controle do papel do Estado, como forma de compensar a incapacidade estatal de prover os bens e serviços sociais, e como forma de obter resultados nas áreas ambiental, da cultura, dos direitos humanos, entre outras), o presente trabalho pretende discutir a cooperação entre entidades da sociedade civil.

Quanto aos objetivos principais desta dissertação, serão três os pontos analisados: primeiro, os tipos de cooperação, com ênfase nas redes sociais, a fim de apresentar os motivos que levaram a sociedade civil a entender que a cooperação interorganizacional seria uma importante ferramenta para aumentar seu potencial de conquistas e sua influência nos canais de participação popular, bem como compreender as diferentes propostas relativas à caracterização das redes sociais, considerando-se estas como o meio mais eficaz de cooperação entre as entidades da sociedade civil.

O segundo ponto consiste em analisar a influência dos empreendedores sociais¹, da questão temática e da tecnologia da informação na efetivação da cooperação. A questão é analisar em que medida as redes sociais se articulam, de preferência em função de determinadas características, chegando mesmo a ver sua existência condicionada a determinado fator, tal como a presença desses empreendedores sociais, que assumem considerável centralidade na rede.

A última análise levará em conta a forma pela qual se apresentam os movimentos sociais contemporâneos diante da tendência cooperativa entre a diversidade de atores da sociedade civil do século XXI. Atentará para a expressiva proliferação de movimentos e organizações da sociedade civil, nas décadas de 1980 e início dos anos 1990 até os dias de hoje, a maneira como podemos analisar a reorganização dos movimentos no presente século e como a tendência de formação de redes sociais, enquanto forma de participação social, foi absorvida pelos tradicionais movimentos das épocas passadas, a exemplo dos relacionados à

¹ Nesta dissertação, o termo “empreendedor social” deve ser compreendido, segundo Mintrom (1997) como indivíduos que podem oferecer importantes “*insights*” relativos às inovações nas dinâmicas políticas. Eles constituem uma classe de atores políticos que podem ser claramente identificados, uma vez que sua presença pode aumentar as possibilidades de ocorrência de inovações nas interações sociais e políticas. São pessoas, segundo o autor, que buscam implementar mudanças nas dinâmicas dessas esferas. Usam sua capacidade de identificação de problemas, seu acesso às várias redes, sua capacidade para propor e encaminhar debates e construir coalizões, tudo isso no desenvolvimento das suas atividades sociais. São capazes de despender muito de seu tempo em função dessas dinâmicas e para as redes sociais. Além disso, essas atividades ajudam no incremento diário da sua capacidade articuladora e mobilizadora. Soma-se isso a sua relevante capacidade de difusão de informação, já que tem sua rede de relações bastante ampliada. Em suma, por suas características, por sua energia, por sua capacidade, o empreendedor social é uma figura rara e que se destaca facilmente entre os atores sociais. Neste trabalho usamos estes dois termos – atores e empreendedores sociais - como forma de destacar atores que de alguma forma “também” participam das dinâmicas sociais e políticas, mas não devem ser confundidos com os empreendedores sociais (MINTROM, 1997).

habitação ou reforma urbana.

De início, com o objetivo de discutir o conceito e traçar um breve histórico dos movimentos sociais no Brasil, o capítulo 1 procura entender o desenvolvimento e as transformações ocorridas nos movimentos sociais em função das novas tendências verificadas na atualidade, ou seja, principalmente a formação de redes sociais amplas e compostas por uma diversidade de atores, até mesmo de outras esferas que não a sociedade civil.

No capítulo 2, pretende-se a caracterização dessas redes tendo em vista uma definição de tipos ideais das formas de cooperação nas redes sociais e suas respectivas características. Isso inclui a discussão sobre os motivos que levam à cooperação entre diferentes atores, de diferentes esferas e em diversos formatos. Tal discussão permitirá as análises contidas no capítulo 3, onde quatro redes sociais centradas em Belo horizonte (Federação de Associações de Moradores de Minas Gerais – FAMEMG, Movimento de Luta Pró-Creche – MLPC, Fórum Mineiro de Reforma Urbana – FMRU, e Frente de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente - FDDCA) servem como objeto empírico de investigação sobre o tema.

Por fim, tem-se o capítulo das considerações finais, propondo uma contribuição para se entender a reconfiguração dos movimentos sociais em redes. Além disso, espera-se elucidar questões relativas ao papel dos empreendedores sociais para as redes, dos diferentes temas priorizados e dos diferentes graus de conectividade entre atores sociais nos processos de formação e manutenção das redes. Estas questões referem-se à análise da influência, ou mesmo dependência, das redes sociais em relação aos empreendedores sociais para a criação e manutenção de uma rede social. Quanto ao tema e a conectividade, as considerações atentam para em que medida as redes se formariam como consequência da evolução tecnológica, e como o tipo de tema a que se refere determinada rede pode causar impactos na forma como essa rede se constitui e como atua.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: EVOLUÇÃO HISTÓRICA, DIVERSIFICAÇÃO E DILEMAS CONTEMPORÂNEOS

O termo “movimento social”, segundo Renon (1996), teria sido criado por volta de 1850 para designar as formas de participação popular organizada na época, como o movimento operário europeu. Embora identificado por vários teóricos sociais como uma espécie de ação coletiva intimamente ligada à mudança social e que contribuiu para a construção de várias características da sociedade contemporânea, uma análise mais profunda, no entanto, mostra a existência de diversas abordagens para a tentativa de compreensão do fenômeno. Muito da diversidade na conceitualização do termo se deve, provavelmente, ao grande número de fenômenos empíricos a que essa noção se aplica. As teorias mais aplicadas, nesse esforço de compreensão do fenômeno, são o neomarxismo, o interacionismo, o estrutural-funcionalismo, a mobilização de recursos, a dos novos movimentos sociais e a sociologia de ação. Visando a indicar as várias formas de compreender o fenômeno “movimento social”, veremos a seguir, uma breve explicação de cada uma dessas abordagens.

Para os neomarxistas, a teoria marxista representa a base para que se entenda o movimento social como resultado da contradição estrutural central entre trabalho e capital, na qual o principal agente dos movimentos sociais é definido por essa contradição histórica fundamental. Já os interacionistas afirmam que os movimentos surgem de situações não estruturadas, constituindo a expressão de reconstruções coletivas para estabelecer uma nova ordem de vida. Enfatizam os aspectos sociopsicológicos da ação coletiva, tais como emoção e solidariedade, ao mesmo tempo em que atribuem o surgimento dos movimentos sociais a processos de desenvolvimento de relações e interações sociais.

Ainda segundo Renon (1996), no estrutural-funcionalismo três variantes podem se distinguir no estudo dos movimentos sociais: *as teorias de massa da sociedade*, segundo as quais o indivíduo se mostra livre e disposto a participar de novos grupos sociais, tais como os movimentos; *as teorias da tensão estrutural*, defensoras de que diversos aspectos (não correspondência entre valores e práticas da sociedade, bloqueio do funcionamento institucional, entre outros) podem colocar o sistema social em desequilíbrio e provocar tensões estruturais que poderiam vir a deflagrar movimentos sociais; e *as teorias da privação relativa*, segundo as quais a melhoria das condições econômicas e políticas redundariam no

aparecimento dos movimentos, uma vez que tais mudanças evidenciam a insatisfação e a frustração que podem emergir quando a realidade não acompanha as expectativas.

Já a abordagem da mobilização de recursos tem como pressuposto que a organização dos movimentos sociais se dá a partir de uma atividade organizacional consciente. Eles se explicam em termos de oportunidades, estratégias, modos de comunicação e competições com grupos e autoridades que possuem interesses opostos. Essa abordagem considera que os movimentos operam numa lógica estratégico-instrumental, de avaliação dos custos-benefícios, e que buscam seus objetivos racionalmente. Importante ressaltar que rejeitam a idéia de que os movimentos sociais possam se explicar em função de tensões ou descontentamentos. Ao contrário, são os movimentos que colocam em evidência a tensão e o descontentamento.

Em relação à abordagem dos novos movimentos sociais, o termo “novo” se referiria a uma tomada de consciência de que os movimentos sociais revelam capacidade de produzir novos significados e novas formas de vida e ação social. Os novos movimentos sociais colocam em questão a validade de padrões existentes no mundo da vida, assim como podem, enquanto movimentos defensivos, criar resistência à interferência de mecanismos de racionalização, econômicos e políticos nos processos de comunicação.

Por último, tem-se a sociologia da ação, segundo a qual os movimentos são entendidos como agentes sociais envolvidos em um conflito pelo controle social dos padrões sociais, como o conhecimento, o investimento e a ética. Nessa abordagem percebe-se uma tentativa de diferenciação entre os tipos de movimentos, na qual tem-se a seguinte proposta de análise: movimentos que defendem exigências econômicas atuam em um nível organizacional; movimentos que defendem as minorias agem em um nível político; o sistema de ação histórica, em que os movimentos agem tanto contestando quanto criando padrões culturais.

São estas, enfim, as principais abordagens utilizadas no estudo dos movimentos sociais. Ressaltando o que foi dito inicialmente, a diversidade de formatos encontrados na realidade empírica explica, em boa medida, a diversidade de análises encontradas. No Brasil não é diferente, e a diversidade empírica configura um cenário de grande complexidade na compreensão e definição dos movimentos sociais. Além disso, uma nova tarefa vem se mostrando igualmente complexa: compreender as dinâmicas que hoje configuram a atuação dos movimentos sociais em um novo cenário social, econômico e político, contemporâneo e principalmente globalizado. Se parte da literatura mostra que os movimentos tiveram importante centralidade e relevância na configuração do cenário contemporâneo, as novas

abordagens buscam compreender como eles atuam agora. Desses novos esforços teóricos vem emergindo, com relevância, o estudo das redes sociais, configurando o novo formato de participação da sociedade civil, o que inclui os movimentos sociais.

No Brasil, houve uma valorização dos movimentos sociais enquanto representantes da sociedade civil, após a ditadura militar, ao mesmo tempo em que a ciências sociais iniciaram suas investigações no sentido de desvendar seu “poder” nos processos de reconstrução de uma sociedade política pós anos de 1970 e, também, enquanto atores relevantes no processo de ampliação dos espaços políticos de participação popular e de busca por igualdade de direitos. No entanto, os anos de 1990 ficaram marcados pela reconfiguração e surgimento de novas formas de organização da sociedade civil. As articulações em rede vêm se destacando como tendência organizativa dos movimentos sociais, indicadora de uma atuação que vem se consolidando nas últimas décadas do século XX.

Em síntese, neste capítulo trataremos, inicialmente, do percurso desses movimentos no Brasil até a década de 1990 para, em seguida, discutir-se a situação dos movimentos sociais na contemporaneidade, quando a cooperação e articulação entre os diversos segmentos da sociedade civil se tornariam uma das condições para a atuação nas esferas econômica, política e social. Em suma, o objetivo central agora é traçar de forma sucinta a trajetória dos movimentos sociais no Brasil e como o novo cenário do presente século impôs uma readaptação dos movimentos e de sua forma de atuar.

2.1 Movimentos Sociais no Brasil: um breve histórico

Uma parte considerável da literatura sobre participação popular na década de 1980 utiliza a expressão “Movimentos Sociais” (MS) para nomear as ações desenvolvidas pela sociedade civil, visando a mudanças sociais mais amplas ou mesmo conquistas mais objetivas e pontuais de uma comunidade.

Foi na segunda metade do século XX que os movimentos sociais proliferaram no Brasil e que as experiências participativas, não oriundas das relações produtivas ou não inscritas no universo operário sindical, foram, inicialmente, concebidas pela literatura acadêmica como movimentos sociais urbanos, depois movimentos urbanos, como movimentos de reivindicação urbana, ou mesmo como lutas urbanas. Ao mesmo tempo, o

termo “popular” disseminou-se, e novas denominações foram surgindo: movimentos sociais populares, movimentos populares urbanos, movimentos populares ou Movimento Popular, esse último o mais tradicional.

O “fôlego movimentalista” dos anos de 1970 não teria se desenvolvido em torno de questões ligadas à ameaça do descaso ambiental ou a questões de igualdade de gênero. A maioria dos movimentos incidiu sobre os problemas relativos ao não-atendimento de demandas da população relacionadas à sobrevivência imediata do homem. Mesmo assim, a reflexão teórica sobre o assunto – movimentos sociais – gerou polaridades interpretativas.

As duas linhas teóricas principais que embasaram os estudos dos movimentos sociais pós anos 1970 - estrutural-autonomista e cultural-autonomista -, embora divergissem em alguns ângulos, situavam-se ambas no universo marxista e trabalhavam com a hipótese de que os movimentos sociais teriam porte de “sujeitos capazes de provocar a ruptura da estrutura capitalista, por sua promessa de ‘democracia de base’ ou ‘direta’, de ‘autonomia’ em relação ao Estado e de ‘independência’ em relação aos partidos políticos”. (DOIMO, 1995, p.48)

A recusa de uma maior institucionalização por parte de alguns movimentos sociais ocorreu em face da denegação não só do Estado, como também dos partidos políticos², que deixaram de constituir o canal principal de influência nas questões do Estado, cedendo esse tipo de espaço também aos movimentos sociais. Nesse contexto, nos anos 1970/80, os movimentos sociais se afirmaram como uma alternativa de participação política. Segundo Boschi:

A novidade dos “novos movimentos” reside, entre outras coisas, em seu desafio aos canais institucionais de acesso ao Estado e sobretudo ao monopólio dos partidos e sindicatos como formatos básicos de participação política. (...) Nesse sentido os novos movimentos não excluem necessariamente os partidos e sindicatos, mas são formas complementares de ação política e afirmação de sujeitos coletivos em contextos democráticos. (BOSCHI, 1987, p. 38)

Por outro lado, a denegação do Estado, essa estrutura estável, por mais opressivo que fosse o ambiente institucional dominante, fornecia as condições para a emergência dos movimentos sociais enquanto espaço de debate e busca por mudanças. O Estado foi um dos elementos, no ambiente institucional, alvo de contestação e a agência de controle social. Como se sabe, o “confronto” com o Estado e, como consequência, a construção de espaços

² Até início dos anos 60, os sindicatos e partidos políticos de orientação socialista e comunista representaram a forma mais acabada dos movimentos sociais. O que fugisse a esse raio de ação não representaria o verdadeiro movimento social.

mais abertos à discussão, ao conflito por interesses sub-representados até então, foi fundamental no processo de democratização nas nações novas.

(...) os movimentos emergiram na ausência de condições que favorecessem um espectro amplo de representação dos interesses de segmentos marginalizados da sociedade ou de identidades reprimidas. Em outro nível, as antigas estruturas já não seriam mais satisfatórias para um encaminhamento eficaz das demandas. Tal situação levaria à busca de canais paralelos ou alternativos de acesso ao Estado. (BOSCHI, 1987, p. 33-34)

No entanto, a democratização dos espaços de participação política e social, com os movimentos sociais, tendo podido de fato promover alguma democracia interna, não significou, obrigatoriamente, a democratização das instituições políticas.

Nesse sentido, a terceira matriz interpretativa ganha força na análise dos movimentos sociais pós anos 1970: o enfoque institucional. Este aventa a hipótese de que não haveria ações anti-Estado ou contra-Estado, por parte dos movimentos sociais, mas sim um dinâmico quadro de demandas, recusas, alianças, pactos e conflitos internos, nos quais o Estado podia se mostrar amigo ou inimigo, dependendo dos interesses em jogo (binômio autonomia-institucionalização). A novidade dos impulsos movimentalistas, surgidos da sociedade das últimas décadas, reside no fato de se originarem fora da esfera produtiva e dos canais convencionais de mediação política, atuando nos espaços marcados por carências relacionadas ao crescimento e crise do Estado capitalista.

A idéia de “povo como sujeito” foi forte no início dos anos de 1970 até meados de 1980, no discurso de vários atores sociais relevantes, tais como a Igreja Católica (iniciando reformas internas, ante os impactos da modernidade, abrindo-se para novas experiências organizativas e ideológicas), o ecumenismo (disposto a dar sua contribuição para experiências de “desenvolvimento participativo”), parte da intelectualidade acadêmica e agrupamentos da esquerda. Neste período, tornou-se forte a idéia de povo e de participação popular enquanto responsáveis pela produção da transformação social, vinda de baixo para cima. Essa fase foi marcada, também, como o tempo de início das organizações não governamentais (ONGs), identificadas como mais uma forma de participação sociopolítica e, entre seus objetivos, figurava o compromisso com a educação popular e política dos Movimentos Sociais.

Segundo Doimo (1995), apesar da importância dos novos posicionamentos acadêmicos e da influente militância da esquerda no processo de participação popular, a Igreja Católica e o ecumenismo secular impulsionaram mais significativamente a recuperação da capacidade de atuação do povo. A recuperação dessa capacidade e de suas práxis

sociopolíticas mostrou estreita relação com a institucionalidade organizativa, material e simbólica da Igreja Católica, no que tange a formação de um sujeito autônomo.

Somam-se a isso três importantes fatos que tiveram influência na delimitação da posição da Igreja em relação ao “povo como sujeito”: a campanha, em 1973, de esclarecimentos sobre os direitos humanos no Brasil; o documento “Escutai os clamores do meu povo”; e o documento “Marginalização de um povo”, feitos por bispos de Goiás, no Centro-Oeste. Como consequência, instaura-se um clima de “popular-desenvolvimentismo” em que se abandona a idéia de Estado-nação, que seria substituída por metas focadas na organização autônoma da sociedade civil. Neste cenário a Teologia da Libertação se desenvolve e as experiências das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) surgem, ao passo que os tradicionais apostolados e a Ação Católica entram em decadência, atribuindo às CEBs o papel mais destacado no ministério, corroborando a fase de afirmação da “modernizante Igreja Popular”.

Em relação ao movimento ecumênico brasileiro, este foi representado pela Confederação Evangélica do Brasil, de caráter conservador. No entanto, com o surgimento da “responsabilidade social da Igreja” (movimento direcionado para a justiça social), e a despeito de profundos conflitos internos, o movimento ecumênico propiciou o envolvimento de jovens de formação universitária, leigos e pastores, no surgimento de um novo pensamento teológico-sociológico pautado, assim como ocorreu na Igreja Católica, pelos valores do “povo como sujeito”. Ocorriam ações que vinham de oposição ao conservadorismo das estruturas protestantes, tais como reflexões sobre Igreja e sociedade, fé e política, reuniões com acadêmicos, educadores e artistas não cristãos, interação com católicos romanos e produção de material com teor sociológico. Como consequência de conflitos internos entre o tradicionalismo do protestantismo e as ações vanguardistas do movimento ecumênico, acontece o rompimento, tendo o movimento que se desenvolver em “raia própria”: origina-se uma rede de pequenos organismos sociais ligados ao tema da educação popular, assim como as ONGs.

Esse é o cenário verificado entre o início dos anos 1960 até meados de 1970. Tal cenário, como se vê, viria trazer à tona a participação popular nas questões nacionais, bem como a formação de movimentos e organizações de cunho reivindicativo, também dispostos a tomar parte no planejamento e implementação das políticas governamentais, apesar do regime político da época. Ainda, as mudanças econômicas na estrutura produtiva e o aparecimento de novos ideais e objetivos para o indivíduo e para a coletividade influenciaram positivamente a

capacidade associativa da sociedade civil, o que significou a valorização do comportamento organizado.

Na transição do regime autoritário para o Estado de Direito, um processo iniciado na metade dos anos 1970, a considerável variedade de ações sociais (direitos humanos, movimentos urbanos por serviços públicos, a Comunidade Eclesial de Base, movimentos de mulheres, entre vários outros) contribuiu para que a liberalização política pudesse evoluir além dos limites imaginados pelo regime militar.

Esses movimentos (...) ocuparam de forma criativa o escasso espaço público que restou depois que os militares eliminaram ou restringiram duramente os canais de participação e representação existentes. Além disso, foram capazes de criar novos espaços públicos onde os excluídos social, política e culturalmente pudessem reconstruir suas identidades, necessidades, interesses, e desafiar o autoritarismo, na política e na sociedade. (DAGNINO, 1999, p.1)

Assim, as relações e as articulações entre a Igreja Católica, o movimento ecumênico, os intelectuais e a nova esquerda favoreceram o surgimento de um cenário onde a capacidade ativa do povo, dada na metáfora “povo como sujeito de sua própria história”, traduziu-se na instauração de comunidades reivindicativas no espaço urbano e como base para movimentos sociais. Esses que, apesar de parecerem, *a priori*, a síntese de aspirações, interesses e representações de um novo tempo, se caracterizarão como também complexos e fragmentados, como será observado ao longo dos anos de 1975 a 1990. Apesar disso, esses mesmos movimentos também apresentaram certos níveis de regularidade, homogeneidade e continuidade, o que os caracterizou como, também, grandes atores reivindicativos, em conexão com a Igreja Católica, a nova esquerda, ONGs, todos empenhados na chamada “causa popular”.

A conjuntura de transição política, bem como a proposta de reforma partidária iniciada em meados de 1970, além de outros fatores, colaboraram para o recuo no posicionamento vanguardista da Igreja, este como um importante tentáculo de influência, devido a seu grau de institucionalidade e seu já descrito investimento no trabalho social.

A Igreja Católica investiu, e com relativo sucesso, na organização dos moradores em torno da questão habitacional, e é em 1975, - com a criação do Movimento de Defesa do Favelado, com a realização de congressos nacionais anuais a partir de 1981, da diversificação do Movimento de Moradia (MOM) em torno de moradores de cortiços, dos sem-terra, dos mutirões, das ocupações, terminando com o surgimento da União dos Movimentos de Moradia Popular, - que no final da década de 1980 o MOM ganha dimensão nacional. O

Movimento foi apoiado pelas bases que, por um lado, lutavam pela aprovação de um projeto de lei de iniciativa popular para a criação de um Fundo Nacional por Moradia Popular e que, por outro, apresentavam iniciativas visando a alterações na legislação sobre o solo urbano e sobre a moradia popular, através da Articulação Nacional pelo Solo Urbano (ANSUR).

Doimo (1995) ressalta que a carência, por si só, não estimula a experiência do movimentalismo, visto que, nos anos de 1990, a crise ainda perdurava (ou até piorara) e mesmo assim não se viu a mesma capacidade nos movimentos sociais. Ou seja, *“é indubitável que tamanha carência só explodiu no espaço público pela via movimentalista porque havia instituições de peso interessadas neste tipo de participação.”* (DOIMO, 1995, p. 109).

Em suma, a carência, por si só, não explicaria a eclosão dos movimentos sociais e justificaria a participação popular. Os estudos realizados com os principais movimentos indicaram duas evidências: a dependência movimentalista em relação à presença de instituições fortes e com aporte de recursos, financeiros ou não, e uma conseqüente fragilidade dos movimentos diante das relações políticas e dos jogos de interesse estabelecidos por essas instituições.

Vimos então, até aqui, a constatação de que diversas instituições, de diferentes portes e nível de institucionalidade, ou mesmo de diferentes origens, possuíram papel importante na articulação dos movimentos sociais, desde suas ações regionalizadas e pontuais, até sua progressão, em algumas vezes, no âmbito nacional.

As análises indicaram, também, que a negação da institucionalidade, por parte dos movimentos, não significou a não-evolução das conquistas em direção à constituição de canais oficiais de participação. Ao contrário, permitiu “oxigenar” as estruturas políticas, ou seja, além das reivindicações pontuais (posto de saúde, linhas de ônibus, casas, etc.), muito se conquistou em termos de institucionalização de direitos e políticas públicas (seguro desemprego, política de saúde, função social da propriedade, etc.).

Para alguns analistas, *“a ressurreição da sociedade civil”* (DAGNINO, 1999) em geral, e dos movimentos sociais em particular, foi uma força importante na resistência ao autoritarismo e na reconstrução do espaço público, porque assim como a democracia requer um Estado eficiente, ela também necessita de uma sociedade civil pluralizada e organizada que possa controlar o poder do Estado e dar expressão aos interesses populares. Essa compreensão da sociedade civil, e principalmente dos movimentos sociais, valorizou a recusa da política institucional, a autonomia perante o Estado e os partidos políticos, e a ênfase nos mecanismos de democracia direta, de tal forma que, segundo a autora, ficou difícil para os

movimentos sociais a articulação efetiva de suas demandas nas arenas políticas formais estabelecidas pelo regime democrático.

Durante o processo constituinte, um grande contingente de organizações, como Igrejas, ONGs, entidades profissionais, movimentos sociais, entre outras, se constituiu e participou ativamente na elaboração de partes da Constituição de 1988. Nesse sentido, mais uma vez os movimentos populares se viram diante da questão de ser necessário certo grau de institucionalização, dada a exigência do governo da participação de apenas entidades formais na apresentação dessas emendas populares.

(...) sob o senso de autonomia e independência, desenvolveram-se condutas de vinculação partidária e de reivindicação do lado do Estado; e, sob um ethos de recusa à institucionalidade política, alcançou-se a institucionalização de novos direitos de cidadania, o estabelecimento de canais diretos e semidiretos de participação, alterando, pois, o sistema de representação de interesses. (DOIMO, 1995, p. 199)

Uma das conseqüências da trajetória dos movimentos sociais foi o fortalecimento de articulações entre si, que se formaram, articulando e agregando pessoas e movimentos predispostos à participação, o que se mostrou um campo fértil para a disseminação de ONGs.

Essas ONGs funcionaram, assim como os movimentos populares, correndo por fora de canais tradicionais de participação, não se pautando por critérios de representação, além de atuarem em bases diversificadas e indefinidas. Assim, comportaram-se como *redes sociais* que congregaram pessoas para a participação nos movimentos reivindicativos, como parte de valores comuns.

Em suma, os movimentos sociais, à época, eram formados por diversas redes sociais entre pessoas com certa predisposição à participação, e qualificados como autônomos, independentes e de base. Nesse cenário dos fins dos anos 80, então, ativando tais redes, avolumam-se as ONGS, garantindo de certa forma o aporte de recursos (financeiros, novos saberes, comunicação, entre outros).

Nesse sentido, com o processo de abertura política e o surgimento da competição política, essas redes dos movimentos populares foram se dividindo quanto à adoção de modelos formais de organização. As ONGs deram especial força na constituição desses novos formatos, como a “união de associações”, “associação de moradores”, “federação de entidades”, e assim por diante.

Como vimos em toda a trajetória traçada dos movimentos populares entre 1970 e início dos anos 1990, desde sua origem nas reivindicações pontuais, de conquistas mais

imediatas, à passagem por questionamentos mais amplos, envolvendo os direitos básicos, relacionados a questões ideológicas e de regulação, algumas questões aparecem de forma insistente e preponderante. Primeiro, a importância de instituições apoiando os movimentos populares. Por outro lado, temos o constante dilema da institucionalização, renegada por alguns movimentos populares como forma de contrapor-se à organização partidária e governamental.

Finalmente, e diante dos rumos tomados pelo País com a reabertura política e a elaboração da Constituição de 1988, e no cenário da inevitável globalização neoliberal iniciada no século passado, ganham força as redes sociais, intensamente investidas de energia e importância pelas ONGs, que desde antes já influenciavam os movimentos populares. É esse cenário que, além de explicar a formatação dos movimentos sociais nas décadas supramencionadas, também vai justificar os rumos tomados pelos movimentistas nas décadas de 1990 em diante.

2.2 Movimentos Populares nos anos 90: os movimentos sociais, redes e afins

Na década de 1990 alguns autores constataram a ocorrência de uma diminuição nos estudos sobre os movimentos sociais, relacionando-a como consequência de que os movimentos sociais haviam sido superestimados na sua capacidade de alcançar profundas mudanças sociais, políticas e ideológicas, e de que a sociedade civil perdera vigor em sua capacidade associativa.

No entanto, certa cautela e uma reflexão sobre tal constatação mostram-se necessárias. Uma hipótese trazida à tona por Lavallo (2001) aponta que as teorias e abordagens construídas para o estudo do fenômeno da mobilização e do associativismo da sociedade civil, até o momento, teriam descoberto os próprios limites, na medida em que suas postulações não teriam dado conta da realidade encontrada. Por terem superestimado o papel transformador dos movimentos sociais, tais abordagens teriam interpretado o quadro atual como desanimador. Lavallo (2001) afirma que a nova sociedade civil, como vista pelos autores das últimas duas décadas, constituiria uma trama diversificada de atores coletivos, autônomos e espontâneos, a mobilizarem seus mais ou menos escassos recursos associativos para ventilar e problematizar questões de interesse geral ou mais específico. Apresentariam uma natureza

coletiva ou horizontal; caráter legítimo de suas demandas ou propostas; adesão e separação livre e espontânea de seus membros; importância dos processos de comunicação na formação da vontade coletiva e nas estratégias para suscitar a atenção pública. Para o autor:

Esse conjunto de aspectos arrolados explicaria o protagonismo da nova sociedade civil como força revitalizadora do espaço público e da democracia. Afinal, o espaço público moderno é impensável sem as solidariedades do social próprias à vida pública. Contudo, os traços mais gerais das definições começam a enfrentar dificuldades à medida que as análises se deslocam dos postulados abrangentes para o estabelecimento de critérios específicos na identificação dos atores empíricos da nova sociedade civil. (LAVALLE, 2003, p. 292)

Em suma: somente as ONGs se encaixariam no perfil descrito pelos autores criticados por Lavallo, ficando as definições encontradas na literatura das décadas passadas, afastadas da realidade dos movimentos sociais. Elas, as ONGs, seriam, segundo o autor, as representantes legítimas da nova sociedade civil dos anos 1990, dentro dessa compreensão de sociedade civil. Em suas palavras, o

(...) acesso ao espaço público não é tão espontâneo e sequer tão livre de interesses socioeconomicamente posicionados quanto seria possível supor a partir da literatura da nova sociedade civil (...). Sem considerar o declínio dos vínculos com organismos vocacionados à representação de interesses no âmbito econômico e político, a pequena participação nas categorias eventualmente representativas da nova sociedade civil, a descontinuidade entre o exercício da arte da associação e o adensamento societário da vida pública, e a preponderância dos laços associativos com instituições religiosas (...) configuram um panorama contrastante se cotejado com diagnósticos “otimistas” como os propostos pela literatura examinada... (LAVALLE, 2001, p.364)

E conclui:

(...) é pertinente afirmar que os promissores diagnósticos sobre a nova sociedade civil não teriam encontrado eco na realidade se o escopo analítico dessa literatura não estivesse fixado de forma parcial na proliferação de certo tipo de associações, relegando tanto a questão dos associados quanto a relevância de outras formas de consociação, como as de índole político-econômica (...). Pode-se argüir, e com razão, que a presente abordagem peca pelo extremo oposto, pois, ao relativizar os alcances do argumento das associações, sem dúvida insuficiente, enfatizou sobremaneira o “argumento dos associados”, negligenciando abundantes evidências acerca da efetividade real dos atores da nova sociedade civil. Contudo, a inegável influência desses atores não parece decorrer das características altamente idealizadas que lhes confere a literatura. No percurso destas seções mostrou-se amplamente a inexistência de referentes empíricos para sustentar tais características, e, em consequência, neste caso o mais prudente seria buscar respostas em outras fontes menos propensas à estilização dos motivos e fatores postos em jogo na organização de interesses. (LAVALLE, 2001, p.370)

Em outras palavras, o que possivelmente se verificaria no estudo empírico dos movimentos sociais não coincidiria com o extremo otimismo e normatividade da maioria das produções teóricas sobre os mesmos. Por essa razão, o problema que hoje parece saltar aos olhos dos pesquisadores, sendo identificado como uma crise da sociedade civil em sua capacidade de se organizar nos anos 90, pode estar se apresentando como uma reconfiguração.

Nesse mesmo sentido, Dagnino (1999) apresenta seus argumentos concordando com Lavallo. Para ela, os movimentos sociais no Brasil, longe de terem encerrado sua contribuição para a consolidação de uma sociedade civil e política, redefiniram suas formas de atuação buscando enfrentar os novos desafios advindos das transformações desde os anos 1970 e 1980. Para a autora, além do papel dos movimentos sociais no processo de construção democrática, há que se evitar o reducionismo e também compreender o papel dos movimentos sociais em outro campo da construção democrática, a saber, a busca de transformação das práticas sociais e culturais autoritárias que fazem parte da sociedade brasileira. Nesse sentido, entre outras análises, percebe-se que o conceito de sociedade civil, relacionado unicamente a seu papel político emancipador, foi muitas vezes reducionista, deixando fora desse conceito organizações de cunho ideológico e cultural, que, muitas vezes, atuaram paralelamente aos espaços de participação direta da democracia pós ditadura militar. Para Dagnino:

A crítica a esse reducionismo implica no reconhecimento de que a exclusão política é apenas um aspecto do autoritarismo social que preside a organização desigual e hierárquica das relações sociais no seu conjunto. Profundamente enraizado na cultura brasileira e baseado predominantemente em critérios de classe, raça e gênero, esse autoritarismo social se expressa num sistema de classificações que estabelece diferentes categorias de pessoas, dispostas nos seus respectivos lugares na sociedade. Essa noção de lugares sociais constitui um código estrito, que pervade a casa e a rua, a sociedade e o Estado. Assim, o autoritarismo social engendra formas de sociabilidade e uma cultura autoritária de exclusão que subjaz o conjunto das práticas sociais e reproduz a desigualdade nas relações sociais em todos os seus níveis. (DAGNINO, 1999, p. 4)

Nesse sentido, os movimentos sociais mostram, realmente, seu papel na ampliação e aprofundamento da concepção de democracia; mas isso inclui, de forma irrevogável, a inserção, em suas práticas, de uma concepção de democracia que transcende o nível institucional formal e debruça-se sobre o conjunto de complexas relações sociais perpassadas por questões políticas, ideológicas, culturais e econômicas.

A terceira consideração diz respeito aos impactos das mudanças no cenário nacional e mundial, com a globalização neoliberal, e como os movimentos sociais enfrentaram tais

mudanças. Além disso, se, por um lado, a evolução da tecnologia da informação e comunicação serviu ao processo de globalização, sob outra perspectiva parece ser responsável também por uma nova forma de organização e atuação dos movimentos sociais.

Seguindo a linha de Lavallo e Dagnino, os movimentos sociais não estariam experimentando uma onda desmobilizadora e não estariam fadados ao desaparecimento. Pelo contrário. Em um novo cenário mundial usam da evolução tecnológica para se reestruturarem em novas formas de atuação e, mais do que nunca, se vêm envolvidos com antigas questões, ainda em nível local, mas são chamados, também, a tomar parte na resistência a novos problemas, surgidos em função desse novo cenário político, econômico e social. Nesse sentido, a evolução da tecnologia da informação, somada à persistência de antigos problemas sociais, ao longo das décadas, e ao aparecimento de novas questões a serem enfrentadas em função do novo contexto mundial, confirma e corrobora um novo formato de ação para os movimentos sociais, como se verá no decorrer do presente trabalho: as redes sociais.

Assim, com a multiplicação dos espaços de atuação dos movimentos sociais e a crescente articulação e adaptação necessária a essa nova perspectiva, com a revisão de seu papel nas décadas passadas, quando foram superestimados em sua capacidade transformadora, e observando-se o novo cenário que se apresenta em fins do século passado, a noção de redes de movimentos sociais tem sido cada vez mais utilizada como meio de entender a “nova” forma de atuação desses atores, as redes, em contraposição à sua suposta tendência ao desaparecimento ou inércia, como será visto a seguir.

Scherer-Warren (1996) nos recorda que a crise do desenvolvimento na América Latina se manifestou nos planos econômico, político e cultural, sendo nesse contexto que a literatura sobre os movimentos sociais busca compreender o modo como a sociedade civil se organiza e quais são suas perspectivas.

A globalização econômica, social e política detém grande contribuição na formatação dos movimentos sociais da década de 1990, em dois aspectos principais: por um lado, as profundas mudanças ocorridas com tal processo, trazendo à tona questões como desigualdade social, desenvolvimento sustentável, enfraquecimento do Estado e do de bem-estar social, além de outros, todos esses se tornando pontos centrais da plataforma de luta dos movimentos sociais contra esse processo que tende à concentração de poder nas mãos de uma minoria de países e pessoas; por outro lado, o desenvolvimento da tecnologia da informação, que se, sem dúvida, também serviu ao avanço da globalização neoliberal, parece ter sido usado de forma

diferente, permitindo aos movimentos uma nova forma de atuar, cooperada, em redes, e desvinculada de uma “fêrra” identidade territorial.

Para além do papel dos sindicatos e partidos, que têm reconhecido papel articulador para os movimentos sociais, são também as ONGs, na década de 90, que evidenciam o questionamento da antiga forma de trabalho atomizada e particularizada das associações civis e movimentos, e iniciam um processo no sentido de articulações, trocas de idéias e cooperação, constituindo, assim, algumas redes para atendimento de objetivos conjunturais diversos. Nesse sentido, Fontes (1999) complementa apontando, ainda, que o “terceiro setor³” vem ocupando cada vez mais espaço nas sociedades contemporâneas, preenchendo esses espaços abandonados pelo Estado, em razão de sua incapacidade de prover os serviços públicos e se organizando em uma vasta rede de atores sociais, em associações de moradores, grupos religiosos, ONGs, entre outros.

Como afirmado anteriormente, certa cautela se impõe, ao se analisar o suposto “refluxo” dos movimentos sociais na década de 1990. Como antecipado, parece haver certo dissenso na literatura acadêmica quanto à caracterização dessa época. Como se verá daqui em diante, alguns autores afirmam que os movimentos sociais dos anos 1990 passaram por uma reconfiguração, até mesmo em consequência de suas conquistas na década passada. Longe de se desmobilizarem, apenas encontraram novo jeito de atuar, o que, de certa forma, foi a maneira de manterem sua tão prezada autonomia.

No início da década de 1990, o tecido social, já extremamente desgastado com o agravamento das questões sociais, teria criado um clima favorável para que a população respondesse positivamente a algumas iniciativas de mobilização e protesto (GOHN, 1997). Somam-se a isso outras novidades no cenário das ações coletivas: o fortalecimento de redes e estruturas nacionais de movimentos sociais, o surgimento dos movimentos internacionais e o desenvolvimento tecnológico, principalmente na área da comunicação e disseminação de informações.

Segundo Gohn (2003), ao contrário do grande envolvimento acontecido nas décadas passadas, quando a participação era tratada como algo que deveria ser cotidiano aos movimentistas e relacionado a movimentos específicos, dos anos 1990 em diante percebe-se

³ A despeito do abrangente e difuso conceito de Terceiro Setor, o antropólogo Rubem César Fernandes define o Terceiro Setor como: "composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia, do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, gerações, sobretudo, incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil." (*Apud* Abong, 2000, p.50-51)

que o indivíduo não assume mais obrigações e deveres permanentes para com uma organização e, sim, inicia-se um processo de respostas a determinadas questões específicas.

Teremos então, a seguinte direção para os movimentos sociais nos anos 1990: deslocaram o eixo das reivindicações populares, antes centradas em questões de infraestrutura ligadas ao consumo coletivo, somando-se então a estas as reivindicações no plano ideológico/identitário, o que ajudaria a explicar a eclosão das lutas sociais ligadas a questões de raça, gênero, inclusão social, meio ambiente, direitos humanos, entre outras, seguindo uma tendência mundial.

Como se viu, nas décadas de 1970 e 1980 sobressaíram-se os movimentos populares articulados na oposição ao regime militar, principalmente com o apoio de algumas instituições. No entanto, ao final dos anos 1980, e ao longo dos anos 1990, o cenário sócio-político se transformou. Aliás, muito dessa transformação se vê exatamente relacionada a importantes conquistas, já relatadas, dos movimentos sociais das décadas passadas. Entre elas e o que se tem visto como mudança principal do pano de fundo dos movimentos populares, além do fim do período do governo militar e a institucionalização de canais formais de participação popular, salienta-se o impacto da globalização neoliberal mundial na forma de atuação dos movimentos.

Nesse sentido, e instigados por essas mudanças, surgiram novas formas de organização da sociedade civil, o que poderíamos caracterizar como “reorganização da sociedade civil - organizada”- mais institucionalizadas, comumente chamadas de *Fóruns*.

Os fóruns estabeleceram a prática de encontros nacionais em larga escala, gerando grandes diagnósticos dos problemas sociais, assim como definindo metas e objetivos estratégicos para solucioná-los. “Emergiram várias iniciativas de parceria entre a sociedade civil organizada e o poder público, impulsionadas por políticas estatais, como a experiência do Orçamento Participativo, a política da Renda Mínima, bolsa escola, etc.” (GOHN, 2003, p. 20)

Observam-se também duas tendências com relação às temáticas dos movimentos sociais nos anos 1990: o crescimento das ONGs, que mudam suas orientações e passam a despertar a conscientização dos movimentos sociais, fomentando ainda mais as lutas relacionadas ao plano ético/moral, no sentido de cobrarem dos governos políticas e financiamentos; e o incentivo às parcerias implantadas pelo poder público.

Com respeito aos movimentos populares, que neste trabalho se viram relacionados principalmente à atuação da Igreja Católica, estes “*criaram e desenvolveram, nos anos 1990, redes com outros sujeitos sociais, assim como redes dentro do próprio movimento popular*

propriamente dito, destacando-se os movimentos que atuam na questão da moradia” (GOHN, 2003, p.23). Isso significaria que, ao contrário das previsões de declínio da capacidade associativa, segundo a autora os movimentos populares se ampliaram e se fortaleceram por meio da cooperação, através das redes sociais.

No entanto, profundas alterações aconteceram em sua dinâmica interna. Além de perderem a visibilidade em consequência da diminuição dos protestos nas ruas e da conseqüente diminuição do espaço na mídia, houve o deslocamento dessa visibilidade para as ONGs. Além disso, os movimentos sociais deixaram de lado sua ação apenas contestadora às políticas públicas, passando a atuar de modo mais operacional e propositivo, e alguns de seus atores foram incorporados a distintos escalões da administração pública. Soma-se a isto a sua interação com as novas formas de associativismo emergente e suas interações com as ONGs. A explicação para essa transformação pode sintetizar-se da seguinte forma:

Em parte essas mudanças se explicam pelos efeitos do próprio modelo organizacional adotado: de se atuar em redes. O outro, o diferente, acaba alterando o movimento local. Com isso, outros temas entraram para a agenda dos movimentos populares urbanos, tais como o da cidadania planetária, antes circunscritos aos movimentos sociais organizados e assessorados por outras camadas sociais, como os ambientalistas, as mulheres, direitos humanos etc.” (GOHN, 2003, p. 25)

Finalmente, sintetizando algumas transformações ocorridas com os movimentos sociais até o início do século XXI, segundo Gohn (2003): mudaram de perfil porque a conjuntura política mudou; foram co-autores dessa mudança na medida em que conquistaram novos direitos sociais, resultados das ações das décadas passadas; abandonaram algumas posturas, tornando-se mais propositivos; passaram a atuar em rede e em parceria com outros atores sociais; suas novas práticas exigiram a qualificação de seus militantes, trazendo novos conhecimentos sobre a política estatal, os governos e suas máquinas administrativas; e foram redefinidos seus laços e relações.

Nas palavras de Gohn, o panorama geral dos movimentos sociais do século XXI organiza-se em dez eixos temáticos de lutas e demandas:

1. Lutas e conquistas por condições de habitabilidade na cidade, nucleadas pela questão da moradia expressa em três frentes de luta: a) articulação de redes sociopolíticas que militam ao redor do tema urbano (do habitat, a cidade propriamente dita) e participaram do processo de construção e obtenção de um “Estatuto da Cidade”; b) movimentos sociais populares dos Sem-teto (moradores de ruas e participantes de ocupações de prédios abandonados); c) contra a violência urbana (no trânsito, ruas, escolas, ações contra as pessoas e seu patrimônio);

2. Mobilização e organização popular em torno de estruturas institucionais de participação na estrutura político-administrativa da cidade (Orçamento Participativo e Conselhos Gestores);
3. Mobilizações e movimentos de recuperação de estruturas ambientais, físico-espaciais (como praças, parques), assim como de equipamentos e serviços coletivos (área de saúde, educação, lazer, esportes e outros serviços públicos degradados nos últimos anos pelas políticas neoliberais);
4. Mobilizações e movimentos contra o desemprego;
5. Movimentos de solidariedade e apoio a programas com meninos e meninas nas ruas, adolescentes que usam drogas, portadores de HIV e de deficientes físicas;
6. Mobilizações e movimentos dos sem-terra, na área rural e suas redes de articulações com as cidades via participação de desempregados e moradores de rua, nos acampamentos do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-terra);
7. Movimentos étnico-raciais (índios e negros);
8. Movimentos envolvendo questões de gênero (mulheres e homossexuais);
9. Movimentos rurais pela terra, reforma agrária e acesso ao crédito para assentamentos rurais; e
10. Movimento contra políticas neoliberais e os efeitos da globalização (contra Alca, Fórum Social Mundial etc.). (GOHN, 2003, p. 31-32)

Dagnino (1999), por seu turno, traz importante contribuição acerca dessa nova perspectiva dos movimentos sociais nos anos 1990, ao evidenciar a possibilidade de os movimentos sociais, desde suas origens, estarem inseridos em articulações com outros atores. A metáfora das redes (ou das teias) ajudaria a expressar os múltiplos níveis de entrelaçamento dos movimentos sociais com outros territórios “político-institucionais e culturais-discursivos”, além de auxiliar a pensar o alcance deles para além de seus elementos constitutivos. Como se percebe, se há uma discordância analítica em relação à possível perda da capacidade associativa dos movimentos sociais, o mesmo parece não acontecer em relação à emergência de um comportamento articulador dos movimentos sociais. Tudo indica que se vem testemunhando hoje uma nova forma de cooperação e articulação no âmbito dos movimentos sociais.

Já Lavallo ressalta o aparecimento de um novo ator social: as organizações articuladoras. Se, por um lado, os movimentos ainda possuem grande centralidade, por outro um novo tipo de ator, criado nos anos 1990, divide com eles posição semelhante na rede social, ou seja, de articulação da sociedade civil.

As “articuladoras” teriam ganhado centralidade devido sua capacidade de agregação de demandas e de coordenação articulada de outros atores. Poderiam ser consideradas como um conjunto de entidades, institucionalizadas, muitas vezes com personalidade jurídica, constituídas por outras associações, sendo que sua função principal teria como principal objetivo a articulação dos interesses e esforços dos outros atores. Parecem possuir grande

prestígio por constituírem ponto de referência para os demais atores da sociedade civil, o que amplia sua capacidade de agregação e intermediação de interesses.

Como se vê, as organizações articuladoras não são fóruns ou outras movimentações momentâneas, nem tampouco ONGs. Exemplos de articuladoras: a Associação Brasileira de ONGs (ABONG), a Rede Brasileira de Entidades Assistenciais Filantrópicas (REBRAF) e a Cooperativa de Associações de Promoção à Cidadania (COOPERAPIC). Os estudos de Lavalle indicam que, enquanto os movimentos sociais receberam suporte da Igreja, de sindicatos e/ou de partidos políticos, as articuladoras iniciaram-se basicamente contando com outras entidades da sociedade civil, aparecendo em posição secundária o governo e os sindicatos.

Em suma, na busca de uma resposta ao que teria acontecido com os movimentos sociais, após a década de 1990, as análises de Lavalle abordaram uma nova forma de atuação e um novo ator social: as entidades articuladoras, indicando que parte dos atores sociais das décadas de 1970 e 1980 (leia-se “movimentos sociais”) permaneceram atuando de forma relevante, porém sua centralidade para a sociedade civil foi deslocada em benefício de um novo protagonista, criado por empreendedores sociais dessa esfera. Isso significou uma inovação institucional relevante, na medida em que mostra a capacidade da *“sociedade civil para orientar o processo da sua diferenciação interna, de modo a incrementar os alcances da coordenação de ações de representação de interesses no seu seio”*. (LAVALLE, 2004, p. 51).

Em outra linha de análise, mas complementar, para Siqueira, Castro e Araújo (2003) as mesmas bases que servem à globalização econômica, calcadas na comunicação e na informação, podem servir a outros objetivos, desde que colocadas a serviço de outra perspectiva, como aconteceu com os movimentos sociais que passaram a atuar em redes, tanto em resposta aos impactos da globalização mundial como na atuação em questões internas ao Brasil. Trata-se de uma nova forma de atuar a partir de velhas e novas questões, e não uma desmobilização.

Nesse sentido, essas redes se formaram num cenário que internamente reproduziu as diferenças causadas pela globalização neoliberal e pela evolução da comunicação. Neste país há diferenças no plano regional, com elevada concentração de renda e tecnologia informacional na região sudeste, onde se encontra um espaço próspero para os investimentos do capital nacional e internacional. Em suma, ainda que haja os que defenderam a globalização como uma forma de atingir uma sociedade mais igualitária, em virtude de um beneficiamento geral da sociedade através do crescimento da produtividade mundial,

necessária se faz uma reflexão acerca desse impacto, uma vez que - nas respostas e transformações dos movimentos sociais, aos quais restou a retomada do conceito de solidariedade e cooperação - reflexos negativos advieram desse processo. Tal contradição será tratada no capítulo final.

No entanto, segundo Scherer-Warren (1998), as mudanças na forma de se compreender o espaço tempo, com encurtamento das distâncias espaciais e a rapidez na informação, indicam uma necessidade de reestruturação da organização social para além da já perceptível mudança nos padrões econômicos, ocorrida com a globalização. Se, em meados do século passado, o Estado-nação era a referência política dos movimentos sociais na busca de interlocução ou na denúncia da impossibilidade do diálogo, para a autora, na sociedade globalizada essa referência se relativiza. Nesse novo momento, as formas tradicionais de exclusão social (econômica, política e cultural) se somam àquelas relacionadas à distribuição não eqüitativa dos recursos que uma sociedade da informação produz.

“Por um lado, cria-se cada vez mais uma massa de cidadãos descartáveis, em decorrência de novas formas de exclusão econômica vinculadas às exigências dos mercados competitivos a nível internacional, do desemprego estrutural, da mão-de-obra desqualificada frente às exigências tecnológicas e assim por diante. Por outro lado, estes mesmos cidadãos estão cada vez mais em contato com os apelos a um consumo massificado e interpelados por uma cultura homogeneizadora. Podem, pois, participar simultaneamente de um processo de exclusão e de inclusão social, com todas as contradições inerentes. As reações coletivas a estes processos vão se colocar em cena em vários lugares do planeta, apresentando suas peculiaridades regionais, mas também apresentando tendências comuns”. (SCHERER-WARREN, 1998, p.2)

A autora apresenta dois tipos predominantes de ação coletiva nesse novo cenário: as manifestações simbólicas massivas e as redes de comunidades identitárias. As primeiras respondem ao paradoxo da exclusão-inclusão social, onde se enfrentam as carências geradas pelo neoliberalismo globalizado. A segunda são as formas que os múltiplos atores específicos dos movimentos sociais têm encontrado para dar continuidade ao movimento no novo cenário. Esses tipos de movimentos não são excludentes; alguns movimentos combinam essas duas formas de ação, articulando-se em rede através da mediação de ONGs, ao mesmo tempo em que também reagem em manifestações massivas.

Em suma, para Scherer-Warren (1996), uma das definições possíveis para os movimentos sociais, em época de mundo globalizado, é a de que estes são redes sociais complexas que conectam sujeitos e empreendedores, de forma simbólica e solidarística, num

processo de identificação ética e cultural, de ampliação dos intercâmbios, negociações, soluções de conflitos e de resistência aos mecanismos de exclusão da globalização.

Antes de finalizar esta sessão, no entanto, algumas considerações são relevantes, na medida em que chamam atenção para algumas possíveis armadilhas acerca do fenômeno movimento social no novo cenário mundial. Nesse sentido, certa cautela é bem-vinda em relação ao poder que tem sido atribuído às redes sociais como novos agentes da transformação social do novo século. A preocupação é evitar o mesmo possível erro na supervalorização dos movimentos sociais no século passado.

Segundo, os trabalhos analíticos atuais parecem repetir o excesso de normatividade na caracterização dessas redes, o que pode incorrer no mesmo dilema detectado em parte dos estudos desenvolvidos sobre os movimentos sociais, no século passado: uma grande distância entre o conceito e a empiria. Veja-se o exemplo de uma definição que segue a tendência normativa de tantas outras, como forma de compreender esse dilema. Segundo Siqueira, Castro e Araújo (2003), “... *no final do século 20 a sociedade global só pode ser entendida a partir do novo paradigma da estrutura de redes e da compreensão sistêmica da sociedade capitalista. (...) Este novo modelo de movimento social (...) organiza-se de forma policêntrica (...), tem flexibilidade, fluidez e autonomia (...), se comunicam pela internet de forma horizontal, (...) estabelecem relações não hierárquicas (...)*” (SIQUEIRA, CASTRO e ARAÚJO, 2003. p.8). Tal caracterização parece pertinente teoricamente e explicaria em boa medida as diferenças de atuação cooperativa da sociedade civil organizada no tempo e no espaço. No entanto, como se verá mais à frente, a realidade vem se mostrando multifacetada o suficiente para se encontrarem inúmeras formas de (re)arranjos e atuações dos movimentos pós-globalização, de forma que tal definição seria por demais excludente, para não dizer inaplicável em seu todo.

A terceira e última consideração refere-se à sugestão de três pontos (entre inúmeros) possíveis de serem averiguados no decorrer das análises sobre o tema das redes sociais e que podem vir a trazer importantes elucidações sobre o novo perfil da sociedade civil organizada. No presente trabalho tratar-se-á apenas de alguns desses pontos, por serem considerados os principais em termos de influência, demarcação e formatação da organização da sociedade civil no presente século:

1. Considerações acerca da possibilidade de as redes sociais estarem repetindo as estruturas anteriores, de outras épocas, e se mostrarem ainda como formações dependentes dos empreendedores ou das organizações articuladas;
2. Considerações acerca do tema, ou seja, em que medida a temática de uma rede social não continua sendo ponto de destaque em sua formação, visibilidade e manutenção, influenciando na criação e existência de outras redes, como foram os movimentos de moradia que se destacaram nas décadas de 1970 e 80, e os movimentos ambientais, que se destacaram em meados de 1980 e anos 1990. Até que ponto os novos temas, da nova sociedade globalizada, influem na tendência à formação de determinadas redes no presente século;
3. Considerações acerca do questionamento sobre se as redes constituem, realmente, uma novidade no novo século, surgidas em resposta e adaptação ao novo contexto nacional e mundial, de globalização neoliberal, ou conservam a mesma estrutura, a mesma das ações coletivas e movimentos dos anos passados, os quais, no entanto, estariam apenas atuando de forma mais racional e efetiva em função da (re)evolução tecnológica da informação.

Feitas estas considerações, no capítulo seguinte trataremos da cooperação interorganizacional no âmbito da sociedade civil, como tendência verificada nas páginas precedentes. Daqui em diante, o objetivo torna-se aprofundar nos mecanismos de formação das redes sociais e da manutenção da cooperação entre os diversos atores da sociedade civil, tal como os movimentos sociais. Assim, se para parte dos cientistas sociais o momento presente poderia servir como testemunha do declínio dos movimentos sociais, análises posteriores mostrariam que: 1) nesses movimentos, talvez, “não couberam” as caracterizações que lhes foram imputadas e nas quais lhe foi atribuída uma posição supervalorizada de capacidade de transformação da realidade social; 2) tiveram enorme centralidade na conquista e ampliação de canais de participação à época da reabertura política brasileira e que, em virtude dessa conquista, perderam certa visibilidade em função da concretização de outras conquistas; e 3) em resposta à globalização mundial, com as conhecidas mudanças no cenário econômico, social e político, e lançando mão da evolução das tecnologias de comunicação e informação, encontraram nova forma de atuar, lidando ainda com velhos dilemas e problemas.

Finalizando com Dagnino:

A idéia de teias ou redes nos permite pensar a eficácia dos movimentos sociais para além de indicadores como número de membros ativos, o tamanho das manifestações, o seu impacto imediato e direto sobre a formulação de políticas públicas, mas também em termos das relações que estabeleçam no conjunto da sociedade e do significado dessas relações. (...) Finalmente, a noção de redes nos remete à concepção dos movimentos sociais como sujeitos políticos não só coletivos mas múltiplos, que se constituem no interior delas e compartilham alguns princípios básicos sobre a participação popular, a cidadania e a construção democrática, configurando o que se tem denominado um campo ético-político distinto". (DAGNINO, 1999, p. 7)

Para o presente trabalho, então, o que interessa é a constatação de que, apesar de ocorrer certa discordância analítica em relação a dois pontos (saber se houve ou não um declínio dos movimentos sociais na década de 1990 em diante e se a cooperação e a articulação representam ações contemporâneas ou podem ser atribuídas também aos movimentos sociais das décadas passadas), parece haver certo consenso de que existem, agora, mais ações articuladas entre as organizações da sociedade civil, e que também elas já acontecem e mostram-se como a nova configuração, não só dos movimentos sociais, como da sociedade civil organizada em geral. No próximo capítulo trataremos, especificamente, da cooperação nas redes sociais de articulação da sociedade civil organizada.

3. AS REDES DE COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DA SOCIEDADE CIVIL

A tendência de realização de ações cooperadas, visando à articulação e organização da sociedade civil, tem sido considerada como redes sociais, que vêm recebendo especial atenção da academia, principalmente na tentativa de sua caracterização e tipificação. Pode-se adiantar que estas não são tarefas fáceis, mas têm gerado uma gama de categorias de análises que se mostram fundamentais para a compreensão dos fatores indutores e inibidores da formação e manutenção das redes da sociedade civil.

O presente capítulo pretende tratar, especificamente, da questão da cooperação e da formação de redes sociais. Para isso, utilizaremos a seguinte estrutura: na primeira seção, onde serão discutidas as razões que teriam levado a sociedade civil a “enxergar” esse formato de organização como um potencializador, no alcance de metas e aquisição de recursos, contextualizaremos o surgimento da cooperação como estratégia central, tanto na esfera econômica como na social. Na segunda seção, realizaremos uma discussão sobre as formas de cooperação, na qual se chega à conclusão de que o termo “rede social” é o que melhor expressa a organização da sociedade civil contemporânea. Na seção seguinte é feito um levantamento e a sistematização das variáveis de análise relacionadas às redes sociais que vão embasar as investigações empíricas, analisadas no capítulo subsequente.

3.1 Por que cooperar? Uma análise acerca da necessidade de cooperação entre entidades da sociedade civil

Atualmente, a cooperação entre organizações da sociedade civil, além de outros objetivos, tem sido considerada como uma forma eficaz de buscar conquistas sociais para as populações e de fazer o controle social das ações do poder público no que tange, principalmente, à formulação, implementação e fiscalização das políticas sociais. No entanto, e antecedendo à discussão acerca das vantagens da cooperação, tornar-se necessário abordarmos os tipos de instituições que hoje usam da cooperação interorganizacional para alcançar melhores resultados. A literatura indica que essa forma de atuar se intensificou com a aceleração do processo de globalização, principalmente diante de um novo cenário

econômico; daí, em que as empresas e as grandes companhias tiveram que reestruturar suas formas de trabalho e interlocução para sobreviverem em um mercado dinamizado pela evolução tecnológica e, principalmente, em uma nova configuração territorial, onde as fronteiras políticas e geográficas se atenuaram diante da evolução dos meios de comunicação e transporte.

A globalização tem sido descrita como um complexo conjunto de processos interligados. Ela poderia, em sua vertente econômica, ser considerada como consequência de dois fatores principais: a crise do padrão monetário mundial no início dos anos 1970, com a crise do dólar como moeda-reserva internacional; e os choques do petróleo de 1973 e 1979, que alteraram os fluxos do sistema financeiro, potencializando a instabilidade das taxas de câmbio e de juros e dos balanços de pagamentos (MARTINS e MINHOTO, 2001).

Essas mudanças exigiram respostas rápidas dos vários segmentos da sociedade, sendo que três destas foram cruciais para a instauração da nova dinâmica global da economia: a desregulamentação dos movimentos do capital financeiro internacional; a racionalização das estruturas organizacionais, propiciando o surgimento de formas de associação de unidades produtivas como estratégias de redução de custos; e a conversão das ciências exatas, biomédicas e humanas em fatores estratégicos de produção. Essa construção de um sistema econômico articulado globalmente cria um novo contexto em que as empresas começam a lançar mão da estrutura de rede como estratégia de minimizar custos, desenvolver tecnologias de vanguarda e compartilhar recursos e informações.

Assim e antes de mais nada, o processo de constituição de redes na atualidade corresponde a uma nova forma organizacional que as empresas tendem crescentemente a assumir sob o acicate sistêmico do novo padrão competitivo capitalista entreaberto pela globalização da economia, em que andam de mãos dadas a capacidade de adaptação a um meio ambiente incerto e volátil, a velocidade de resposta a cenários de grande instabilidade, a previsibilidade e calculabilidade dos riscos inerentes ao processo produtivo e a flexibilidade das estruturas organizacionais. (MARTINS e MINHOTO, 2001, p. 84)

Falar sobre a globalização econômica e as respostas ao processo de crise nos anos 1970 é relevante, na perspectiva do presente trabalho, na medida em que o contexto globalizado e as mudanças adaptativas ocorridas trouxeram impactos aos Estados, que por sua vez também acarretaram consequências sociais, que igualmente exigiram respostas sociais adaptativas ao novo cenário. Na visão de Santos (1994), Roth (1998) e Faria (1999), a crise

fiscal dos Estados, a crise de regulação do *Welfare State*⁴, (Apud MINHOTO e MARTINS, 2001) as mudanças da legislação trabalhista e a supressão de direitos sociais em favor de novos arranjos “flexíveis” entre patrões e empregados, entre muitas outras mudanças, constituem alguns dos fatores que contribuíram e contribuem para a debilitação da capacidade dos Estados, reduzindo sua margem de manobra e retroalimentando seu processo de fragilização.

Como conseqüência desta condição, o Estado-rede apareceria como uma “*estratégia de resposta ao duplo desafio colocado aos Estados contemporâneos na atualidade: o de aumentar a sua operatividade, mediante a cooperação internacional, e o de recuperar a sua legitimidade, mediante a descentralização político-administrativa.*” (CASTELLS apud MARTINS e MINHOTO, 2001, p.85).

Observa-se uma crescente globalização não só dos agentes de muitos movimentos (Finger, 1994), mas também das formas de luta, notadamente a partir da incorporação das novas tecnologias de informação. Isto possibilita a formação de “networks” locais, nacionais e transnacionais. A partir da construção de novas relações entre atores na sociedade civil, estado e organizações internacionais, multiplicam-se os canais de acesso a informações, o que se configura como estratégico. (JACOBI, 2000, p.133)

Como visto até agora, a crise dos anos 1970 e 1980, somada às respostas dadas globalmente a essa crise, teve como um de seus desdobramentos a consideração da cooperação como ferramenta de adaptação ao novo contexto. Com isso, a formação de redes comerciais (esfera econômica), multistitucionais (esfera política) e interorganizacionais (esfera social) torna-se mais uma opção de atuação, principalmente a partir de meados dos anos 1980, e também no que diz respeito aos movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

No caso específico do presente trabalho, o que nos interessa é a cooperação entre as entidades da sociedade civil, que, não por acaso, vêm nessa forma de organização e parceria vantagens para o enfrentamento das conseqüências da globalização e da fragilização da capacidade do Estado. Se na sociedade capitalista a questão social tende a ficar em segundo

⁴Segundo Draibe, *Welfare State* ou Estado de Bem Estar Social pode ser entendido como as condições que se manifestam “na emergência de sistemas nacionais públicos ou estatalmente regulados de educação, saúde, previdência social, integração e substituição da renda, assistência social e habitação que, a par das políticas de salário e emprego, regulam direta ou indiretamente o volume, as taxas e os comportamentos de emprego e do salário da economia, afetando, portanto, o nível de vida da população trabalhadora. (...) expressam-se na organização e produção de bens de serviços coletivos, na montagem de esquemas de transferências sociais, na interferência pública sobre a estrutura de oportunidades de acesso a bens e serviços públicos e privados e, finalmente, na regulação da produção e distribuição de bens e serviços”. (DRAIBE, 1990, p.2-3)

plano, a globalização tornou-se uma catalisadora das diferenças sociais, do aumento da concentração de renda e de maior polarização entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos.

Acredita-se que, nesse contexto, a cooperação passa a ser observada de maneira mais central também pelo meio acadêmico, vista como uma forma alternativa de ação da sociedade civil, em seus diversos formatos de organização; de uma forma radical, passa também a ser investida, por empreendedores sociais, como importante estratégia capaz de favorecer a mobilização, a participação e a otimização do aporte de recursos da sociedade, fatores estes importantes nas dinâmicas políticas.

Essas dinâmicas políticas resultam, entre outros fatores, de interações de atores dentro dos ambientes institucionais das comunidades políticas, tendo em conta os constrangimentos oriundos das instituições e das redes de relações pessoais e institucionais presentes. Os atores estatais, o capital envolvido com a produção da política e os membros da classe política, ou seja, três atores na definição das políticas estatais, agem estruturados também por redes de relações entre indivíduos e organizações, no interior da sociedade e da comunidade política.

O efeito das redes de relações entre indivíduos e organizações no interior das comunidades das políticas estatais é similar ao das instituições descrito pelo neo-institucionalismo, estruturando o campo e influenciando resultados, estratégias e formando e alterando preferências. (MARQUES, 2003, p. 52)

Nos mais variados “domínios de política pública” as preferências políticas são produto do encontro e da negociação, no interior das redes, de projetos produzidos na comunidade e trazidos, por exemplo, da dinâmica eleitoral e de grupos políticos que são alçados ao poder institucional, assim como de associações presentes na sociedade. (MARQUES, 2003, p. 53)

Indivíduos, grupos e organizações, em seus cotidianos, frequentemente acabam por cooperar entre si. Essa relação é importante parte da dinâmica social e se concretiza como redes que influenciam processos posteriores, inclusive inauguração e quebra de novos vínculos, e, uma vez constituídas essas redes, elas influenciam o desenrolar do processo político. A cooperação entre as entidades da sociedade civil pode vir a influenciar nos resultados dos processos políticos, assim como alterar estratégias e mesmo preferências de atores e grupos, além de causar algum impacto nas questões de cunho ideológico ou de valores sociais. Tal fato vem contribuindo para a valorização do papel das organizações da sociedade civil, tanto na reafirmação do vínculo social como enquanto provedoras de bens e serviços sociais.

São nessas dinâmicas econômicas, sociais e políticas que se encontram as vantagens e dilemas relacionados à cooperação. Estas vantagens e dilemas acham-se ligadas a questões como o aporte de recursos, a capacidade de influência em processos decisórios, visibilidade social, compartilhamento de informações e maior probabilidade de obtenção de resultados almejados. Normalmente, as ações no sentido de concretizar a cooperação entre as organizações da sociedade civil buscam potencializar capacidades e solucionar possíveis problemas e entraves relacionados a essas questões.

A preocupação com o *aporte de recursos* pode ter sua importância explicada por dois vieses: as entidades da sociedade civil, possuindo certo nível de institucionalidade, dependem de recursos tanto financeiros como humanos, ou materiais para suas ações, para sua manutenção cotidiana e, conseqüentemente, para sua existência, seja na mídia, seja para seu entorno social ou para seus membros. O aporte de recursos possui relação com a manutenção de funcionários e infra-estrutura, a serviço da instituição ou de um projeto específico, e com a capacidade de mobilização de pessoas para a realização de atividades, que servem como mecanismo de retroalimentação da própria entidade, ou de sua rede, através do aumento da visibilidade e da adesão ao projeto. Complementando, os fatores que levam à cooperação, no que tange à necessidade de aporte de recursos, podem ser pensados da seguinte forma:

A natureza e a distribuição dos recursos na rede influenciam os padrões de interdependência. Os recursos podem ser legais, envolvendo a distribuição formal de funções e competências entre os níveis de governo; políticos, referindo às estratégias, interesses e ao setor de atuação dos participantes; organizacionais, relacionados à disponibilidade de expertise, *staff*, espaço físico e equipamentos; e os recursos financeiros, envolvendo a disponibilidade de fundos para a rede. (TEIXEIRA, 2002a, p. 7)

Outra questão que apresenta forte influência na “opção” das instituições pela cooperação é a necessidade de ampliar a *capacidade de influência nos processos decisórios*, principalmente onde o corporativismo tende a constituir fator decisivo na criação e implementação de projetos ou instrumentos de regulamentação necessários às dinâmicas sociais e à existência de diferentes segmentos dentro da sociedade civil. A cooperação pode ser uma alternativa para alcançar resultados de interesse comum de determinados setores, que seriam mais difíceis de atingir de uma forma “atomizada”.

O fato de, muitas vezes, os atores que compõem as instituições, ou as redes, poderem se ampliar de forma significativa com a cooperação, ao mesmo tempo em que a interlocução e a visibilidade de suas demandas podem ter maior acesso à mídia e influência na opinião pública, tal fato coloca a cooperação como uma ferramenta relevante às diversas formas de

organização da sociedade civil. Para além de qualquer problema que a cooperação possa trazer, o benefício da divulgação de suas demandas e o acesso à mídia, almejando a ampliação da capacidade de influência nas relações de exigibilidade, principal, mas não exclusivamente, em relação ao poder público, podem ser considerados um fator relevante para a existência da cooperação. Até mesmo na diversidade política ou reivindicatória, que pode ocorrer na coexistência entre diferentes instituições, a união de “bandeiras” e “legendas” pode representar um fator positivo, acarretando maior visibilidade das demandas.

A ênfase na cooperação, no entanto, não precisa necessariamente implicar uma negação da diferença entre as organizações e empreendedores sociais, a qual, certamente, poderia vir a ser um empecilho, pois as divergências políticas, ideológicas ou de qualquer outro cunho acontecem freqüentemente nesse tipo de relação.

A sociedade civil organizada, nos movimentos e ações que realiza em oposição, controle ou exigibilidade ao Estado, parece capaz, muitas vezes, de manter essas divergências no nível interno de suas redes de relacionamento, em função da percepção dos objetivos e benefícios comuns, conseguindo fazer da cooperação uma ferramenta a mais no alcance de metas; mas não é desprezível a fragilidade desta, diante de divergências internas relacionadas à política, ideologia, históricos, problemas pessoais, diferenças de capacidades e habilidades entre atores, diferenças econômicas, entre outras. A cooperação é possível e desejável, mas sua capacidade de influência se vê diretamente relacionada aos fatores citados, ou seja, aos resultados das diferentes dinâmicas internas que ocorrem.

Uma das maneiras de a cooperação acarretar essa maior capacidade de influência é fazer das organizações da sociedade civil entidades de *maior visibilidade* para a população em geral. No entanto, mais do que isso, a cooperação possibilita trazer à tona questões que, apesar de serem de interesse de parte da população, por diversos motivos encontram-se diluídas na complexa situação social e econômica brasileira.

Note-se, contudo, que à intrincada discussão de “quem participa, quem deve participar, por que participar”, este texto não vai se ater. Mas o que se coloca é a força que a cooperação pode trazer às organizações, ao conseguir dar visibilidade para questões que parte da população compartilha. Quando organizações trabalham de forma cooperada, podem conseguir maior visibilidade na mídia, ter melhor acesso à opinião pública e alcançar maior influência na gestão governamental.

Como se percebe, a questão da visibilidade não pode se separar da questão da capacidade de influência. Além do benefício coletivo, a visibilidade mostra-se também

intrinsecamente relacionada à sobrevivência das organizações, que, ao adquirirem novo e maior *status*, podem ampliar suas bases mais facilmente, conquistando para a própria rede ganhos econômicos, sociais e políticos inegáveis.

Em relação às melhorias que a cooperação pode trazer com o *compartilhamento de informações*, esta melhoria vai além da modernização dos meios de comunicação ou da globalização das informações, que se podem facilmente detectar na sociedade contemporânea. Mesmo porque a inclusão digital, uma das maiores evoluções a serviço da difusão da informação, não constitui realidade em todos os setores da sociedade, ainda que a situação possa se considerar um tanto melhor hoje que nas décadas passadas.

Na verdade, nesse sentido, a cooperação pode se prestar a dois objetivos distintos: um, o de tentar suprir as diferentes capacidades relacionadas à infra-estrutura de acesso à informação; e dois, e talvez mais importante, ser eficiente veículo de acesso a agendas e divulgação de informações de interesse comum, tão necessárias à capacidade associativa da sociedade. O acesso às informações centradas na realidade dos interesses dos diferentes segmentos da sociedade civil possui grande influência na formação da ação concertada. A vantagem é o acesso a esse tipo de informação (que poderia se chamar “informações de agenda”, relacionadas à agenda de interesses dos segmentos da sociedade e não informações de qualquer cunho) e a ampliação da capacidade de transmissão dessa informação.

Se em certos momentos, a informação torna-se uma forma de poder negativo, possibilitando problemas para as dinâmicas internas da cooperação, como a utilização dessa informação para manipulação da dinâmica interna (“ocultamento” de agendas, negação de informação ou até mesmo possíveis boicotes intra-rede), considera-se relevante que essa nova forma de arranjo da sociedade civil, onde há um compartilhamento mais sistemático de informações entre organizações em regime de cooperação, fortaleça a capacidade de negociação e de acompanhamento das agendas a que estão relacionadas as organizações.

Todas as questões tratadas acima levam à consideração dos impactos da cooperação na *maior probabilidade de obtenção de resultados almejados* nas diferentes dinâmicas que perpassam as formas de organização dos diversos setores da sociedade civil, sejam resultados referentes aos recursos, à visibilidade, à maximização da capacidade de influência ou o acesso a “informações de agenda”, sendo todos esses elementos agregados à ação de cooperação. O mais importante é que tal viabilidade deve ser compreendida enquanto justificativa para que a cooperação se considere como uma ferramenta importante na obtenção de resultados em todos os processos relacionados à razão da existência da cooperação, seja em processos

reivindicativos junto ao Estado, seja em processo de alcance de metas unicamente relacionadas à rede, entre outros.

De uma perspectiva organizacional, o ponto decisivo para compreender a expansão das redes públicas e privadas na atualidade, bem como a passagem de um modelo hierárquico de organização para um modelo descentralizado e reticular de organização, está em perceber os constrangimentos estruturais que um novo contexto de escassez de recursos e inflação de demandas impõe às formas tradicionais de organização. Nesse novo contexto, o compartilhamento de recursos, decisões e informações passa a ter valor altamente estratégico no que respeita a performance das organizações. (MARTINS e MINHOTO, 2001, p. 87)

Segundo Jacobi os diversos empreendedores sociais têm se mobilizado em torno de temas que afetam o dia-a-dia, reforçando a colaboração e a solidariedade como instrumentos para a ação e a experimentação de novas formas de resolução de problemas. Essa nova forma, a das redes, segundo Jacobi (2000),

... se inscreve numa lógica que demanda articulações e solidariedade, definição de objetivos comuns e redução de atritos e conflitos baseados numa acumulação disruptiva de problemas, considerando as características complexas e heterogêneas da sociedade. Neste sentido as redes horizontalizam a articulação de demandas e se servem das modernas tecnologias de informação para disseminar seus posicionamentos, denúncias e propostas, como referencial cada vez mais legítimo da presença de uma emergente sociedade civil global. (JACOBI, 2000, p. 134)

A cooperação seria a articulação entre diversas unidades que trocam diferentes elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, multiplicando-se e, dessa forma, fortalecendo todo o conjunto. Cada organização seria uma unidade e cada fio da rede um canal pelo qual as unidades se articulam através de fluxos. A idéia é que a articulação entre os movimentos de um mesmo tipo fortaleça cada movimento, fortalecendo a própria rede, e fazendo surgir novos movimentos. Aumenta, assim, o número de pessoas e unidades participantes, de modo a ampliar as suas áreas de abrangência (e de influência).

Sabendo-se, portanto, que a cooperação entre as organizações da sociedade civil pode servir como forma de maximizar o aporte de recursos, de ampliar a capacidade de influência dessas organizações nos processos decisórios, como maneira de adquirir maior visibilidade social e de buscar maior compartilhamento de informações, culminando na possibilidade de viabilizar uma obtenção mais plena de resultados nos processos reivindicatórios onde usualmente se acham envolvidas as organizações, podemos compreender melhor a diversidade de iniciativas voltadas para a promoção da cooperação, como, por exemplo, a

proliferação de fóruns setoriais e de instâncias que buscam apontar para a sociedade civil seus interesses comuns e zonas de convergência.

Nesse sentido, as redes têm sido vistas como a solução adequada para administrar políticas e projetos onde os recursos são escassos, os problemas são complexos, existem múltiplos atores envolvidos, interagem agentes públicos e privados, centrais e locais, há uma crescente demanda por benefícios e por participação cidadã .(TEIXEIRA, 2002a, p.1)

Essas são algumas das razões que chamam, na atualidade, a sociedade civil a pensar na cooperação como mais uma ferramenta eficiente para a participação popular e para o controle social das políticas voltadas para o social. Como dito antes, a cooperação se dá em vários formatos e nos mais diversos setores, o que torna impossível, aqui, tratar de todas as questões relacionadas à cooperação. Até aqui foram discutidos o que acreditamos serem os tópicos mais relevantes relacionados à cooperação entre as entidades da sociedade civil.

Podemos dizer, então, que a cooperação é a busca da maximização e do equilíbrio entre ganhos coletivos e particulares. E que na busca da viabilidade no alcance de metas as redes sociais, em particular, vêm, também, se pautando. Na verdade, o termo “rede social” pode significar a cooperação entre todo e qualquer segmento da sociedade civil, independentemente dos objetivos finais ou das razões que levam associações a cooperarem entre si. Tais razões podem ser culturais, educacionais, econômicas, solidárias, recreativas ou religiosas e, por isso, como veremos no seguimento deste trabalho, o objeto de análise da próxima seção foca-se nas redes sociais ligadas às questões de sobrevivência, que também podemos tratar como vinculadas às questões acerca da provisão do bem-estar social, e nas redes de cunho ideológico/cultural, que se articulam em torno de questões relacionadas à regulação da sociedade e de suas relações.

Apesar de verificarmos que inúmeras das variáveis de análise, ainda a serem apresentadas, possuem importância comum aos vários tipos de cooperação, acreditamos, também, que só a análise pormenorizada de determinados tipos de cooperação, com as características que as aproximam (e que às vezes as separam), possibilitará a compreensão da importância de determinadas dinâmicas e interações, enquanto fatores indutores ou inibidores da formação e manutenção de redes sociais ligadas aos aspectos já mencionados (sobrevivência/provisão e ideológica-cultural/regulação), as quais denominamos, neste trabalho, de forma reconhecidamente reducionista, mas necessária, de redes sociais.

3.2 Redes sociais: cooperação para a viabilidade da provisão do bem-estar social e das conquistas relativas à regulação das dinâmicas sociais

As redes sociais têm sido interpretadas como alternativa de interação entre atores de diferentes segmentos, com a intenção de participar das questões políticas, sociais, ideológicas ou quaisquer outras ligadas aos interesses da sociedade civil.

...a abordagem de redes, como expressão dos novos arranjos organizacionais que emergem na atualidade, indica o esgotamento da capacidade de integração das instituições representativas tradicionais, da eficácia das organizações burocráticas e do modelo de planejamento centralizado. (TEIXEIRA, 2002a, p.3)

A emergência e o fortalecimento de vários empreendedores sociais, principalmente em busca de maior participação nos processos políticos, parecem refletir a estruturação de uma sociedade policêntrica. Para tanto, contribui também a revolução tecnológica informacional, trazendo para a sociedade uma nova forma de comunicação, promovendo um mais amplo compartilhamento de informações e reforçando/reconfigurando as identidades individuais e coletivas. Essa tecnologia pode vir a permitir a derrubada do monopólio do conhecimento, o acesso à informação para todos os atores e a troca da hierarquia por interações mais horizontais, possibilitando a generalização de ações simultâneas (TEIXEIRA, 2002a, p. 3-4).

As redes possibilitam interações horizontais e organização de instrumentos de pressão, e abrem novos campos de possibilidades para as ONGs, que transcendem suas fronteiras locais, integrando os ativistas, militantes e associados num circuito amplificado de sociabilidade, de confiabilidade e de identidades ideológicas. Pode-se afirmar, portanto, que as redes intercorrem instituições, práticas sociais diferenciadas e alargam o alcance das agendas. (JACOBI, 2000, p. 134)

Para alguns autores, as redes demandariam uma capacidade de articulação e práticas de solidariedade, construção de objetivos comuns com redução de atritos, levando em consideração a complexa diversidade da sociedade. Elas tentariam “horizontalizar” a articulação de demandas, dando visibilidade a posicionamentos, denúncias e demandas, sendo que também poderiam vir a ser, cada vez mais, legitimadas pela sociedade civil global.

As redes sociais poderiam vir a se apresentar como expressão da capacidade da sociedade civil organizada, incluindo seus movimentos, de evidenciar sua “riqueza intersubjetiva, organizacional e política” (JACOBI, 2000, p. 133), buscando consensos para a atuação coletiva. É nesse contexto que se inseriria uma nova perspectiva: o engajamento de

empreendedores sociais, antes fortemente relacionados às questões locais, nas questões que transcendem seu âmbito de atuação e poder de influência. Segundo Jacobi (2000), cresce assim a interação das organizações da sociedade civil na luta por direitos e na resistência ao avanço de um capitalismo predatório.

Como pode se perceber, parte da literatura trata as redes sociais de uma forma idealizada, com pressupostos por vezes difíceis de serem encontrados empiricamente em qualquer tipo de dinâmica de relacionamento, ainda mais quando se trata da atuação coletiva de instituições tão variadas, em formas e objetivos. O importante é justamente averiguar quais as implicações dessa “ideologização” das redes, bem como tentar decifrar os principais fatores que ajudam ou atrapalham no cotidiano das ações conjuntas.

Com as mudanças observadas nos países subdesenvolvidos – urbanização, migração, industrialização – as associações comunitárias tornaram-se o instrumento principal na luta por acesso ao solo urbano, moradia, infra-estrutura, com um caráter essencialmente político. Com a reestruturação do Estado e o estímulo às práticas de participação na gestão urbana, os movimentos têm, cada vez mais, se associado a outras formas de organização e associativismo. Trata-se de um novo padrão organizativo - os atores sociais, antes fortemente ancorados em uma base territorial, como é o caso das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, ou dos Movimentos de bairro, se reestruturaram. Para garantir sua sustentabilidade e diante das possíveis vantagens trazidas pela cooperação, tiveram que se organizar em redes que ultrapassaram as fronteiras dos espaços da comunidade territorial, associando-se com outros empreendedores sociais da esfera local, nacional ou mesmo internacional.

Em suma, o complexo contexto econômico, social e governamental tem forjado um novo cenário que privilegia ou potencializa a participação de novos empreendedores sociais na gestão da política social. O que talvez possa ser considerado como causa de rupturas da sociabilidade, pode também ser considerado como fator gerador do trabalho em rede e da formação de novas articulações interorganizacionais.

... na perspectiva dos movimentos sociais, a rede tende a aparecer como ferramenta capaz de construir novas formas de agregação de interesses e reivindicações de demandas – que surgem a partir de uma “idéia-força” e expressam parcerias voluntárias para a realização de um propósito comum – destinada prioritariamente a auxiliar na construção de uma sociabilidade solidária (INOJOSA, 1998, *apud* MARTINS e MINHOTO, 2001, p.90)

Essa nomenclatura “rede”, largamente utilizada nas discussões sobre o tema da cooperação, não possui, porém, uma definição consensual, clara e bem delimitada. Para a realização de qualquer reflexão sobre estes temas (cooperação e rede), faz-se necessário ressaltar que a rede tem sido a representação atual da cooperação, de maior uso e visibilidade, sendo que essa última, a cooperação, por sua vez, apesar de se constituir em vários formatos, vem se identificando amplamente com as redes. Qualquer levantamento da literatura sobre o assunto mostrará que as redes de cooperação vêm sendo tratadas como um fenômeno recente, cada vez mais observado, de estrutura policêntrica, envolvendo diferentes atores, organizações ou nódulos, vinculados entre si a partir do estabelecimento e manutenção de objetivos comuns e de uma dinâmica gerencial capaz de absorver os possíveis impactos de uma estrutura composta por diferentes níveis de institucionalidade, habilidades, recursos e atores.

Este fenômeno se apresentaria igualmente em diferentes campos, manifestando-se na existência de redes empresariais, redes de políticas, redes de movimentos sociais, redes de apoio sociopsicológico, etc. Segundo Teixeira:

Apesar da diversidade de objetivos, de instituições, atores e recursos envolvidos, em todos os casos encontramos elementos comuns, representados pelos desafios de estabelecer modalidades gerenciais capazes de viabilizar os objetivos pretendidos e preservar a existência da estrutura reticular (TEIXEIRA, 2002a, p.1).

Assim, entende-se que uma suficiente e sucinta delimitação conceitual para as *redes sociais* é tomá-las como expressão do que se considera ser uma forma de ação da sociedade civil, ação essa articulada e articulatória, com diferentes objetivos, com a presença obrigatória de atores da sociedade civil, diferentes ou não, e, a despeito da eventual presença da esfera governamental, convivendo com diversos formatos hierárquicos e com diferentes graus de relacionamento, sendo sua classificação como rede social condicionada a critérios específicos nas duas variáveis de análise específicas: tema e atores.

Em relação à área temática, uma rede pode ser considerada social quando tem suas ações balizadas por interesses sociais coletivos, tais como desenvolvimento sustentável, lazer, acesso a bens básicos, entre outros. Em relação aos atores, a rede social precisa se articular em torno de atores da sociedade civil para ser caracterizada como tal, ainda que possua articulações com outros agentes, como o Estado, por exemplo.

As demais variáveis de análise, merecedoras de destaque no estudo das redes sociais, e ainda correndo-se o risco de deixar outras tantas de fora, são: tipos de relacionamento, formas

de deliberação, partidarismo, territorialidade, modos de interação, funcionamento e institucionalidade.

É necessário deixar claro que a tipificação das redes é algo complexo, devido à diversidade de dinâmicas internas que podem ser encontradas. Poderíamos dizer que duas formas de análise são possíveis e necessárias: em primeiro lugar, definir se a forma de cooperação encontrada pode se caracterizar como uma rede social, e isso quem pode indicar são os tipos de atores e a temática. No segundo momento, utilizar também as demais variáveis para explicitar as interações intra-rede, o que permite análises mais profundas desses tipos de dinâmicas e suas relações com a efetiva criação e funcionamento da rede social. Uma rede pode, ao mesmo tempo, ser horizontal, monotemática e local, enquanto outras, embora envolvendo o mesmo tema, serão altamente hierarquizadas e de atuação nacional, por exemplo.

Assim, fica o desafio a ser enfrentado nas próximas páginas, de que será imprescindível levantar e discutir detidamente as variáveis principais de análise das redes sociais, compreendendo que estas possuem vários formatos, tendo apenas a cooperação e articulação entre os nós como características intrínsecas. Afinal, não se pode esquecer que se encontram, hoje, na organização da sociedade civil, termos como Fórum, Comitê, Colegiado, Federação, União, Conselho, entre outros. Todos denominam algum tipo de cooperação e articulação entre entidades da sociedade civil e, em muitos casos, envolvem também órgãos governamentais ou outros tipos de organizações, sendo que uma análise mais pormenorizada poderá indicar que todas estas podem ser denominadas atividades sociais em rede.

Tais considerações mostram-se fundamentais para a investigação sobre a influência de determinadas características, enquanto indutoras ou inibidoras da formação e manutenção das redes sociais. Na seção seguinte trataremos detidamente dessa caracterização das redes sociais para, em seguida, nos atermos às respectivas variáveis de análise dessas características.

3.2.1 Redes sociais: variáveis de análise, caracterização e tipos

As principais variáveis na análise das redes sociais

A tipificação das redes sociais normalmente se faz observando-se variáveis tais como nível de institucionalização, número de participantes, configuração das políticas, tipos de atores envolvidos, função principal da rede e equilíbrio de poder (TEIXEIRA, 2002a), tornando-se possíveis, porém, vários outros arranjos. Nos próximos parágrafos serão apresentadas essas variáveis, segundo determinados autores, para, em seguida, propormos uma síntese final que será utilizada no trabalho empírico desta dissertação.

Para Moura (1998), três variáveis são relevantes no estudo dos tipos de rede: os atores que a compõem; a natureza de suas relações; as funções da rede. Essas variáveis levam a investigações no sentido de se avaliar a abrangência da rede, a pluralidade dos atores envolvidos, o grau de centralidade; as funções (papel desempenhado pela rede); a natureza dos vínculos (cooperação, conflitos, negociação e trocas); e publicidade (grau de visibilidade).

Rhodes (1986) acrescenta que as redes possuem diferentes estruturas, variando em interesses, natureza dos grupos associados, interdependência vertical e horizontal entre membros e com outras redes, no que diz respeito à capacidade de distribuição de recursos.

Para Jordana (1995), nove variáveis devem ser observadas: número de atores, âmbito de atuação, funções básicas, estrutura de relação entre os atores, estabilidade das relações entre os atores, grau de institucionalização da rede, regras de conduta, distribuição do poder e estratégia dos atores.

O autor aponta quatro variáveis principais, utilizadas como critério para o estudo das redes: (a) número e tipo dos atores que compõem a rede; (b) seu âmbito de referência, ou seja, grau de variação dos temas tratados pela rede; (c) forma de interação dominante; e (d) a dimensão territorial.

De forma complementar aos outros autores, Teixeira (2002a) delimita mais variáveis a serem analisadas. São elas: nível de institucionalização; número de participantes; configuração política; tipos de atores; função da rede; equilíbrio de poder.

Ainda se acresce a contribuição de MARTINS e MINHOTO (2001), que também sugerem variáveis importantes. Segundo esses autores, para o enquadramento das redes

sociais em campos como o interpessoal, social e estatal, há que se remeter às seguintes variáveis: tipos de atores, informalidade, interesses e valores comuns, troca/ajuda mútua, confiança/cumplicidade, interações, mudanças/flutuações, engajamento voluntário e racionalidade comunicativa. A combinação entre essas variáveis permitirá a construção de diversas caracterizações, tais como: redes primárias, naturais, de comunicação, institucionais, orgânicas, entre outras.

A seguir mostramos uma síntese de algumas das propostas de variáveis de análises encontradas nas diversas produções acadêmicas que se propuseram a caracterizar as redes sociais:

- Os atores que a compõem (tipo e número de atores);
- A abrangência da rede (pluralidade dos atores envolvidos. Outros autores usam o termo abrangência para explicar questões territoriais);
- Funções da rede (papel desempenhado pela rede);
- Natureza dos vínculos/relações entre os atores (cooperação, conflitos, negociação e trocas);
- Publicidade (grau de visibilidade);
- Âmbito de atuação (para alguns autores sinaliza a temática de cada rede; para outros é sinônimo de territorialidade);
- Estabilidade das relações entre os atores;
- Grau de institucionalização da rede;
- Regras de conduta;
- Instrumentos de gestão;
- Distribuição do poder;
- Estratégia dos atores;
- Seu âmbito de referência, ou seja, grau de variação dos temas tratados pela rede;
- Forma de interação dominante;
- A dimensão territorial;
- Configuração política;
- Interesses e valores comuns;
- Forma de engajamento dos atores.

Caracterização das redes sociais

As variáveis de análises arroladas funcionam como referências na caracterização do que se pode chamar de atividade em rede. Assim, nos parágrafos seguintes serão apresentados os vários tipos de rede apontados por diversos autores⁵, segundo essas variáveis.

As categorias elencadas foram: rede informal, formal, interpessoal, de movimento social, temáticas, profissionais, de políticas públicas, autônomas (ou orgânicas), tuteladas, subordinadas, de reciprocidade, de solidariedade, de estratégia, de cognição e de políticas sociais.

É importante ressaltar que este trabalho não adota nenhuma dessas nomenclaturas, em especial, mas as utiliza para embasar a pesquisa acerca das peculiaridades de determinados movimentos de criação, manutenção e extinção das redes sociais. Será apresentada a seguir a definição de cada autor, com sua devida descrição do que os mesmos entendem por redes sociais, ainda que não usem esse nome. O que faz identificar tais redes como compatíveis com o que aqui se chama de rede social é a descrição feita anteriormente neste trabalho e a forma “exitosa” como essas redes apresentadas puderam se identificar com tal descrição.

Seguem-se as propostas de tipificação e caracterização.

Rede informal e rede formal. A primeira se relacionaria a uma gama de interações espontâneas, que aparecem em contextos menos formalizados. A rede formal organizaria essas interações espontâneas, marcando limites ou fronteiras, dando-lhes nome e gerando dimensões diversas.

Redes interpessoais e de movimentos sociais, sendo que as interpessoais seriam as primárias, naturais, e visariam à comunicação, à troca e à ajuda mútua. As dos movimentos sociais seriam as que se referem a movimentos reivindicatórios, com objetivo de mobilização de recursos e formulação de políticas e projetos coletivos.

Redes temáticas, profissionais, de políticas públicas, destinadas a dar suporte a formas de articulação entre grupos sociais específicos e Estado: as temáticas reuniriam atores em torno de um problema ou de uma reivindicação; a rede profissional, que atuaria em torno do

⁵Autores que propuseram caracterizações, tipificações e evidenciaram algumas variáveis de análise, como será descrito no texto, nas próximas linhas: Pakman (1995), Loiola e Moura (1996), Muller e Surel (1998), Inojosa (1998), Scherer-Warren (1996), Teixeira (2002a), Jacobi (2000), Mance (2000), Moura (1998), Jordana (1995), Marini & Martins (2004), Martins e Minhoto (2001) e Rhodes (1986).

saber técnico; e finalmente as redes de políticas públicas, em que os atores selecionados e interdependentes partilhariam recursos e contribuiriam para a produção de resultados comuns.

Redes autônomas ou orgânicas, tuteladas e subordinadas. A autônoma ou orgânica, com sujeitos autônomos, com objetivos específicos e que se articularia em função de uma causa coletiva; a rede tutelada, que se articularia sob a égide de uma organização mobilizadora que predetermine a atuação do conjunto; e por fim a rede subordinada, que se constituiria por atores de uma mesma organização com interdependência de objetivos e alto grau de hierarquização.

Redes de reciprocidade, solidariedade, estratégia e cognição, sendo que as de reciprocidade se refeririam às relações primárias, do cotidiano local, como relações de parentesco ou de vizinhança. Seriam redes relacionadas ao ciclo vital, de sobrevivência, de apoio às tarefas domésticas, entre outras. Não haveria uma explicitação das relações de poder, apesar de certo grau de hierarquização ser aceito. As de solidariedade⁶ seriam as redes de mútua ajuda, de voluntariado, da economia solidária, etc. Redes desse tipo não possuiriam necessariamente influência nos processos políticos, mas, quando se constituem como movimentos sociais, podem extrapolar os limites locais, criando ou ampliando seus espaços na esfera pública. A dimensão estratégica tem sido empregada principalmente para a compreensão das dinâmicas políticas dos movimentos sociais, bem como das parcerias ocorridas em esferas públicas locais e globais.

A idéia de rede assume freqüentemente um caráter propositivo nos movimentos sociais, isto é, a rede como forma organizacional e estratégia de ação que permitiria aos movimentos sociais desenvolverem relações mais horizontalizadas, menos centralizadas e, portanto, mais democráticas. Na sociedade da informação, teriam a capacidade de difusão das informações de forma mais ampla e rápida, conectando as iniciativas locais com as globais e vice-versa. Portanto, as redes desempenhariam um papel estratégico, como elemento organizativo, articulador, informativo e de empoderamento de coletivos e de movimentos sociais no seio da sociedade civil e na sua relação com outros poderes instituídos. As redes como estratégia de comunicação e de empoderamento da sociedade civil são as formas mais expressivas das articulações políticas contemporâneas dos movimentos sociais... (SCHERER-WARREN, 1996, p. 42)

O que diferiria as redes de solidariedade das estratégicas seriam os atores, uma vez que a segunda desempenharia um papel relevante como resistência e proposição de políticas sociais cidadãs, atuando de forma interativa entre Estado e sociedade civil (alguns exemplos

⁶ Importante ressaltar que aqui a autora, Scheren-Warren (1996), usa os termos “solidariedade” e “estratégia” de forma diferenciada do então usado até aqui. Essa duas categorias são variações de redes sociais, e não uma dicotomia entre sociedade e mercado, como utilizado por outros autores.

de redes estratégicas: redes de denúncias, de desobediência civil, de combate à exclusão e negociação na esfera pública).

As redes de políticas sociais seriam um instrumento para a gerência das políticas sociais e permitiriam a construção de novas formas de coletivização, socialização, organização solidária e coordenação social, compatíveis com a transformação da sociedade e do Estado (para a análise desse tipo de rede restariam perguntas relacionadas a quem as compõe, seu âmbito de atuação, formas de interação, entre outras variáveis).

As redes cognitivas seriam representadas pelas transformações sociais encaminhadas pelas redes de movimentos sociais, sendo elas: (1) a “desfundamentalização”, em que as redes são concebidas como coletivos múltiplos, construídas em torno de projetos alternativos aos fundamentos já existentes; (2) o “descentramento”, em que se busca a concepção do sujeito a partir de múltiplas identidades; (3) o “interculturalismo”, com o reconhecimento do outro e construção da solidariedade a partir da diferença; e (4) a separação entre teoria e prática, em que se repensa a articulação necessária entre academia, ONGs e militância de base.

Scherer-Warren (1996), uma das principais estudiosas do tema, apresenta quatro características que seriam comuns às redes sociais: a busca de articulação de atores e movimentos sociais e culturais; a transnacionalidade, que, se não atinge a todas, pelo menos mostrar-se-ia como uma tendência; o pluralismo de atores e ideológico; a atuação nos campos cultural e político.

Martins e Minhoto (2001) complementam essas características apontando que seria necessária ainda a preexistência de: um conjunto de associações criadas para a realização de propósitos específicos; de órgãos instituídos para a realização desses propósitos específicos, sendo eles distribuídos por esferas e setores do governo; de uma situação problema identificada; formação de articulação e cooperação no sentido de enfrentar a situação problema, no entanto sem prejuízo da autonomia dos participantes da rede.

Apresenta-se, no quadro seguinte, uma síntese das principais características de uma rede social, segundo a proposta dos autores anteriormente arrolados. Em ampla medida, tais características devem ser pensadas como tipos ideais, distantes, portanto, da realidade, porque, via de regra, não é possível encontrá-las, na empiria, nesse formato puro.

CARACTERÍSTICAS	DESCRIÇÃO
1. Relações não hierárquicas (estrutura horizontal ou fracamente hierarquizada)	“Igualdade” de poder nas discussões e na tomada de decisão, porém não significa igualdade na capacidade articulatória dos atores envolvidos.
2. Relações independentes	Existência de autonomia entre os atores que compõem a rede, havendo liberdade para discordâncias sem possibilidade de retaliações ou penalidades.
3. Diversidade em sua composição	Presença de representantes de diversas organizações, ainda que não necessariamente a origem de suas organizações seja de uma mesma ideologia ou objetivo.
4. Interesse comum em relação a uma política	A formação da rede se justifica por um objetivo comum, ainda que este objetivo não seja comum na origem de cada componente da rede.
5. Intercambiamento de recursos	Troca e compartilhamento de recursos existentes e conquistados de forma mais ou menos igualitária e com discussão entre todos.
6. Transnacionalidade	Relações de parceria e troca entre organizações e/ou redes que vão além do território nacional.
7. Pluralismo orgânico e ideológico	Possibilidade de coexistência e parceria entre entidades com diferentes organizações internas (atores) e diferentes componentes ideológicos.
8. Atuação no campo cultural e ideológico	Busca por transformações mais amplas, sociais, ainda que existam demandas pontuais ou diferenciadas, ou de cunho reivindicativo instrumental.
9. Informalidade relativa	Inexistência (ou não necessidade de existência) de mecanismos de regulação da rede, tais como formalidades jurídicas, formas oficiais de encaminhamento, sede, atas, documentos e pronomes de tratamento.
10. Não-centralidade/Policentrismo	Inexistência de ator ou organização que centralize pautas, decisões, ações, objetivos ou ideologias.
11. Funcionamento por auto-regulação	Existência de regras de funcionamento (informais) próprias a cada rede, adaptáveis, rediscutíveis e decididas de forma horizontal.
12. Modo espontâneo de ação	As ações da rede estão relacionadas às suas próprias decisões, não estando subordinadas a demandas ou ordens externas.
13. Parceria voluntária	A entrada e saída na rede é voluntária, espontânea.
14. Manutenção da autonomia e da identidade, com prosseguimento das atividades específicas de cada unidade integrante da rede	Composta por entidades e atores que de alguma forma compartilham algum objetivo e ações, mas que, por outro lado, não interferem na autonomia, organicidade e ideologia das organizações que compõem a rede.

Quadro 1 – Características das Redes Sociais

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Fontes (1996, 2003, 2004), Jacobi (2000), Scherer-Warren (1996), Martins e Minhoto (2001) e Teixeira (2002a).

Em relação à característica indicada no tópico 1 do Quadro - *Relações não hierárquicas (estrutura horizontal ou fracamente hierarquizada)* – é necessário reiterar que a horizontalidade, tão cara aos estudiosos das redes, nem sempre será encontrada na empiria. A horizontalidade é apresentada quase que unanimemente pelos autores como condição principal para a formação de uma rede. Seria possível pensar, seriamente, em perfeita horizontalidade nos agregados de instituições assimétricas em suas dimensões, amplitude, prestígio, recursos e capacidade de influência?

É importante atentar para a existência de uma real debilidade dos mecanismos de articulação horizontal entre as organizações da sociedade civil e de uma precariedade de sua interlocução com o Estado, estes constituindo-se estes como um obstáculo para o objetivo de se conseguir um adensamento do capital social e da conseqüente participação da sociedade civil no controle estatal e na elaboração de políticas. A horizontalidade como condição nas relações interinstitucionais mostra-se por demais reducionista, retirando de cena importantes redes, bastante hierarquizadas, mas que agem articulando entidades da sociedade civil com forte atuação nos campos político e reivindicatório, relacionadas a temas amplos como moradia, saúde, entre outros.

Quanto à segunda característica – *relações independentes* – se uma atuação autônoma é necessária para o bom entendimento entre a diversidade de instituições representadas, há que se ter cuidado com a generalização dessa postura normativa. Os movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil são representados por empreendedores sociais, com trajetórias sociais e políticas distintas e, como tal, influenciados pelos meios onde vivem, em face da utilização de estratégias e influências de toda sorte. Talvez seja imprudente falar sobre uma possível e ingênua autonomia desses empreendedores sociais, uma vez que os mesmos se acham inseridos num contexto de barganhas, pressões, prestação de contas e favores que serão levados para o campo das discussões nas redes.

As redes sociais não são organizações isoladas; não são virtuosidades do campo social em relação a um todo de complexas inter-relações sociais, econômicas e políticas. Especial importância se dá a questões relacionadas ao partidarismo, que parece influenciar sobremaneira as atividades das redes sociais mais influentes. É necessário avaliar em que medida possíveis divisões partidárias não se sobrepõem às questões internas da rede, fazendo com que objetivos mais amplos fiquem subordinados a divisões partidárias históricas ou oportunismos.

Já em relação à terceira característica – *diversidade em sua composição* – a articulação de vários atores sociais é o que se pode chamar de comportamento ideal por parte das redes sociais. Essa variação de atores tanto pode indicar a existência de instituições autônomas, organicamente diferentes, mas relacionadas à mesma temática, quanto a existência de uma rede composta pelas mais diferentes organizações da sociedade civil, provindas das mais diferentes experiências, porém que atuam na mesma rede. Um bom exemplo seriam as redes sociais ligadas à questão da violência, que englobam entidades que lutam por reforma urbana, acessibilidade, direito ao lazer, emprego, entre outras.

Na característica indicada no tópico 4 – *interesse comum em relação a uma política* – pode-se evidenciar a capacidade das redes de se formarem em torno de uma proposta comum, ainda que a origem de cada componente da rede não seja a mesma. Na verdade, esse tipo de característica recai sobre a questão da diversidade de empreendedores sociais, uma vez que se espera da rede social uma capacidade de articular atores de diferentes esferas em torno de uma meta comum.

Em relação ao tópico 5 – *intercâmbio de recursos* – algumas redes sociais podem trabalhar de forma hierarquizada, institucionalizada, e o destino dos recursos ser resolvido de maneira mais centralizada. Muitas vezes essas redes centralizam os recursos para sua manutenção, apesar de ser possível certa descentralização em relação a outras decisões do grupo. No entanto, tal centralidade não deve ser vista de forma exclusivamente negativa ou como motivo para a descaracterização de algumas práticas articulatórias, enquanto redes sociais.

Em relação à sexta característica – *transnacionalidade* – as relações de cooperação entre entidades de diferentes municípios, estados e países são desejáveis e, por certo, se fortaleceriam no alcance de determinadas metas. No entanto, as redes nacionais, regionais e locais existem e se mostram como o primeiro e essencial passo para a ampliação do escopo de atuação, inclusive nos quesitos legitimidade, reconhecimento e abrangência de ações. No entanto, muitas redes atuaram e continuam atuando localmente, ainda que o sentido de territorialidade tenha se modificado ao longo das últimas décadas.

A sétima característica – *pluralismo orgânico e ideológico* – deixa evidente que a tolerância em relação à interação de instituições com diferentes formatos internos e a coexistência entre ideologias no interior da rede é desejável. Mais do que isso, a articulação entre diferentes instituições em nome de bandeiras externas à rede pode ser considerada uma das grandes vantagens da cooperação. Um bom exemplo seria a capacidade das próprias redes

de se articularem em outras redes como resposta a alguma proposição indesejada do governo, como aprovação de leis, ainda que o objetivo inicial das redes não estivesse relacionado ao objetivo da nova cooperação.

Em relação à característica 8 – *atuação no campo cultural e ideológico* – ainda que essa seja uma característica importante e desejável, algumas redes da sociedade civil podem simplesmente não possuir vínculos com causas mais amplas ou ideológicas, funcionando basicamente na promoção de interesses relacionados a objetivos específicos e causas pontuais de determinados segmentos da sociedade civil. Suas ações podem vir a refletir numa mudança cultural mais ampla, mas este não é o objetivo declarado e nem que deu início à formação da rede.

Na nona característica – *informalidade relativa* – o funcionamento em rede não exclui, necessariamente, a existência de certos mecanismos de regulação. Pelo contrário, pode-se pensar na existência de secretarias executivas, formadas por representantes ou de responsabilidade de uma entidade específica que compõe a rede, que otimizem o funcionamento da cooperação, bem como registrem e que façam a mediação entre os atores. Certo grau de formalidade pode vir a ter uma influência positiva na manutenção da rede, dando suporte para um comportamento mais autônomo e formatado entre as instituições.

Na décima – *policentrismo/não centralidade* – em relação à “inexistência de empreendedor social ou organização que centralize pautas, decisões, ações, objetivos ou ideologias” nas redes sociais, há que se diferenciarem as expressões “centralize” e “imponha”. Uma rede social poderia ter problemas em seu funcionamento se apenas um de seus atores pudesse propor pautas, tomar as decisões finais (ainda que após ampla discussão) ou encaminhar processos a serem seguidos. No entanto, a presença de empreendedores sociais com maior aporte de recursos e com certa centralidade, perante os demais atores da rede, pode vir a beneficiar o funcionamento prático das atividades, bem como ser o principal agente mobilizador e facilitador.

Deve-se pensar em que medida certas redes sociais não funcionam de forma dependente em relação à existência de certas organizações centrais e operativas, ou de empreendedores sociais, com capacidade de articulação entre atores, demandas e deliberações, ao mesmo tempo em que possuem legitimidade suficiente para atuar de forma a manter as linhas de ação de uma rede, funcionando como um referencial para os demais atores. Na realidade das redes parece que esse tipo de centralidade, encarnada não só numa instituição, mas também numa pessoa (empreendedor social), representa questão vital para a

criação e manutenção das mesmas. Ainda mais se a atuação centralizadora de um nó da rede fizer com que as demais organizações sejam beneficiadas.

A décima primeira característica – *funcionamento por auto-regulação* – diz da possibilidade das redes sociais de possuírem ou não mecanismos de regulação para seu funcionamento. Tais regras podem ir desde a necessidade de presença de todos os membros para que ocorram deliberações, até mesmo coisas simples, como definição do formato de discussões ou direito à palavra. Essa capacidade de auto-regulação é importante, na medida em que preserva a autonomia das redes e das organizações que a compõem, permitindo que cada formação em rede construa suas próprias dinâmicas de interação.

Modo espontâneo de ação – nossa décima segunda característica – representa um tópico importante a ser analisado. As redes sociais podem vir a atuar em função de agendas externas, como as governamentais, por exemplo, tendo suas atividades e necessidades pautadas por agendas externas. Não há como negar a necessidade de acompanhamento dos eventos que possuem relação direta com a atuação da rede, mas, muitas vezes, essa forma de atuar, sem planejamento ou diante de situações emergenciais, pode fragilizar enormemente as dinâmicas necessárias à constituição da rede, assim como pode atrapalhar o posicionamento da rede diante de assuntos de seu interesse. Espera-se que a rede possa responder às demandas externas, mas a espontaneidade de ações referentes a uma agenda própria é fundamental na constituição da identidade das redes sociais e na ampliação de sua visibilidade perante a sociedade civil.

A décima terceira característica – *parceria voluntária* – não deve ser vista como algo problemático. Não é necessário nem mesmo dizer que isso seria uma condição, porque não parece haver possibilidade de adesão compulsória de uma instituição a uma rede social. Já a saída pode ocorrer de duas formas: de maneira voluntária ou por decisão da própria rede, mediante existência ou não de regulamentos, regimentos, ou diante de deliberações entre os membros. Mesmo nas redes mais informais, há alguma espécie de regra que dita sobre as condições de permanência e entrada de membros.

Finalmente, a última característica – *autonomia e identidade das unidades integrantes da rede*. Essa autonomia e manutenção da identidade de cada organização é fundamental no processo de legitimação e visibilidade da rede social. São também dessas dinâmicas “extra rede” que se ampliam as atuações, o acesso a informações e a capacidade de mobilização. A rede que perde a capacidade de autonomia de seus membros poderá ter suas ações limitadas em si mesmo, não conseguindo a almejada viabilidade das conquistas.

A importância de se delimitarem as principais características das redes sociais, segundo boa parte da literatura estudada, se justifica na medida em que um dos propósitos deste trabalho consiste em mostrar que, na empiria, muitas cooperações em rede não se adaptam a tais características, mas podem ser identificadas como rede social, principalmente levando-se em consideração os objetivos de uma cooperação. Esta é tarefa reservada para as análises do próximo capítulo.

Tipos de redes sociais

Enfim, no Quadro seguinte, propomos os principais tipos de rede social e suas características, segundo as análises feitas anteriormente. Vale ressaltar as muitas variáveis a serem analisadas e que as possibilidades de arranjos são incontáveis. Ei-las:

Variável	Tipo	Descrição
Atores	Homogênea	Presença exclusiva de organizações da sociedade civil.
	Mista	Presença de outras organizações, mas com participação obrigatória de organizações da sociedade civil.
Área Temática	Monotemática	Relacionada a um tema específico e sem disposição para interações com outras temáticas.
	Politemática	Relacionada a vários temas que de alguma forma possuam certa coerência com a atuação da rede.
Relacionamento	Horizontal	Sem hierarquia.
	Hierárquico	Presença de algum nível de hierarquização (fraco ou forte).
Deliberações	Consenso	Tomada de decisão pelo processo de discussão até a obtenção de consenso.
	Consenso parcial	Tomada de decisão por consenso, mas com utilização de voto diante de impasses.
	Maioria (votação)	Tomada de decisão por votação, sempre, mas com discussão prévia.
	Centralizada	Tomada de decisão relegada a um ator ou conjunto de atores específico, ainda que mediante discussão.
Partidarismo	Apartidária	Neutralidade em relação à influência de partidos políticos.

	Monopartidária	Presença de atores ligados a um único partido ⁷ (não necessariamente todos os atores são ligados a partidos políticos, mas, se houver, que sejam ligados a apenas um partido), ainda que não haja filiação declarada (comportamento partidarístico).
	Pluripartidária	Presença de atores ligados a diferentes partidos políticos (não necessariamente todos os atores são ligados a partidos políticos, mas há a caracterização de dois ou mais partidos envolvidos na rede), ainda que não haja filiação declarada (comportamento partidarístico).
Territorialidade	Local	Atuação em determinada localidade.
	Regional	Atuação em determinada região.
	Nacional	Atuação nacional.
	Transnacional	Atuação em dois ou mais países.
Interação	Presencial	Cotidiano de atividades desenvolvido em encontros presenciais, ainda que com a utilização de suportes tecnológicos de transferência de informação.
	Virtual	Cotidiano de atividades desenvolvido exclusivamente por canais virtuais de comunicação e tecnologia de transferência de informação.
Funcionamento	Informal	Sem preocupação com formalizações das ações cotidianas (comunicados, atas, arquivos, listas de presença, etc.), ainda que estas ocorram eventualmente.
	Formal	Formalização das ações cotidianas com a utilização de ferramentas tais como comunicados, atas, arquivos, lista de presença, etc.
Institucionalidade	Rigidamente estruturada	Redes com possíveis registros jurídicos e cadastradas em diferentes instâncias, possuidoras de sede, corpo técnico assalariado, membros registrados, utilização de estatutos e regimentos, oficialização de parcerias, entre outros.
	Flexível	Redes com funcionamento fortemente relacionado a demandas, sem identidade jurídica, com cotidiano “desformatado” e sem necessidade de cadastramento formal de atores.

⁷Pode haver alguma dúvida em relação ao que significa ser partidário ou não, ou seja, um ator de uma rede possuir identidade política significar ou não que essa rede baliza suas ações em função de algum partido. No entanto, essa questão parece irrelevante, na medida em que as lutas e articulações partidárias ficam claras no comportamento de uma rede, ainda que na mesma não haja atores partidarizados declarados, sendo que isso é claro inclusive para os próprios componentes da rede. Um termo que sintetiza o fato é “comportamento partidário”.

Interações intra-rede	Baixa	Baixa capacidade de troca de informações entres membros, presença de atritos internos, baixa capacidade de mobilização de seus membros, dificuldade no planejamento e realização das atividades da rede, baixa espontaneidade na adesão de membros, tudo isso resultando na necessidade de atores mediadores e facilitadores ou na necessidade da presença de instituições mais “fortes” ou superiores para a manutenção da rede.
	Média	Dificuldades relacionadas ao tópico anterior, mas com relativo sucesso em termos de autonomia quanto à necessidade de atores específicos para mediação e mobilização de membros.
	Alta	Independência em relação a atores ou instituições fomentadoras da articulação, com capacidade de socialização de informações, alcance de consensos, sucesso na construção de notória identidade, principalmente no âmbito de atuação.
Interações extra-rede	Baixa	Baixa capacidade de troca de informações com outros atores ou organizações, dificuldade de acesso a agendas, baixa capacidade de mobilização de bases, dificuldade na divulgação de ações e decisões, pouco acesso a demais atores, pouco acesso a canais de participação, pouco acesso à mídia e à sociedade em geral, tudo isso resultando na necessidade de atores mediadores e facilitadores ou na necessidade da presença de instituições mais “fortes” ou superiores para a manutenção da rede.
	Média	Dificuldades relacionadas ao tópico anterior, mas com relativo sucesso em termos de autonomia quanto à necessidade de atores específicos para mediação e mobilização das bases.

	Alta	Independência em relação a atores ou instituições fomentadoras da articulação, com capacidade de socialização de informações, visibilidade para a sociedade de forma geral, capacidade de obter patrocínios, sucesso na construção de notória identidade, principalmente no âmbito de atuação.
Conectividade	Baixa	Pouca utilização dos benefícios da evolução tecnológica dos meios de comunicação.
	Alta	Suficiente ou alta utilização dos benefícios da evolução tecnológica dos meios de comunicação.

Quadro 2 – Caracterização das redes sociais por variáveis de análise

Fonte: elaboração própria.

Este é mais um Quadro síntese para o estudo e compreensão do fenômeno rede social. A partir dele serão analisadas as redes centradas em Belo Horizonte, objetos de investigação empírica desse trabalho. Buscou-se em toda esta seção, primeiro, destacar as variáveis em que diversos autores se basearam para a realização da tarefa de compreender as redes sociais; e segundo, mostrar a existência, na literatura, de inúmeras propostas de caracterização e nomenclatura para as redes.

No capítulo seguinte faremos o cruzamento entre as informações captadas no trabalho empírico com as propostas conceituais desenvolvidas nos Quadros 1 e 2, tentando traçar uma análise comparativa que evidencie os problemas e acertos da teoria quando aplicada à realidade e, dessa forma, compreender o fenômeno da cooperação em rede buscando evidenciar os entraves e as possibilidades para sua criação e manutenção.

4. REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS CENTRADAS EM BH

As seções que se seguem tratam especificamente do trabalho empírico realizado e das análises posteriores. Na primeira seção apresentam-se as estratégias metodológicas utilizadas na captação e sistematização dos dados referentes às quatro redes sociais selecionadas e centradas em Belo Horizonte.

Na seção seguinte, essas redes são apresentadas e analisadas segundo as características ideais das redes sintetizadas no Quadro 1 e, logo depois, buscou-se classificá-las segundo a tipologia apresentada no Quadro 2. Tendo em vista os objetivos iniciais deste trabalho, quais sejam, investigar a nova formatação da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais no novo século, além de investigar em que medida redes sociais ligadas ao tema da provisão possuem diferente capacidade para sua formação e manutenção, em comparação às redes relacionadas à questão da regulação das dinâmicas sociais, propôs-se, então, o último Quadro comparativo entre as 4 redes sociais escolhidas.

No final da seção algumas considerações acerca da influência das características relacionada aos empreendedores sociais e do uso da tecnologia da informação no surgimento e manutenção das redes sociais. Em suma, trata-se de discutir a influência desses fatores para a criação e manutenção das redes sociais escolhidas.

4.1 Metodologia do trabalho de campo

Para o desenvolvimento do trabalho empírico, foi levantado, inicialmente – através da Internet, de atores sociais, de pesquisa a arquivos públicos e a trabalhos científicos e através de contatos pessoais e profissionais – o maior número possível de redes sociais centradas em Belo Horizonte e que pudessem ser enquadradas como tal, segundo a definição adotada neste trabalho, qual seja, uma forma de ação da sociedade civil com o objetivo de maximizar o aporte de recursos, de ampliar a capacidade de influência dessas organizações nos processos decisórios, como maneira de adquirir maior visibilidade social, e de buscar um maior compartilhamento de informações, entre outros. Essa ação precisaria ser articulada e articulatória, com a presença obrigatória de atores da sociedade civil, ainda que com a

participação ou não de agentes de outras esferas. Em função do objetivo de se traçar uma comparação entre redes sociais ligadas à provisão e aquelas ligadas à regulação, a escolha das redes se deu, também, em função do tipo de atividade, predominantemente.

Como resultado dessa primeira fase foram inicialmente selecionadas 7 redes sociais: Fórum Sociedade Inclusiva; União Estadual por Moradia Popular; Federação das Associações de Moradores do Estado de Minas Gerais; Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Rede Feminista de Saúde; Fórum Mineiro de Reforma Urbana; e Movimento de Luta Pró-creche.

Neste trabalho não seria possível lidar com um número tão grande de redes sociais, em função do extensivo trabalho de aprofundamento necessário para se compreender, de fato, o funcionamento dessas redes centradas em Belo Horizonte. No entanto, como todas as redes selecionadas poderiam servir ao objetivo proposto, uma nova seleção dentre essas 7 foi feita após os primeiros contatos com as mesmas, e segundo a avaliação das dificuldades para as entrevistas de aprofundamento serem realizadas.

Nesse sentido, ao final, foi possível trabalhar sistematicamente com 4 dessas redes sociais. Os principais problemas encontrados nas 7 redes iniciais, e que levaram à escolha das 4 aqui estudadas, foram: a não-disponibilidade dos atores em participar da pesquisa, em função de acúmulo de atividades; o não-sucesso na obtenção de nomes a serem entrevistados; número inexpressivo de atores da sociedade civil que estejam em atividade na rede; problemas com endereços e telefones; e inviabilidade na marcação de entrevistas com os empreendedores sociais. É importante ressaltar que a realização dos contatos com as 7 redes originais, por si só, já indicou vários dos problemas enfrentados pela sociedade civil organizada. Esses contatos preliminares também serviram como dados complementares nas análises dos problemas enfrentados pelas redes sociais para sua formação e manutenção. Além disso, algumas entrevistas que puderam ser agendadas, ainda que a rede, ao final, não tomasse parte na pesquisa, foram realizadas para a complementação de informações sobre redes sociais de maneira geral.

Assim, ao final dos primeiros contatos, apenas 4 redes sociais permaneceram na pesquisa, em função dos critérios e dificuldades listados acima. São as seguintes as 4 redes selecionadas:

- Federação das Associações de Moradores do Estado de Minas Gerais, ligada à questão de provisão e com a presença exclusiva de atores da sociedade civil;

- Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, ligada às questões de regulação e com presença de atores de diferentes esferas, além da sociedade civil organizada;
- Fórum Mineiro de Reforma Urbana, ligado à questão de regulação e com a presença de atores de diversas esferas além da sociedade civil;
- Movimento de Luta Pró-creche, ligado à questão de provisão e com a presença exclusiva de organizações da sociedade civil.

A segunda parte do trabalho de campo consistiu na pesquisa documental, através de consultas a documentos tais como atas, regimentos, estatutos, etc; busca de periódicos produzidos pela rede; e consulta a panfletos e/ou *sites* informativos. O objetivo foi o de esclarecer a forma de funcionamento das redes, obter subsídios para a realização de entrevistas específicas com os nós das redes, como explicado a seguir. Em suma, o trabalho de campo pode ser dividido em dois momentos principais: a coleta e estudo de documentos e dados sobre as redes escolhidas, e as entrevistas realizadas com atores que representavam os nós das redes sociais. A seguir vem a descrição sobre a forma como se realizou a segunda parte do trabalho de campo.

A fase final do trabalho de campo se deu através da realização das entrevistas livres com determinados nós das redes sociais, com o intuito de captar o grau de informação que os membros tinham da própria rede, bem como captar como percebem o funcionamento da mesma, inclusive dilemas, entraves e potenciais. No caso deste trabalho, não surgiu nenhuma rede que contivesse entre seus membros pessoa física, ou seja, alguém que estivesse ali por interesses não vinculados a uma instituição. Isso significa que, para efeito deste trabalho, quando se refere ao termo “nó”, diz-se de uma instituição componente da rede. E quando se refere ao termo ator ou empreendedor, alude-se à pessoa que representa essa determinada instituição na rede social.

Para a realização das entrevistas, o primeiro passo foi o agendamento com atores de algumas das instituições componentes das redes escolhidas, normalmente segundo listas captadas na pesquisa documental. Essas listas resultam do controle que as redes fazem de seus membros, principalmente as redes ligadas à questão da provisão. Nas outras duas redes, como possuem poucos nós e são menos formais, as entrevistas foram quase censitárias, atingindo o número total de membros ativos da rede. Também foram realizadas algumas entrevistas com atores que tiveram seus nomes citados durante as diversas entrevistas.

Importante esclarecer que se repetiu sistematicamente a experiência de haver um único indicado, ou seja, de haver um único ator, em cada nó, responsável pela participação na rede. Quando havia dois, mostrava-se claro o papel de suplência desse segundo ator. Nesse sentido, o critério para selecionar o entrevistado foi: o respondente é a pessoa, na instituição de origem, a quem se atribui a responsabilidade de representar tal instituição na rede.

Outro desafio constituiu-se em delimitar o número de entrevistas a serem realizadas em cada rede social. Na amostra elegeu-se uma rede com 400 entidades inscritas, mas também outra com apenas 11. Nesse sentido, o trabalho de campo preliminar trouxe algumas respostas. Primeiro, apesar do grande número de nós de algumas das redes sociais, constatou-se que a efetiva participação destes nas redes gira em torno de 30, no máximo 40 instituições, o que diminuiu sobremaneira a diferença do número de atores entre as redes escolhidas.

Segundo, alguns atores participam das atividades de mais de uma das redes escolhidas, o que diminui o leque de pessoas a serem entrevistadas. Ao final, a opção se deu pela realização de 5 entrevistas por rede. Importante ressaltar que, ainda que diante do universo de membros das redes relatado, 5 possa parecer pouco, ainda assim a realização dessas entrevistas encontrou barreiras quando verificada a dinâmica de funcionamento das redes, ou seja, poucos atores envolvidos e dificuldade para agendamento das entrevistas, em função do excesso de atividades desses poucos atores. Tal contexto foi encontrado em todas as redes sociais aqui estudadas.

Além disso, a existência de empreendedores sociais em todas as redes eleitas, ou seja, atores identificados como responsáveis pela manutenção e até mesmo, em alguns casos, pela própria existência da rede social, mostrou a necessidade da realização de entrevistas com cada um deles, para efeito das análises que busca este trabalho. Vale lembrar que outras entrevistas, com nós de outras redes não eleitas, foram feitas ao longo do trabalho de campo, uma vez que a decisão pelo número final de 4 redes sociais ocorreu ao longo do processo. Todas as entrevistas, que ao final somam-se 24 (ver Apêndice na página 131), serviram como fonte de informações importantes sobre a organização da sociedade civil para o presente estudo.

4.2 As redes selecionadas:

Como antecipado, entre as 7 redes sociais centradas em Belo Horizonte, apontadas pelos trabalhos empíricos preliminares, 4 delas foram eleitas, ao final, como objeto de estudo. São redes formadas por entidades da sociedade civil organizada (algumas incluem atores de outras esferas), com temas que perpassam a educação, os direitos das crianças e dos adolescentes, a questão da moradia e da reforma urbana, além de todas possuírem um papel significativo na luta pela regulação das dinâmicas sociais relacionadas às questões de atendimento dos direitos sociais básicos.

Os trabalhos mostraram que todas as redes escolhidas representam uma forma de cooperação entre a sociedade civil organizada, com intuito de incrementar seus aportes de recursos, sejam financeiros ou humanos, e, conseqüentemente, terem sua atuação ampliada e mais eficaz.

A seguir serão vistas, detalhadamente, todas estas redes (Federação das Associações de Bairro de Minas Gerais – FAMEMG e Movimento de Luta Pró-creche – MLPC, ambas ligadas a questões de provisão; Fórum Mineiro de Reforma Urbana – FMRU e Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – FDDCA, ambas ligadas a questões de regulação) e analisadas segundo os Quadros 1 e 2 do capítulo anterior, nos quais foram sintetizadas algumas propostas para a caracterização e compreensão destes tipos de rede.

4.2.1 Federação de Associações de Moradores de Minas Gerais - FAMEMG

A FAMEMG é uma rede legalmente constituída como *associação de direito privado* desde 1988. A entidade conta, entre seus objetivos, a articulação de associações de moradores, cooperativas, clubes de mães, integrando diversas regiões do estado, a socialização de informações e a atuação de forma consolidada e cooperada no acesso a políticas públicas de saúde, saneamento ambiental, educação, cultura, comunicação, gênero, criança e adolescente, idoso, moradia e transporte.

A FAMEMG foi impulsionada, principalmente, pelos trabalhos de outras duas associações articuladoras: a Federação das Associações de Moradores de Belo Horizonte

(FAMOBH) e a União Municipal das Associações de Moradores de Juiz de Fora (UNIJUF), fundadas em 1983 e 1956, respectivamente. A Federação vem atuando, ao longo do tempo, nas reivindicações relacionadas às moradias populares, atuando na organização de grupos “sem casa” e buscando a formulação de demandas ao setor público. Atuou, ainda, na organização dos moradores dos conjuntos habitacionais populares, quando a população mais carente recebeu dos órgãos públicos, principalmente municipais, moradias localizadas em áreas com problemas de infra-estrutura urbana.

Um ponto interessante a destacar-se foi a presença cada vez mais significativa dos militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) na FAMOBH, o que também teria impulsionado significativamente a criação da FAMEMG. Apesar de mostrar um histórico de estreita relação com o PC do B, a FAMEMG diz não se identificar com nenhum partido específico. Entre seus filiados encontram-se militantes, além do PC do B, do Partido dos Trabalhadores (PT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), entre outros.

A rede possui uma diretoria semelhante à de outras associações, sendo composta por presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro, vice-tesoureiro e secretário de comunicação. Tem secretaria executiva sediada em Belo Horizonte e as reuniões são intercaladas mensalmente – direção e assembléia geral – e ocorrem na sede da Federação, em Belo Horizonte.

Atualmente são 1.424 entidades associadas em todo o estado de Minas Gerais e em torno de 400 na cidade de Belo Horizonte. Para se associar à FAMEMG, segundo seu Estatuto, a entidade precisa se encaixar nos critérios de: ser legalmente constituída, ser condizente com a missão da entidade e contribuir com 1 salário mínimo anual. No entanto, são poucas aquelas que conseguem contribuir financeiramente.

Se, de um lado, a FAMEMG apresenta um número significativo de filiadas, por outro, tem dificuldade em reuni-las. Nas assembléias, uma média de 35 a 40 entidades comparece. As principais formas de interação, participação, mobilização, divulgação e avisos são o telefone e a correspondência via correio. Esta última constitui-se o meio de comunicação mais utilizado nas reuniões, devido a seu baixo custo e por ser mais eficiente para a socialização de pauta e atas das reuniões. A internet é pouco utilizada na comunicação entre as associações, pois poucas possuem acesso a este tipo de tecnologia.

A atuação da FAMEMG se materializa em diversas ações, tais como: socialização de informes comunitários através das rádios comunitárias, participação nos manifestos de suas

entidades filiadas, organização e representação de famílias “sem-casa”, buscando políticas públicas e parcerias com o estado para programas que atendam à necessidade de moradia dessas famílias. É válido destacar a importância da entidade, tendo em vista sua grande capilaridade nas esferas públicas de participação, como os conselhos e conferências municipais, estaduais e nacional. A FAMEMG já possuiu e ainda possui cadeiras nos conselhos em diversos setores, como habitação, saneamento ambiental, meio ambiente, saúde e política urbana.

Em termos de atuação, a FAMEMG cita algumas ações como principais: integração das associações de moradores do estado, socialização e multiplicação de informações entre as associações através de jornais esporádicos, realização de oficinas de capacitação de políticas públicas nas áreas de saúde, saneamento, habitação, planejamento urbano, gênero, entre outras, para seus associados.

Outras ações, com mais visibilidade, se materializam através de pressões, atos públicos, manifestos e debates em programas de governo e em políticas públicas como:

- Programa Crédito Solidário: proposto em 2004 no Conselho Nacional das Cidades, o programa atende mais de 4.500 famílias em todo o País, auferindo bruta mensal até R\$1.051,00, com a construção de 78 conjuntos habitacionais;
- Mobilização de massa na coleta de assinaturas em várias cidades de Minas Gerais para a Constituinte de 1988;
- Articulação da Emenda Constitucional nº 29/2000 da Saúde: a Emenda define os percentuais mínimos de aplicação em ações e serviços públicos, representando um importante avanço para diminuir a instabilidade no financiamento, que o setor de saúde enfrentou a partir da Constituição de 1988.

A FAMEMG, hoje, não possui documentos firmando parcerias, tendo apenas um convênio com a Caixa Econômica Federal. Estão entre suas últimas ações: a participação nos conselhos (municipal de habitação, municipal e estadual de saúde, estadual de política urbana, nacional das cidades); o gerenciamento da construção em mutirão de um conjunto habitacional em Belo Horizonte para 200 famílias; a participação na construção dos Planos Diretores Participativos em todas as cidades onde ela possui representantes e a participação nas ações do Fórum Mineiro de Reforma Urbana.

Caracterização da FAMEMG segundo o Quadro 1

Relações não hierárquicas – A FAMEMG é composta, atualmente, por 415 associações de moradores de Belo Horizonte, além de cerca de 1.000 associações de outros municípios de Minas Gerais. Tais associações agrupam-se em núcleos, normalmente em função de uma região da cidade ou em função de um coordenador, e a participação na rede se dá via núcleo. Dependendo da capacidade de mobilização do coordenador, um núcleo pode se formar apenas em função dele, não se restringindo à questão regional. Em suma, a FAMEMG é composta por representantes de núcleos de associações de moradores, pelo menos no que se refere ao caso de Belo Horizonte. Esses núcleos são formados de acordo com as atividades desenvolvidas pela FAMEMG, não havendo um número fixo nem mesmo registros formais deles enquanto núcleos.

São esses coordenadores os responsáveis pela mobilização das pessoas das associações para participarem de qualquer atividade da rede, inclusive para a eleição da diretoria. A Federação possui uma diretoria executiva que é responsável por todas as atividades da rede, composta por presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro, vice-tesoureiro e secretaria de comunicação. A rede, como um todo, é composta por associações, cooperativas e clubes de mães, desde que registrados juridicamente. A diretoria é composta por atores eleitos, que, normalmente, se destacam em suas atividades nas associações, nos núcleos ou dentro da própria rede.

A conclusão de que há uma relação de desigualdade quanto à tomada de decisão na rede é precipitada. Primeiro, porque há indícios de que a direção executiva tenta manter canais de comunicação com os coordenadores de núcleo e associados, apesar de óbvia a dificuldade de manter funcionando esses canais. Segundo, porque, em redes de tal porte, torna-se difícil estabelecer uma articulação entre todos os nós da rede para gerenciar a mesma. Ainda assim, o elevado grau de autonomia e insulamento da diretoria mostra-se evidente, trazendo implicações para questões como a legitimidade na representação que esses diretores assumem e uma dificuldade em favorecer uma cultura mais participativa nas questões sociais. Como se verá mais à frente, o relacionamento dos nós com a rede é perpassado pelo interesse em bens físicos, e esses laços são extremamente frágeis, havendo desligamento das pessoas após alcançarem suas metas. Entretanto, vale lembrar que a meta, aqui, é a casa própria, e que as políticas governamentais enfrentam grande dificuldade no atendimento de tal demanda.

Dessa forma, observam-se anos de participação na rede e nenhuma garantia de acesso ao bem. Se por um lado tal demora pode ser fator desestimulante, por outro faz com que a rede se mantenha com um expressivo número de membros.

O que se pode ressaltar é que há diferença, no sentido de existir uma hierarquização, entre os nós da rede e a direção, e essa última é que acaba assumindo um papel de nó central. Em função dessa centralidade, a direção tem acesso a mais informações e aos meios de comunicação, além de acesso a diversas agendas afins, o que torna os empreendedores sociais da direção diferenciados em sua capacidade articulatória, acabando por assumir posturas ou tomar decisões por conta própria, sem consulta aos demais nós. Percebe-se que nessa rede, assim como nas demais, há uma tendência dos atores que se destacam em agir, e se sentem com legitimidade para tal, porque atuam em função de um bem comum. Em outras palavras, e a partir do exemplo dessa rede, atuar em nome do acesso à casa própria é legítimo por si só, não sendo questionável tal atuação. Ainda que não consigam estabelecer canais de comunicação com os nós da rede, ainda assim estão legitimados a atuar em nome deles, uma vez que o objetivo é visto como legítimo. Tal cultura deixa bem confortável o insulamento que, por vezes, é detectado nos empreendedores sociais que se destacam, sem exceção, em todas as redes estudadas.

Vale ressaltar que, dentro dos objetivos que levam a sociedade civil a se organizar e cooperar em redes, ainda que a federação possua essa característica mais centralizadora e de pouca capacidade de atuação em outro regime de relações, mostra-se claro, nos discursos dos representantes entrevistados, que a cooperação observada nessa rede social é uma das únicas e a melhor forma de atuar no sentido de buscar conquistas de direitos. A justificativa mais utilizada pelos atores para explicar a formação da cooperação é o acesso a mais, e mais precisas informações, bem como capacidade de “pressão” sobre o poder público.

A FAMEMG realiza, como principal forma de interação, reuniões bimestrais entre seus diretores, e plenárias bimestrais entre seus diretores e demais nós (as reuniões e as plenárias acontecem intercaladas, a cada mês). Segundo informações coletadas, as plenárias acontecem normalmente com caráter informativo. Durante as entrevistas foram feitas algumas menções ao caráter deliberativo das plenárias, mas todas essas menções se referiam às eleições para a coordenação. Parece haver disposição para relações horizontais entre os membros da rede, mas a atuação cotidiana da FAMEMG ocorre em função da decisão de seus diretores.

Uma ressalva deve-se fazer aqui: o papel dos empreendedores sociais será analisado mais detidamente à frente, mas na discussão da existência de relações hierárquicas, ou não, se consideram as diferentes capacidades de atuação de cada ator. Ainda que não haja uma hierarquia reconhecida ou oficializada, muitas vezes ficam nítidas as diferenças, entre atores, na capacidade de articulação, comunicação, reivindicação, de acesso à informação, entre outras. Isso acaba por fazer de determinados atores figuras centrais, com alta capacidade de influência, os quais, com suas atuações, chegam a quase monopolizar a tomada de decisões e/ou os cargos que exigem tal perfil. E isso mediante a legitimação dos demais atores, que acabam não conseguindo se sobressair.

Relações independentes – A principal forma de interação da rede são plenárias bimestrais, nas quais informes são repassados pela diretoria. Não se percebeu nenhum indício de que não exista plena liberdade de expressão entre membros ou de que ocorram retaliações ou penalidades nos processos decisórios. Ficou claro que o caráter informativo das plenárias é o mais evidente, o que não explicita possíveis divergências e necessidade de negociações em sua dinâmica interna de funcionamento (ao contrário das reuniões entre os diretores), mas todas as entrevistas mostraram que não há nenhuma relação de “temor” entre os membros da rede, e sim a predisposição para uma convivência com relações independentes.

Diversidade em sua composição – A FAMEMG é composta, como dito anteriormente, por associações de moradores de Belo Horizonte e Minas Gerais, e sua diversidade se explica apenas pelos diferentes núcleos e associações, sendo seu tipo de ator restrito a associações da sociedade civil que se formaram em função do interesse coletivo de comunidades locais, principalmente aquisição de moradia. Todas as entrevistas indicam que um dos ganhos em se associarem foi o fato das associações conseguirem maior visibilidade perante as esferas governamentais, diminuindo um pouco as dificuldades de acesso às linhas de crédito habitacional. Como se verá nas demais análises, o tema da habitação é preponderante na cooperação das associações de moradores que formam a Federação.

Questões como saneamento, urbanização, equipamentos coletivos, entre outros, apareceram em todas as entrevistas, mas normalmente associadas a ações locais, por parte das associações e do núcleo, e não como objetivo para a participação na Federação. Para eles, participar da FAMEMG é um dos meios de adquirir uma casa ou, nas palavras dos mais politizados, de ter acesso às políticas públicas voltadas para a questão da moradia. Ainda assim, as entrevistas revelam uma nova tendência em relação à composição da Federação: ou a inclusão de novos atores – oriundos de outros tipos de organização da sociedade civil, tais

como ONGs, demais redes, universidades, e que passaram a conhecer mais a rede e que são antenados com os temas da atualidade –, ou a inserção de seus antigos atores em novas redes e em novos ambientes (conselhos, universidades, ONGs), o que traz para o interior da dinâmica da Federação temas que vão além do histórico envolvimento com a questão da moradia.

Interesse comum em relação a uma política – A formação da Federação, por parte dos nós da rede, converge para uma única política: a política habitacional municipal, estadual ou federal, com ênfase na habitação para camadas com menor poder aquisitivo. Quanto aos diretores, o envolvimento vai além da questão da moradia (ainda que esta se mantenha como tema central), envolvendo aquelas relacionadas à reforma urbana, saneamento, mobilidade, controle social, ou mesmo questões culturais mais amplas, sendo tal envolvimento mais relacionado à formação política e ao engajamento desses diretores do que propriamente por seguirem as atividades da Federação.

Intercambiam recursos - Numa rede como a FAMEMG, além de recursos como prestígio, informação, contato, entre outros, o principal recurso a ser dividido com os membros são as moradias populares, adquiridas através de ações dos movimentos sociais e redes, que tentam influenciar e controlar as atividades governamentais em relação a essa política. Todas as entrevistas mostraram que há intensa centralidade nesse tipo de decisão, não cabendo aos nós da rede a decisão de cotas para cada núcleo de associações que compõem a rede. Em outras palavras, o intercâmbio do recurso principal dessa rede é centralizado, com tomada de decisão pouco participativa, ainda que a rede consiga aumentar o aporte de recursos das organizações que a compõem, na medida em que suas conquistas têm sido consideradas de extrema relevância nas últimas décadas e nos tempos atuais, colocando em evidência tais organizações.

Transnacionalidade - A Federação possui representantes em outras redes, de abrangência estadual e nacional, mas não há atuação transnacional, a não ser pela participação de alguns diretores em eventos internacionais. No entanto, as atividades da FAMEMG são basicamente restritas à Região Metropolitana de Belo Horizonte e ao estado de Minas Gerais.

Pluralismo orgânico ou ideológico – A rede é formada por associações e núcleos que normalmente se formaram no rompante da onda *movimentalista* das décadas passadas, e que por sua vez possuem uma linha mais voltada para a esquerda política, mais reivindicativa (que é a linha principal da FAMEMG). No entanto, a novidade trazida para essa rede, em função da nova forma de organização da sociedade em rede, consiste na ampliação do escopo de

atuação para linhas mais culturais e ideológicas. A FAMEMG vem buscando na atuação em rede a introdução de novos atores e de novas perspectivas em suas dinâmicas. Um exemplo é a articulação em demais redes ou a participação de outros atores na própria rede, ligados a temas mais amplos, visando a trazer a participação da sociedade civil organizada, que a compõe, e antes fortemente balizada pelas ações de cunho mais reivindicativo, para a elaboração e implementação de políticas públicas mais adaptadas ao público de baixa renda, como o que forma a rede. Em suma, a diversidade ideológica e a ampliação da discussão da rede para temas mais relacionados à regulação, ainda que com grandes deficiências de comunicação em relação aos demais nós da rede, podem indicar a remodelagem da atuação da FAMEMG na sociedade civil organizada contemporânea.

Atuação no campo cultural e ideológico – Além de atuar no acompanhamento de políticas locais nas áreas da habitação, saneamento e educação, tomando parte em diversos conselhos deliberativos, a FAMEMG hoje também possui reconhecida atuação em questões de cunho mais amplo, buscando transformações culturais e ideológicas, tais como a construção de cidades que sejam inclusivas, tanto econômica como física e culturalmente. Importante ressaltar que esse tipo de atuação parece restrito aos diretores e alguns atores mais engajados, pertencentes a algumas associações ou núcleos, não aparecendo o relato de tal atuação nas entrevistas realizadas com os demais atores da rede.

Não há dúvida quanto a certo descompasso entre os objetivos dos associados e determinados atores de núcleos e o nível temático de atuação da federação, através de sua diretoria. A decisão de como e quando a Federação deve tomar parte em certas atividades, e assumir determinados posicionamentos em determinadas situações, representa uma das ações mais centralizadas da rede, na qual não há consulta prévia para a determinação de tais deliberações. Pode ser uma questão de dinâmica, com todas as dificuldades implicadas na articulação de 400 associações, mas as entrevistas indicam ser um problema, como dito anteriormente, de não-identificação, por parte dos diretores, de que os associados e demais atores necessitem tomar parte em tais decisões, e que por si só tais decisões podem ser legitimadas por se mostrarem relativamente unânimes perante a sociedade.

Informalidade relativa - A FAMEMG é uma rede que possui ata de fundação, registro em cartório, regimento interno, estatuto, atas de reuniões e folhetos. Entretanto, não possui documentos firmando parcerias. Sobre seu trabalho de comunicação e divulgação, há a produção de um jornal trimestral, mas somente quando há recursos. Nos eventos e reuniões utiliza-se do controle de lista de presença e não há relatórios, apenas atas. O critério para a

participação das associações na rede se dá via análise de estatuto das mesmas e possuem elas cadastro no sistema nacional de cadastro de pessoas jurídicas (CNPJ). Os componentes aceitos têm a obrigação de uma contribuição compulsória no valor de um salário mínimo por ano, sendo esta, segundo as entrevistas, a única forma de manutenção da rede. A Federação tem sede em Belo Horizonte, mas não trabalha com corpo administrativo remunerado, apenas com voluntários. Suas principais formas de interação, convocação e mobilização são cartazes, telefone, *e-mail* ou correspondência. No entanto, levando em conta questões financeiras e a exclusão digital da maior parte de seus nós, a correspondência tradicional e o telefone são o que surtem algum efeito. No fim do ano 2006, o *site* da rede estava fora do ar por falta de condições financeiras e o *e-mail* é utilizado basicamente para as interações extra-rede. A FAMEMG, assim como outras redes, demonstra atuar fortemente apoiada em regras rígidas de regulação de dinâmicas internas e registros oficiais, ao contrário do que sugere grande parte da literatura sobre redes, discutida no capítulo anterior.

Não centralidade (policentrismo) – A rede em questão, além de contar com uma diretoria executiva, possui empreendedores sociais que se sobressaem na sua organização, ainda que não possuam cargo de coordenação. Atualmente, cinco nomes se destacam como principais ativistas da rede, sendo que, entre os cinco, é possível destacar um nome principal, que atua em Belo Horizonte, citado por todos os entrevistados. O que caracteriza a atuação desses atores como de destaque, segundo os entrevistados, é a capacidade de articulação com todos os nós da rede; o nível de conhecimento político; o histórico de participação no movimento da habitação; a capacidade de persuasão; a disponibilidade para a participação e radicalização em momentos de conflito; a grande capacidade de articulação extra-rede; e o acesso às agendas governamentais, legislativas ou mesmo do próprio movimento. Assim como na questão anterior, a presença desses empreendedores nas redes sociais tem se mostrado fundamental para sua manutenção, fazendo com que haja certa tendência em considerar essa rede como não policêntrica, mas sim dependente em sua manutenção da centralidade assumida por esses atores.

Funcionamento por auto-regulação – A Federação não utiliza esse tipo de mecanismo, por auto-regulação, para seu funcionamento. Os formatos de decisão e de participação se acham definidos por estatuto e regimentos, cabendo aos integrantes aceitarem ou não tal norma como condição para a participação na rede. Segundo os entrevistados, em alguns casos, diante da necessidade de determinadas deliberações, regras são criadas para aquela plenária especificamente. Mas, cotidianamente, as formas de interação estão previamente

regulamentadas. Importante esclarecer que o sistema de auto-regulação se refere a uma prévia discussão entre os membros da rede sobre como deveriam ocorrer as interações da rede. Quando aqui se considera que a FAMEMG não funciona por auto-regulação, a intenção é apenas indicar que, apesar de ter um regimento construído por seus membros durante a formação da rede, as interações atuais ocorrem em função desse regimento, e não de uma construção coletiva atual de regras de funcionamento, para seus atuais membros ativos. Uma das condições para participar da rede é seguir seu regimento, que foi previamente estabelecido.

Modo espontâneo de ação – Como dito anteriormente, a FAMEMG tem forte ligação com o movimento por habitações de interesse popular, o que aparece sobremaneira no discurso dos entrevistados. Para os nós da rede, a participação dos associados e dos núcleos parece restrita a uma agenda externa, normalmente relacionada aos “tempos” do Estado e, principalmente nos últimos anos, com a criação de políticas governamentais oficiais para o atendimento desse tipo de demanda. Segundo esta visão, os associados estão principalmente subordinados a agendas e demandas externas, ligadas ao tema da habitação, e que se originam de entidades e redes de âmbito nacional, às quais a FAMEMG se vê ligada. Importante ressaltar que, segundo os entrevistados, as reuniões da rede se dão em função de possibilidade de acesso a programas habitacionais do governo. Em relação aos empreendedores e diretoria, além de se verem subordinados às extensas e complicadas agendas externas, estes ainda lidam com o excesso de atividades demandadas pelas mais diversas linhas de articulação extra-rede, realizadas estritamente por pessoas que compõem a diretoria ou são atores de destaque. Em suma, a forma de atuar da Federação parece pouco espontânea, no sentido de possuir uma agenda própria ou mesmo de formular planos e metas a partir da própria rede e de suas necessidades, e que, de certa forma, consiga influenciar as atividades de outras redes e outras esferas.

Parceria voluntária – No caso da rede em questão, entrar ou sair da rede se dá de forma voluntária, perpassando-se tal decisão por apenas dois fatores: a maior parte dos associados e núcleos acredita que integrar a FAMEMG é a única forma de atingir o objetivo principal, no caso a casa própria, o que favorece a adesão; a rede tem uma linha de ação no sentido de mobilizar comunidades, buscando sua organização e filiação à FAMEMG. São linhas de ação diretas e eficientes, com atuação em todo o estado, através de seus empreendedores sociais.

Manutenção da autonomia de cada nó da rede – As entrevistas indicam que há uma tendência das associações de moradores, que compõem a Federação, de manterem suas

atividades locais e considerarem tais atividades sua atuação central, seu principal papel. Agem na comunidade na construção de mutirões para recuperação ou construção de espaços de lazer, culturais ou educacionais; atuam na distribuição de mantimentos; organizam voluntários da defesa civil para as épocas de chuva; fazem parceria com pastorais da Igreja; fazem parceria com prefeituras e/ou empresas; possuem ações reivindicativas próprias perante o poder público, entre outras ações. Importante ressaltar a ênfase que dão ao fato de que associar-se à rede em questão constitui apenas mais uma linha de ação, não sendo tal canal de articulação o que mais ocupa as atividades cotidianas da entidade, nem o que traz maior retorno. Mas na linha de ação do acesso à moradia, consideram tal articulação como imprescindível para a conquista do objetivo final.

Enfim, tendo por base a caracterização das formas de atuação da FAMEMG, pode-se considerar que essa é uma rede social, que vem se incrementando por meio da utilização da cooperação como forma de aumentar sua capacidade de influência nos processos decisórios, além de buscar a construção de linhas específicas de atuação na formulação e implementação de políticas voltadas para o grupo que compõe a rede ou para a população que se identifica aos trabalhos realizados por ela. Ainda que a Federação não se encaixe em algumas caracterizações ideais da literatura – principalmente em relação à dificuldade na descentralização na tomada de decisões; em sua dependência em relação a atores mais capacitados e engajados; e um forte condicionamento da participação dos membros da rede em função da aquisição de bens básicos, em detrimento do envolvimento ideológico ou por questões de regulação – a FAMEMG lança mão da cooperação em rede como forma de organizar e mobilizar a sociedade civil, principalmente ao trazer à tona novas formas de atuação e novas agendas para dentro de suas dinâmicas, ainda que persistam severas deficiências na mobilização de seu público.

O que diferencia a FAMEMG das redes contemporâneas é o fato de ela ainda se balizar em alguns formatos rígidos de regulamentação para seu funcionamento e o fato de enfrentar o desafio de manter articulado um conjunto de associações sem recursos, com menor capital social e altamente debilitadas pelas condições socioeconômicas em que se encontram, tal fato acaba refletindo nas ações da rede, que se vê emergencialmente mais ligada a ações de provisão do que às ações sociais coletivas maiores, buscando transformações culturais. No entanto, percebe-se que a Federação vem incrementando e atualizando sua atuação, trazendo a sociedade civil organizada – antes historicamente ligada à questão da sobrevivência e provisão – para a participação na regulação das questões relativas

às sociedades contemporâneas. Segundo as informações coletadas, as principais conquistas da rede são, entre outras: o trabalho multiplicador, realização de oficinas de capacitação, integração entre as associações e a disseminação de informações.

Tipificação da FAMEMG segundo o Quadro 2

Em relação ao Quadro 2, no qual se propõe uma sucinta tipificação para as redes sociais, e segundo as informações coletadas, pode-se classificar a FAMEMG da seguinte forma:

- Segundo tipos de atores, diríamos que ela é **homogênea**, em função da presença de atores oriundos exclusivamente da sociedade civil organizada. Os novos atores que vêm se articulando na rede também pertencem à sociedade civil. Vale lembrar que o termo homogêneo, aqui, se refere especificamente ao tipo de atores, pois seria possível analisar a homogeneidade de uma rede em função de seu tema, de suas ações e até mesmo do tipo de sociedade civil organizada. Nesse sentido, é importante observar as definições feitas no Quadro 2 (página 63);
- Segundo a área temática, parece-nos possível classificar a FAMEMG como uma rede **politemática**, por se ver associada a questões variadas, tais como habitação, saneamento, gênero, entre outros, mas fechada porque mantém uma coerência em relação ao tema principal, que é o acesso das classes mais baixas da população a seus direitos fundamentais e de sobrevivência. Para eles, a prioridade está na conquista da igualdade de direitos e de oportunidades, para depois se pensar nas demais conquistas, como questões de raça ou acessibilidade, por exemplo;
- Em relação ao tipo de relacionamento, a rede é claramente **hierárquica**, quer seja em função de um regimento interno que delimita isso, seja como fruto da conquista de determinados papéis por certos atores, em função de seus melhores potenciais de participação e articulação. A FAMEMG atua basicamente em função de seus diretores, sendo eles os mesmos que acompanham agendas externas, definem pautas, realizam parcerias, definem metas e decidem sobre os rumos da organização. Convém lembrar que, para todos os entrevistados, com exceção do representante da diretoria, as

assembléias propostas para a rede possuem caráter meramente informativo ou educativo, raramente consultivo, a não ser em época de eleição para composição da diretoria;

- Em relação a suas deliberações, a Federação utiliza o **consenso parcial** em suas interações. Entretanto, no caso da FAMEMG, pode-se considerar que esse tipo de tomada de decisão é utilizado apenas nas reuniões de diretoria, uma vez que as plenárias realizadas com todos os membros da rede possuem caráter informativo, segundo os entrevistados.
- Em relação à questão partidária, ainda que alguns de seus principais atores sejam filiados a partidos políticos, ou mesmo que alguns de seus nós possuam declarada associação a partidos, a FAMEMG pode ser classificada como **apartidária**. Isso significa, segundo proposta deste trabalho, que essa rede não atua em função de agendas de partidos, não trabalha para partidos políticos nem baliza suas atividades em função de ideologias partidárias. Não há como negar que a influência dos processos políticos perpassa essa rede, mas isso não é exclusividade da FAMEMG, uma vez que as redes não estão encapsuladas, à parte de toda dinâmica social e política. No entanto, as atividades da rede acontecem em função de suas interações, principalmente, e não em função da retórica dos partidos políticos. Nesse sentido, redes como a FAMEMG mudaram bastante, uma vez que ela tem suas origens bastante ligadas a partidos políticos de oposição ao governo da época de sua fundação;
- No que tange à área de atuação, como dito anteriormente, a FAMEMG faz parte de redes nacionais e toma parte em atividades transnacionais pontuais, mas sua área de atuação direta, em função de seus nós, se restringe ao estado de Minas Gerais, o que a classifica como do tipo **regional**;
- A rede é de **interação presencial**, principalmente em função da Internet e das outras formas de comunicação não serem ferramentas que se possam utilizar frequentemente pela rede, em função do baixo aporte de recursos físicos e financeiros por parte das instituições envolvidas, ou seja, nós oriundos de setores da sociedade civil que ainda não têm acesso às tecnologias da informação. As decisões colocadas para o coletivo pela diretoria são divulgadas em plenárias, com a presença de uma média de 30 atores por evento. Assim como verificado nas outras redes, o quórum das atividades das redes é bastante baixo, constituindo um dos maiores problemas enfrentados pelas quatro no momento;

- O funcionamento da rede é do tipo **formal**, com formalização das ações cotidianas, tais como atas registradas, comunicados, listas de presenças. Essas formalizações condicionam o acesso de seus nós aos recursos obtidos pela rede e a serem distribuídos entre seus membros;
- A FAMEMG é uma rede com **institucionalidade rigidamente estruturada** em função da existência de registros jurídicos, cadastro em diferentes instâncias, tais como secretarias municipais e órgãos federais, possuindo sede e secretaria executiva, parceira em convênios formais para aquisição de recursos e utilização de regimentos e estatutos;
- Em relação a suas interações internas, pode-se classificar a Federação como de **baixa interação intra-rede**, enfrentando dificuldades na mobilização e no planejamento conjunto de ações que envolvam todos os nós. Além disso, a FAMEMG mostra pouca capacidade de divulgação de suas atividades entre seus componentes, ficando tais informações restritas, na maioria das vezes, aos empreendedores sociais e dirigentes, que de forma muito pontual conseguem fazer as informações fluírem para os demais nós. Por outro lado, pode-se considerar a FAMEMG como de **alta interação extra**. Ela mantém estreitas articulações com ONGs locais e nacionais, movimentos de pequeno e grande porte, com as diferentes esferas de governo, bom acesso às demais agendas, o que vem incrementando as dinâmicas intra-rede;
- Por fim, sobre a conectividade, em relação aos processos internos da federação, essa rede é de **baixa conectividade**, praticamente não utilizando os benefícios da evolução das tecnologias dos meios de comunicação em prol da manutenção da própria rede. Os ganhos dos atores (principalmente a diretoria), ao terem mais informação e melhores meios de conectar as demais redes e organizações, são inegáveis; mas ainda é improvável, no curto prazo, a utilização dessas tecnologias em benefício das dinâmicas internas à própria rede, em função do quadro de exclusão digital da maioria de seus componentes.

4.2.2 Movimento de Luta Pró-Creche - MLPC

O grande número de creches comunitárias espalhadas pelo município de Belo Horizonte e Região Metropolitana, desarticuladas, no final da década de 70, foi um dos motivadores para a criação do Movimento de Luta Pró-Creches em 1979. O MLPC tem como objetivo promover ações que garantam a qualidade no atendimento de crianças de 0 a 6 anos de idade, assistidas pelas creches e centros infantis comunitários e filantrópicos, a partir de ações que valorizem o saber e a educação popular.

Sua articulação com as demais creches conduziu para um processo de reivindicação, com base nos direitos das crianças e dos adolescentes, num contexto de lutas pelos direitos políticos e sociais que caracterizaram os anos 80, com o processo de redemocratização do País.

Suas ações tinham os profissionais da educação infantil como objeto de luta e reflexão em duas direções fundamentais: de um lado, a consideração de que boa parte dos custos de manutenção de uma instituição como uma creche constitui-se de salários e encargos sociais, superando a idéia de que deveriam funcionar apenas com voluntários; o pagamento dos educadores era pauta permanente das negociações com o poder público. De outro lado, o MLPC participou ativamente de todo o processo, desde a Constituinte, por meio de debates, elaborando listas com assinaturas para emendas populares, como a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1991 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB de 1996.

O MLPC, desde sua constituição, em 1979, relacionou-se com instituições que o apoiaram, como igrejas e organizações não governamentais, que concederam apoio financeiro, técnico e político em sua trajetória nas reivindicações ao poder público. O MLPC mantém contato, hoje, com suas filiadas principalmente por telefone e pelo jornal periódico. Poucas creches comunitárias utilizam a Internet para se comunicar.

O MLPC atua, hoje, apenas em âmbito municipal, em Belo Horizonte (existem outros movimentos que parecem seguir a mesma linha do Movimento, em outros municípios), principalmente na assessoria política às creches, capacitação dos funcionários e auxílio na gestão dessas creches. No início, 1979/1980, a rede era composta por cinco entidades. Atualmente esse número passou para 148 e, em média, segundo a coordenação, 60% delas freqüentam as reuniões. Mais uma característica da rede é a taxa de adesão (20 reais mensais),

mas nem todas conseguem contribuir. Quanto às formas de financiamento, além das contribuições mensais, a rede possui convênios.

Os atores que compõem o MLPC são, em sua maioria, creches comunitárias. Entretanto, há também voluntários que participam das atividades dessa rede que não pertencem a nenhuma creche. Na sua direção, nem todos pertencem a alguma creche comunitária. Alguns são profissionais e educadores, outros, funcionários da entidade. A reivindicação por melhores salários dos trabalhadores das creches comunitárias, melhor infraestrutura das creches, incentivo a projetos, entre outras, tem sido a pauta dos últimos debates e discussões da rede.

Caracterização do MLPC segundo o Quadro 1

Relações não hierárquicas – O Movimento de Luta Pró-Creche possui uma coordenação formada por 14 pessoas assim distribuídas: presidente, vice-presidente, tesoureiros, conselheiros fiscais e os respectivos suplentes. As entrevistas mostraram que grande parte das decisões e informações ficam centralizadas com a coordenação, evidenciando a ocorrência de relações mais hierarquizadas. Há a consulta aos nós das redes, ou seja, aos representantes das creches, nas reuniões mensais, que são previamente marcadas pela coordenação. No entanto, as reuniões são de caráter mais informativo do que consultivo. A agenda do movimento é resolvida no início de cada ano, normalmente em reuniões abertas e divulgadas para todos os que compõem a rede. Mas, assim como no caso anterior, a participação de todos os componentes parece bastante restrita. Segundo informações da coordenação e da secretaria executiva, além das atas de reunião, o índice de nós que participa das reuniões mensais gira em torno de 60%. Já as entrevistas indicam um número bem menor, e os entrevistados revelam que o número de pessoas participantes, por reunião, gira em torno de 20, sendo normalmente sempre as mesmas pessoas.

Relações independentes – Todas as informações coletadas, seja a fonte a coordenação, seja os demais nós da rede, indicam a independência das relações nas interações ocorridas na rede. Não há indícios de retaliações ou penalidades em casos de discordância nas posturas defendidas pelas creches nas reuniões mensais. Pelo contrário, o fato de o movimento trabalhar tendo como um de seus principais objetivos a disseminação de informações para as

creches, faz com que as interpelações e discordâncias em relação a determinados processos sejam bem-vindas por parte de todos os membros.

Diversidade em sua composição – O Movimento de Luta Pró-creche é formado, exclusivamente, por creches e entidades que trabalham com a infância de 0 a 14 anos. São vários nós com origens ligadas ao mesmo objetivo: interferir nas políticas destinadas à infância brasileira e melhorar o acesso a recursos através da disseminação de informação, principalmente possibilidades de convênios e novas parcerias, além de um acompanhamento mais controlador da gestão municipal da política educacional para a infância e acesso a programas de capacitação.

Interesse comum em relação a uma política – Tanto o objetivo da rede é comum, ou seja, a política para educação infantil, assim como a identidade original dos nós, ou seja, a prestação de serviço para a educação de base.

Intercambiam recursos – O intercâmbio de recursos constitui um dos tópicos mais citados, em todas as entrevistas, como ponto chave para a participação na rede. No entanto, no caso dessa rede, mostra-se clara a identificação da informação como o principal recurso a socializar-se entre os nós, sejam informações a respeito de convênios, ou informações a respeito de formação de pessoal, oferecida por alguma instituição. A sobrevivência das creches liga-se diretamente ao acesso a parceiros institucionais e convênios, seja para incremento de seu atendimento, seja para acesso a diferentes formas de financiamento, que acabam constituindo a fonte que sustenta as atividades da entidade. Nesse caso, e como explicitado por todos os entrevistados, a não-participação na rede deixa muitas creches em situação difícil, uma vez que as mesmas não são informadas de possibilidade de acesso a recursos, a não ser por meios próprios, deixando de se articularem com um importante meio de captação e disseminação dessas informações: o Movimento de Luta Pró-Creche. Quanto aos que participam, estes não têm dúvida da importância de participar da rede para se ter acesso a tais informações e de que estas são repassadas de forma clara e igualitária para aqueles que das reuniões participam (quem não participa das reuniões de forma constante acessam essas informações através de boletins ou possíveis publicações da rede). Uma análise que exige mais aprofundamento, e que de alguma forma apareceu nas entrevistas, é a clara diferença na qualidade material das creches: aquelas que participam frequentemente das reuniões são mais bem-equipadas, e menos equipadas as que não participam. Como o número de entrevistas é pequeno para se verificar a pertinência desse tipo de correlação, tal análise

fica apenas como indício de possível relação entre participar da rede e ter melhor informação sobre acesso a recursos e parcerias.

Transnacionalidade – A rede não possui atividades específicas ligadas a outros municípios, estados ou países. Sua atuação é fortemente identificada à cidade de Belo Horizonte.

Pluralismo orgânico ou ideológico – Apesar de a rede ser formada exclusivamente por organizações ligadas ao tema da educação infantil, as informações coletadas não indicam uma aversão do movimento ao pluralismo de ideologias ou diversidade nas composições internas de seus nós. No entanto, os nós da rede apresentam grande similaridade em seus ideais e em sua constituição orgânica.

Atuação no campo cultural e ideológico – O Movimento de Luta Pró-Creche não mostra possuir grandes investimentos em relação a transformações mais amplas, sociais ou culturais da sociedade. Ainda que sua atuação obtenha repercussão na questão do reconhecimento dos direitos da infância e do adolescente, além de trazer à tona a questão da importância da educação para a transformação social, a atuação do movimento é bem pontual; está voltada para questões de criação e manutenção de entidades de educação e cuidados infantis, além de ampliação e incremento da qualidade do atendimento, através de parcerias, para a formação e capacitação de profissionais especializados na gestão e no trabalho direto com as crianças. Tal afirmação parece contraditória em relação à formação da rede e seu histórico, como indicado anteriormente, mas aqui se trata da situação atual do movimento.

Informalidade relativa – Em relação aos processos relacionados à fundação da rede, estes são bem formais. A rede possui estatuto e ata de fundação. Não possui regimento interno, pois o estatuto é considerado o regimento. As reuniões são registradas em ata. Divulga panfletos e edita jornal periódico. O movimento possui convênios formais, tais como, com a PUC Minas, a Faculdade Newton Paiva e o Instituto Telemig Celular. A rede trabalha com uma secretaria executiva, que é responsável pelos relatórios, comunicados, atas e atividades de convocação extraordinária. Mais uma vez, assim como nos demais casos estudados, a informalidade, que aparece na teoria das redes como tópico importante na caracterização das atividades de cooperação em rede, não pôde ser constatada aqui. Além disso, tal formalidade é considerada, em todas as entrevistas, de grande importância para a manutenção da rede.

Não-centralidade (policentrismo) – O policentrismo não representa uma realidade do movimento. Apesar da possibilidade de formulação conjunta de pautas, decisões, etc; há uma

clara centralidade em nomes de empreendedores sociais que são responsáveis pela captação de informações e definição de prioridades nos temas a serem discutidos na rede. Alguns desses atores são pessoas não ligadas a nenhuma entidade específica, mas sim ao movimento, configurando-se atores exclusivos do Movimento de Luta Pró-Creche. Estão na rede desde seu início e parecem usufruir melhores aportes de recursos, tanto em relação ao trânsito pelas diferentes esferas que interessam ao movimento (governo, empresas, universidades), quanto em relação às suas capacidades individuais. Ainda assim, foi possível perceber que novos atores vêm surgindo, ainda que também acabem atuando de forma centralizada. Percebe-se um insulamento da coordenação que se poderia qualificar como “natural”, em função de diferentes recursos e capacidades, mais do que uma centralidade “ideológica”, defendida em função de sua importância para o funcionamento em rede.

Funcionamento por auto-regulação – Apesar da formalidade da rede, seu funcionamento cotidiano mostra-se bastante flexível, com fácil aceitação de substituições de pautas em função da realidade dos nós ou de demandas emergenciais. As reuniões mensais, apesar de serem antecipadamente marcadas e terem pauta fixa, acham-se abertas a adaptações em função da própria dinâmica de funcionamento de cada reunião. As entrevistas indicam que o formato em que as assembleias ocorrem é, em certa medida, definido a cada reunião. Além disso, a formação de comissões temáticas especiais, em função de demandas da realidade dos nós, mostra a capacidade de adaptação das atividades da rede em função de seu cotidiano de atuação.

Modo espontâneo de ação – Ainda que o movimento tenha que se adaptar a determinadas agendas e demandas externas, as informações coletadas deixam claro que a rede possui uma linha de ação própria, sistematizada através de plano de trabalho anual, que dá direcionamento às reuniões mensais marcadas. Os nós da rede são convidados a participar da elaboração desse plano de ação e nesse documento estão agendadas as reuniões para todo um ano de trabalho. As agendas e demandas externas tanto podem ser absorvidas nas reuniões previamente marcadas, quanto podem ser discutidas em reuniões extraordinárias. No entanto, mais uma vez vale ressaltar que há certa centralidade da coordenação na resolução e deliberação em função desses imprevistos, não sendo muito comum a consulta aos nós da rede sobre determinadas decisões. Um dos principais problemas enfrentados pela coordenação, que a leva a tal centralidade, reside na urgência de respostas nesses circunstâncias, o que impossibilita que o movimento possa se articular no tempo necessário. Tal situação é encontrada em todas as redes estudadas. Ainda que faça parte de toda e

qualquer liderança certa legitimidade para agir autonomamente, redes como a FAMEMG e o MLPC mostram que suas diretorias possuem mais autonomia e respondem isoladamente em todo tipo de demanda e atividade, mais que nas demais redes, como o Fórum e a Frente, que conseguem separar a autonomia administrativa da autonomia de tomada de decisões relacionadas à ideologia e ao papel de representação assumida pela rede.

Parceria voluntária – A entrada para o movimento se faz de forma espontânea, por iniciativa de cada organização, ocorrendo, normalmente, em função da divulgação dos benefícios de participar da rede. Cada nó deve pagar a quantia de vinte reais mensais para a manutenção da própria rede, mas, não podendo pagar, não há exclusão automática de membros. As entrevistas revelam que a participação no movimento se dá em função das divulgações dos resultados entre as creches e ocorrem reguladas por certa formalidade. Quanto ao desligamento, o trabalho de campo não identificou nenhum processo formal de saída dos nós, mas sim um processo de afastamento natural de algumas organizações. Esse afastamento dito natural se dá em função da diminuição do interesse da creche em se manter na rede, que demanda energia, ou mesmo pela falta de pessoas que assumam a representação da instituição na rede. No planejamento do trabalho de campo foi muito comum encontrar entidades que se avaliam como membros da rede, embora não participem mais das reuniões, comparecendo apenas em atividades de capacitação para suas atividades cotidianas.

Manutenção da autonomia de cada nó da rede – As creches que compõem o movimento mantêm atividades autônomas em seu cotidiano, não sendo suas ações subordinadas às ações da rede. As entrevistas mostram que algumas creches indicam funcionários administrativos para representa-las nas redes, ao passo que outras são representadas pelos próprios coordenadores da instituição. Possuem atividades isoladas, como encontro de pais, grupos de mulheres ou grupos destinados à geração de renda ou profissionalização, e mantêm ou não parcerias locais, por exemplo, com igrejas ou associações de moradores. Em suma, o trabalho de campo indica que a autonomia dos membros da rede é preservada em sua totalidade, sendo no máximo incrementada pela participação da organização na rede.

Segundo as características analisadas, observa-se que o Movimento de Luta Pró-Creche, apesar do nome “movimento”, possui características relacionadas a uma formação em rede, articulando entidades ligadas ao tema da educação infantil que buscam na cooperação uma forma de acessar recursos que facilitem sua sobrevivência e sua atuação. Em sua origem, o MLPC pôde ser mais bem identificado como movimento quando atuou na mobilização de

famílias e pessoas ligadas à educação para instaurar uma nova temática entre os assuntos dos movimentos sociais da época. A educação infantil entrou para a cena social, conseguindo várias conquistas, como aprovação de leis específicas para a garantia do acesso das crianças abaixo de 7 anos à educação formal e gratuita. Com o desenvolvimento de suas atividades, o movimento se institucionalizou, utilizando-se de mecanismos formais para institucionalização de sua atuação e oficializando seu papel articulador de entidades específicas ligadas ao tema, como as creches. De uma atuação mais ampla, de mobilização da sociedade, passou a atuar de maneira mais centrada, direcionada e em busca de aporte de recursos específicos para os componentes da rede.

Ainda que algumas das características idealizadas pela literatura científica sobre redes não possam ser encontradas no MLPC, o formato de articulação e principalmente os objetivos da ação cooperada mostram que o movimento é uma rede social, e que, como tal, age em função de seus interesses. E ainda que possa trazer ou tenha trazido reais contribuições de caráter mais amplo, mudando uma cultura ou gerando um movimento da sociedade, hoje tem buscado, exclusivamente, a articulação entre seus membros e um maior controle social das políticas educacionais voltadas à infância.

Tipificação MLPC segundo o Quadro 2

Em relação ao Quadro 2 e segundo as informações já tratadas aqui, podemos classificar a Movimento de Luta Pró-Creche da seguinte forma:

- É uma rede **homogênea**, com presença exclusiva de creches e entidades da sociedade civil relacionadas à educação infantil. Ainda que o movimento formalize convênios com entidades comerciais ou que alguns de seus nós sejam financiados pelo governo, a articulação envolve entidades da sociedade civil apenas, sendo essas últimas as que participam das reuniões e deliberações da rede;
- O movimento atua de forma bastante focada em seus objetivos e temática. Assim, há uma tendência em considerá-lo do tipo **monotemático** porque, ainda que a rede tenha abertura para a participação em demais redes, através de seus coordenadores, que

atuam em frentes tematicamente mais amplas, todas suas atuações e interesses mostram-se voltados para questões relacionadas à educação infantil de zero a 6 anos;

- Como colocado anteriormente, a rede é **hierárquica**, apresentando considerável centralidade de poder nas mãos dos coordenadores. Soma-se a isso a percepção de que diferentes recursos institucionais, profissionais e pessoais favorecem determinados atores e instituições no “comando” das redes;
- O **consenso parcial** é a forma utilizada pelo movimento em suas deliberações. A primeira tentativa é sempre de consenso, mas utiliza-se o recurso ao voto, caso o consenso não seja possível. Cabe repetir, no entanto, que há níveis diferenciados de forma de tomada de decisão, segundo a instância a que se refere o processo. Explicando melhor, nas reuniões mensais, e que, para o presente trabalho, considera-se a principal forma de interação da rede, o consenso parcial é o meio utilizado. No entanto, e pelo fato de a rede ser hierarquizada, temos outra instância de tomada de decisão, ou seja, a coordenação, onde prevalece o consenso e a discussão até a tomada de decisão, sem utilização do voto entre seus membros. Na realidade, as entrevistas revelaram que essa coordenação, hoje, é composta, de fato, por 3 pessoas, e não pelas 14 designadas no estatuto;
- O MLPC é **apartidário**, não se constatando nenhuma identidade de seus membros ou coordenadores a partidos políticos, ou qualquer outro tipo de interferência de questões partidárias nas dinâmicas internas da rede social;
- Quanto à abrangência do movimento, seu âmbito de atuação é **local**, ficando suas atividades restritas ao município. Tanto sua atuação como seus nós possuem vínculos com o município, apesar de se articularem de maneira informal com outros fóruns e redes de educação infantil de outras localidades;
- A **interação presencial** constitui o único meio de desenvolvimento das atividades da rede. Assim como nos outros casos aqui estudados, a evolução dos meios de comunicação não mostra-se acessível a todos os membros da rede, o que não permite uma interação virtual. As definições e elaboração de planos de ação são formalizadas em assembleias presenciais, mensais e previamente marcadas no início de cada ano;
- A rede utiliza mecanismos de formalização de suas ações cotidianas, fazendo de si própria uma rede social de caráter **formal**. Suas dinâmicas são registradas em boletins, informativos, jornais, atas, listas de presenças, entre outras formas;

- O MLPC possui ata de fundação, estatuto, registro em cartório e pode realizar parcerias formais com entidades governamentais ou não, inclusive com repasse de verbas. Além disso, lança mão de secretaria executiva remunerada, tem sede, registro de membros e coleta de pagamento dos membros como forma de manutenção da rede. Tais características mostram que esta possui uma **institucionalidade rigidamente estruturada**;
- Em relação a como se dão as interações e as dinâmicas dentro da rede, pode-se considerar que o movimento possui uma **média interação intra-rede**, uma vez que consegue manter suas atividades de forma organizada e com a participação constante de determinada parte de seus membros. Ainda que a Internet não seja uma ferramenta de destaque para a mesma, ela possui mecanismos eficientes de interação de seus membros que fazem com que sua interatividade seja de nível médio. Não se pode considerar que seja uma alta interatividade, uma vez que a rede mostra dificuldades de mobilizar boa parte de seus membros. Já na questão das relações extra-rede, o movimento parece bem menos disposto a interações de cunho mais ideológico, à busca de integração em função de causas maiores, mas ao mesmo tempo apresenta boa capacidade de articulação com entidades importantes e que possuem destacado papel para a rede, como as parcerias com universidades, por exemplo. Nesse sentido, considera-se que a rede possui uma também **média interação extra-rede**.
- Finalmente, em relação à tecnologia da informação, tem-se que a rede é de **baixa conectividade**, com pouquíssima utilização dos benefícios tecnológicos em prol de si mesma. A articulação em rede se deve mais ao reconhecimento de que uma ação integrada; com uma nova forma de atuar, contando com novas articulações, garante maior acesso a recursos, do que tenha sido instigada por ferramentas como a Internet, por exemplo.

4.2.3 Fórum Mineiro de Reforma Urbana - FMRU

O Fórum Mineiro de Reforma Urbana (FMRU) é um espaço de articulação entre entidades dos movimentos populares, associações de classe, ONGs e instituições de pesquisa, acadêmicos e técnicos do poder público. Tem como finalidade, desde seu início, em 2005,

atuar na busca do controle social das políticas urbanas e garantir a participação popular nas cidades mineiras, ainda que o Fórum possua forte articulação nacional. Dentro da área das políticas urbanas, o FMRU procura atuar com a habitação de interesse social, planejamento urbano, saneamento ambiental, transporte e mobilidade.

Em relação à história do FMRU, é interessante recordar que, na segunda metade da década de 90, houve o surgimento, em Belo Horizonte, de diversas associações ligadas à questão da moradia popular, incentivadas, em parte, pela política habitacional da Prefeitura de Patrus Ananias (1993-1996), que adotava como critério atender famílias organizadas em associações. Com o aumento das associações dos “sem-casa”, diferentes metodologias de trabalho com habitação de interesse social foram surgindo, além de considerável aproximação com partidos políticos e parcerias com a prefeitura de Belo Horizonte.

O Fórum Mineiro se articulou impulsionado por ações do Fórum Nacional de Reforma Urbana, que naquela época apontava como um dos objetivos apoiar e ajudar a criar, onde não existiam, articulações em rede pela reforma urbana. Com a missão de organizar o *I Seminário Mineiro de Reforma Urbana*, vários segmentos da sociedade civil ligados a questões urbanas foram convidados para participar da rede. Nas reuniões convencionou-se que a coordenação seria de associações civis como: movimentos sociais, ONGs e entidades de classe. Uma ONG ficou responsável por sua secretaria executiva, ordenando e organizando as atividades.

O *I Seminário Mineiro de Reforma Urbana* realizou-se em 2005 e serviu para retomar o diálogo entre os diversos movimentos sociais, trazendo novamente à tona questões a respeito das dificuldades porque todas as associações passavam em relação a atual configuração das metrópoles brasileiras.

As reuniões ocorrem, alternando o local para a realização das mesmas entre as sedes dos movimentos que compõem o Fórum. Apesar de seus integrantes serem usualmente filiados a partidos políticos, o Fórum não apresenta cunho partidário e não possui restrição formal para ingresso dos participantes, desde que os objetivos deste ator estejam em consonância com os da reforma urbana. Os atores podem ser pessoas físicas, jurídicas, associações sem registro ou outros fóruns e redes.

Em termos de conquistas mais recentes, o FMRU cita:

- Reinício do diálogo entre os diversos movimentos sociais urbanos do estado de Minas Gerais;

- Conferência Estadual das Cidades de 2005;
- *I e II Seminário Mineiro de Reforma Urbana*, envolvendo 32 municípios do interior do estado;
- Apoio à consolidação do Fórum Uberlandense de Políticas Urbanas.

O Fórum é composto hoje pelos seguintes atores: Federação das Associações de Moradores de Minas Gerais -FAMEMG, União Estadual por Moradia Popular - UEMP, Movimento Nacional de Luta por Moradia - MNLM, Central dos Movimentos Populares - CMP, Sindicato dos Arquitetos de Minas Gerais - SINARQ, Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB/Seção Belo Horizonte, Frente Nacional dos Vereadores pela Reforma Urbana - FRENAVRU, Movimento pelo Direito ao Transporte - MDT, Movimento de Luta das Vilas, Bairros e Favelas, Fórum Uberlandense de Políticas Urbanas, Observatório de Políticas Urbanas/PROEX – PUC Minas e a ONG Ação Urbana, entre outros.

Caracterização do FMRU segundo o Quadro 1

Relações não hierárquicas – O Fórum em questão não possui hierarquia em sua composição, ainda que nas entrevistas o termo “coordenação colegiada” tenha sido usado algumas vezes. Na verdade, os dados mostram que as pessoas que compõem a citada coordenação são as mesmas que participam do Fórum representando duas entidades. Assim, a forma de coordenação da rede é o sistema colegiado, com participação de todos os membros em todas as instâncias de decisão. A tomada de decisão se dá por consenso, sem utilização de voto em caso de impasse.

Relações independentes – Não há uma relação de dependência entre os membros da rede, ainda que, em alguns momentos, coalizões internas sejam formadas em função de temas mais polêmicos ou da orientação ideológica de cada entidade representada. As reuniões são caracterizadas por livres pronunciamentos, sem uso de sanção ou qualquer forma de restrição ou penalidade, constituindo a dinâmica de interação organizada a cada reunião, sem regras ou local físico. É sempre pauta das reuniões a organização de um próximo encontro, ficando a cargo da secretaria executiva, exercida por uma das entidades componentes, fazer as

articulações necessárias, por meio da Internet e de telefone, para que a próxima reunião ocorra de forma satisfatória.

Diversidade em sua composição – A rede é composta por organizações com atuação em diversas áreas. São elas: ONGs com atuação na questão urbana; organizações ligadas à luta por moradia; organização de associações de moradores; associações de classe; movimentos de bairros e favelas; sindicatos; outros fóruns; entidades ligadas à reforma urbana; universidades; e entidades ligadas à questão da mobilidade urbana. Cada um dos nós da rede é representante de uma organização com ideologias e objetivos próprios, nem sempre convergentes. O Fórum tem espaço para esse tipo de diversidade, ainda que, como se pôde perceber, todas as organizações possuam estreita ligação com a questão urbana.

Interesse comum em relação a uma política – A rede se formou tendo como foco um tema, uma política, uma possibilidade de atuação comum na questão da “cidade para todos”. As peculiaridades de cada nó da rede não são incorporadas em sua dinâmica, ficando sua articulação e ações restritas à questão da reforma urbana. Ainda que o Fórum se articule com outras redes, estas se acham também normalmente ligadas à questão das metrópoles.

Intercambiam recursos – Essa rede não reúne recursos físicos a serem “intercambiados”, sendo sua articulação estreitamente relacionada à necessidade de se exercer “pressão” popular sobre a esfera governamental e acompanhamento de agendas pertinentes ao movimento. A secretaria executiva, algumas vezes, tem acesso a recursos para realização de eventos, mas os mesmos são gerenciados pela secretaria executiva, sem serem identificados pelos demais nós da rede como recurso a ser dividido. A vinculação dos nós da rede não se ache ligada ao acesso a recursos em geral, mas sim a uma maior visibilidade do tema ao qual o Fórum se vê ligado e ao controle social das políticas públicas.

Transnacionalidade – A atuação do Fórum é ligada a Minas Gerais, sendo que em outras regiões o Fórum assume outro nome e outras articulações. No caso específico do FMRU, ele apresenta articulação com fóruns do interior do estado e com fóruns nacionais e internacionais, mas no sentido de compartilhamento de linhas de ações.

Pluralismo orgânico ou ideológico – Ainda que o Fórum atue de forma tematicamente convergente, ele consegue articular a coexistência de entidades com diferentes linhas de atuação e ideologia, conseguindo ainda, com menos facilidade, no entanto, articular diferentes filiações partidárias e históricos. Nesse quesito, entre as redes estudadas, o Fórum Mineiro de Reforma Urbana é o único em que o trabalho de campo revelou que suas dinâmicas internas são perpassadas pelas questões partidárias, principalmente por membros de partidos da

esquerda, como PC do B e PT. No entanto, seria prematuro avaliar que o Fórum não vem conseguindo, nesse seu processo de amadurecimento, convergir as energias das diferentes ideologias e conformações orgânicas em um sentido comum, que no caso é o tema da reforma urbana.

Atuação no campo cultural e ideológico – No caso dessa rede, ao contrário das duas anteriores estudadas, ela busca transformações mais amplas, de cunho normativo-ideológico, e esta é sua única linha de ação. Não há atividades que visem ao atendimento de demandas específicas ou que busquem a provisão. A atuação da rede se dá basicamente pela organização de atividades socializadoras de informação, articulação entre os movimentos do estado de Minas Gerais e pressão popular através de manifestos e manifestações nos processos para o controle social das políticas voltadas para a questão urbana.

Informalidade relativa – A rede é absolutamente informal, sem nenhuma forma oficial de registro ou arquivamento de informações. Na verdade, apesar de haver uma secretaria executiva, assumida por uma das entidades, ainda assim as atividades da rede se organizam de forma ocasional, em função, basicamente, de agendas externas, não tendo essa rede um plano de ação próprio, oficialmente formatado e a ser seguido. O FMRU não possui sede, não tem financiamento, atas ou regimentos. As únicas formas de registro e planejamento de atividades são o telefone, a Internet e o *e-mail*, uma vez que todas as entidades representadas têm acesso à tecnologia da informação, ainda que com dificuldades. O Fórum é composto, também, por atores que representam outras redes.

Não centralidade (policentrismo) – Ainda que se possa falar em coordenação colegiada, com 100% de representatividade, assim como nos demais casos, é bastante difícil falar sobre possibilidade de manutenção desta rede sem a presença de atores que, em função de um maior aporte de recursos, centralizem, ainda que em baixo grau, as atividades das redes estudadas. No caso do FMRU, a secretaria executiva, assumida por um dos nós da rede, se destaca, havendo um ator que centraliza as atividades da rede em função de ter melhor acesso a recursos materiais e maior número de pessoas com capacidade de atuar como agentes mediadores e conciliadores nas discussões do Fórum. Neste caso, especificamente, o trabalho de campo revelou intensa dependência da rede em relação a empreendedores sociais, principalmente na produção da convergência de diferenças ideológicas e políticas para a construção de uma plataforma de luta comum, no acesso a recursos, tais como material de escritório e verba para eventos, e acesso a agendas de outras esferas, como as das universidades. No entanto, o Fórum demonstra ainda precisar de tempo para fugir das

influências que seus nós trazem para a rede em função de suas entidades originais. Muitas vezes a ação da rede é “obscurecida” pela tendência dos nós em atuarem na temática em que estão envolvidos, principalmente os movimentos ligados à moradia popular.

Funcionamento por auto-regulação – O Fórum funciona informalmente, construindo regras próprias para cada uma de suas atividades e atuações. As regras são discutidas a cada passo dado pela rede e de forma conjunta. Não se pode identificar uma forma constante, mais enraizada, de regulação de suas dinâmicas, a não ser a necessidade de reuniões presenciais para a deliberação sobre os temas propostos.

Modo espontâneo de ação – A rede ainda não conseguiu encontrar sua linha de atuação própria, espontânea e ligada aos dilemas da própria rede e de sua temática. É nítido que a atuação do Fórum se mostra fortemente atrelada às agendas externas e, muitas vezes, a agendas de alguns de seus membros. O Fórum não tem plano definido e nem posicionamentos teóricos ou ideológicos que possam ser identificados como resultado da articulação de várias entidades. Suas atividades apresentam-se muito relacionadas às linhas de ação de redes mais antigas ou que possuam consolidado tempo de atuação, tendo suas frentes de trabalho já definidas. Nesse sentido, sua atuação fica restrita às inúmeras demandas vindas das agendas governamentais, fóruns parceiros, movimentos sociais e demais entidades.

Parceria voluntária – Não há nenhum critério que regule a entrada e saída de membros no Fórum, ainda que se perceba grande resistência à entrada de atores que não representem a sociedade civil organizada. Desde sua criação, em 2005, o Fórum permanece com mesmo o número de representantes. Não há preocupação do Fórum em relação à ampliação de seus membros nem de seu tema. O *lobby* da habitação tem força muito grande, o que chega a ser um empecilho para o crescimento e afirmação do Fórum, uma vez que a entrada de novos atores e sua ampliação para novos temas ligados ao urbano ficam limitadas, recebendo ele pouco investimento por parte dos membros.

Manutenção da autonomia de cada nó da rede – Os membros da rede possuem autonomia total de ação, chegando mesmo a comprometer a manutenção do Fórum em função da priorização de suas entidades sobre as atividades da rede. O trabalho de campo mostrou que o excesso de atividades dos atores sociais vem tendo peso considerável na desarticulação do Fórum, sendo isso agravado por uma participação pontual das entidades em função de seus interesses. Apesar de contar, hoje, 11 membros, a média de atores presentes em cada reunião gira em torno de 4 ou 5, havendo sempre há a presença da entidade que assumiu a função de secretaria executiva. Tal fato deixa evidente que, para além da manutenção da autonomia de

cada um dos nós das redes, seus componentes tem tratado o Fórum como extensão de suas atividades específicas, por ele só se interessando quando suas atividades se aproximam, de alguma forma, das atividades da entidade original do ator. A isso, soma-se a já mencionada “hipercidadania” de alguns atores, que atuam em diversas linhas de ação, não o conseguindo de maneira mais efetiva na consolidação do Fórum.

Chama a atenção, no Fórum, o fato de ser a rede mais recentemente formada. As dificuldades enfrentadas pela rede poderiam ser atribuídas a sua “juventude”, mas é interessante observar que, apesar da breve existência, o Fórum enfrenta os mesmos problemas e identifica os mesmos entraves que as demais redes. Dependência em relação a empreendedores sociais, falta de infra-estrutura para sua atuação, problema com o quórum nas atividades presenciais e dificuldade de comunicação com a sociedade civil, a qual o Fórum representa, aparecem como principais desafios comuns em relação às redes mais “experientes”. Outra peculiaridade do Fórum é que, apesar de seu cunho apartidário, ele mostra forte identificação com a esquerda e atua, normalmente, em oposição ao governo, seja ele do PT, como no governo federal, seja ele do PSDB, como no governo estadual. No entanto, a rede não fala em nome de partidos nem os representa. A trajetória de seus empreendedores na história partidária brasileira traz tal influência para a rede. Mas, ao mesmo tempo, essa identificação entre os atores, em função dessa trajetória, parece facilitar a coesão e a obtenção de consenso na rede, quando superados outros entraves, como falta de quórum ou falta de interesse pelo tema a tratar-se, por parte de alguns atores.

Um ponto a se ressaltar aqui, mas que aparece em todas as redes, é a atuação de atores com trajetória de liderança comunitária e com alta identificação com os problemas sociais brasileiros. Mais que isso, atores oriundos das classes baixas e que vivem a realidade dessa grande parte da população. Tal consideração é importante, na medida em que se identificou que tal trajetória parece gerar um sentimento nesses atores de legitimidade para atuarem em nome de um coletivo, ainda que não ocorram trocas e consulta a esse coletivo. Tal legitimidade parece vir da noção de que existe um bem comum inquestionável, no que se refere aos problemas sociais, como insegurança alimentar, educação, mobilidade, habitação ou mesmo violência. Dessa forma, os atores de todas as redes estudadas falam de uma atuação legitimada mais pela força que essas questões têm na sociedade, pela obviedade da necessidade de uma intervenção nessas áreas, do que de fato uma legitimidade conquistada pela socialização e consulta aos representados e por suas demandas. Isso se verifica em todas

as redes, sendo mais evidente no Fórum, em virtude do perfil de seus atores e mentores principais e em virtude do tema, que é a reforma urbana.

Tipificação do FMRU segundo o Quadro 2

No que tange ao Quadro 2, proposto neste trabalho, apresenta-se a seguinte classificação do Fórum Mineiro de Reforma Urbana:

- Em relação aos tipos de atores que compõem a rede, a presença de uma entidade que representa uma associação entre vereadores de Belo Horizonte leva a classificar, segundo a definição aqui usada no Quadro proposto, a rede como **mista**. Na definição deste trabalho, para considerar uma rede como homogênea teríamos que caracterizar todos os seus nós como entidades que representam a sociedade civil, o que no caso deste trabalho, refere-se a movimentos sociais e demais seguimentos que se organizam em prol de questões relativas à provisão e à regulação, questões essas ligadas aos problemas sociais. Com a presença de uma entidade que representa o legislativo, tem-se a considerar que esta é uma rede de caráter **misto**, no que refere a seus atores, ainda que tenha sido bastante polêmica a entrada de representante de tal entidade na coordenação colegiada. No entanto, o Fórum não teve forças suficientes para barrar essa participação, em função de um forte poder de influência de determinados vereadores na questão urbana.
- A rede é **politemática**, por ser construída em cima de um tema específico, a reforma urbana, sendo fortemente perpassada pela questão do déficit habitacional. Das redes em questão, o Fórum é o mais radical em relação ao tema e à participação dos atores que o compõem, embora atue em várias temáticas, como saneamento, mobilidade urbana, moradia, entre outros. Entretanto, é importante ressaltar que o Fórum também mostra dificuldade em ampliar sua atuação para questões que também possuem relação com o urbano, mas que não estão historicamente ligadas aos tradicionais movimentos do fim do século passado. Como exemplo, aponta-se a dificuldade de ampliação do Fórum para abarcar ações e posicionamentos relativos a lazer, cultura e acessibilidade.

Essas questões podem até vir à tona, mas como apêndices de uma atuação central ligada à moradia, principalmente.

- Como dito anteriormente, o tipo de relação no Fórum não é hierárquica, nem mesmo a rede tem instâncias de participação internas. Em suma, os relacionamentos são essencialmente **horizontais**. Especificamente no Fórum, as questões políticas, por algumas vezes, provocam discussões mais radicais, mas não há nenhum nível de subordinação oficial a nenhum partido ou pessoa. No entanto, isso não significa que atores com mais aporte de recursos não tenham sucesso em se sobrepor em determinadas discussões.
- O formato de tomada de decisões da rede se dá basicamente pelo **consenso parcial**, com intensas discussões e pouca utilização do voto para dirimir impasses, ainda que este já tenha sido usado. Vale lembrar que a rede é formada por uma maioria de pessoas filiadas a partidos políticos (ainda que ela possa ser considerada apartidária) e isso, de alguma forma, ajuda na obtenção de consensos com maior facilidade, uma vez que o Fórum expressa forte atuação política de oposição a determinadas ações governamentais. Apesar de vários dos nós já terem passado por embates expressivos entre eles, em seus históricos, na rede tal característica vêm se mostrando positiva na obtenção de consensos.
- O Fórum Mineiro de Reforma Urbana é de cunho **apartidário**, ainda que fortemente marcado por ações de atores ligados a partidos da esquerda. No entanto, suas dinâmicas não incluem filiação partidária ou veto a atores ou instituições com identidades políticas diferentes. A única restrição da rede parece relacionar-se à participação de entidades que não sejam identificadas por eles como representantes da sociedade civil, como no caso da associação de vereadores. Ainda assim, não conseguiram vetar tal participação, em função de forte influência de atores ligados a tal associação.
- A rede, como seu próprio nome indica, possui atuação **regional**, tendo articulações com outras organizações da sociedade civil, como as municipais e a nacional. Mas em relação a suas intervenções e agendas, ela se restringe ao estado de Minas Gerais.
- O cotidiano das atividades desenvolvidas pela rede pode ser considerado como de **interação presencial**, ainda que todas as atividades do Fórum sejam divulgadas por *e-mail*. No entanto, a dinâmica de funcionamento das reuniões é presencial, inclusive com organização de agenda e definição de metas nessas reuniões. A Internet não pode

ser considerada como forma de interação preponderante entre os nós, devendo ser vista como meio de divulgação de informação apenas, e que tem suas limitações.

- A rede funciona de forma absolutamente **informal**, sem utilização obrigatória de nenhuma forma de registro de atividades e deliberações, ficando a cargo da disponibilidade da entidade que assume a secretaria executiva fazer algum registro das atividades e repassá-las, via *e-mail*, para os demais membros ou parceiros.
- O Fórum não tem nenhum tipo de registro, nem oficial nem extra-oficial, ou mesmo arquivo histórico. Não tem sede, não tem corpo técnico, registro de membros, taxas de adesão, etc. Nesse sentido é uma rede social flexível, e com sua dinâmica dependente de cessão de espaço para reuniões, material de escritório de instituições madrinhas e interesses de empreendedores por sua manutenção e por planejamento de atividades. Como dito anteriormente, o Fórum ainda é tratado como extensão das atividades dos nós, o que muitas vezes o torna dependente do que aqui se chama de “instituição madrinha” para manter esse caráter **flexível**.
- Apesar de as reuniões do Fórum não serem regulares nem contar com um número muito alto de membros, pode-se considerar que a rede possui uma boa interação interna, que se pode classificar como alta, muito em função da participação de seus membros em várias ações conjuntas, em parceria, ainda que esta se dê fora da rede. Os atores que compõem a rede exercem papéis históricos, no que tange aos movimentos sociais mineiros, e isso parece ter grande influência para que a interação deles, na rede, seja forte e gere a possibilidade de superação de atritos e divergências com maior facilidade, além de melhorar o acesso a agendas pertinentes à temática da rede. No entanto, e por questões já arroladas anteriormente, a forte identificação ao tema da habitação e a forte influência da esquerda política entre os membros, faz com que o Fórum tenha pouca capacidade de interação extra-rede, ficando suas ações externas dependentes de mediações por parte de entidades madrinhas ou ONGs, ou mesmo restritas a ações de cunho contestador e reivindicativo. Nesse sentido, pode-se considerar que essa rede possui **alta interação intra-rede** e **baixa interação extra-rede**.
- Em relação ao nível de utilização da evolução da tecnologia da informação nas dinâmicas da rede, pode-se considerar que a rede possui uma **alta conectividade**. Além de ter acesso a agendas em função da utilização de *e-mail* por parte de todos os nós, pode-se considerar que o Fórum tem relativo sucesso no planejamento de suas

atividades presenciais. No entanto, no que se refere à utilização de tal tecnologia para disseminação de informação para a sociedade civil de forma geral, pode-se considerar que isso não faz parte da dinâmica do Fórum. Sua alta conectividade se restringe ao contato entre seus membros. Assim como nas demais redes já estudadas, uma das causas é a exclusão digital da sociedade civil que possui relação com a temática do Fórum, além da dificuldade financeira de determinados nós em se manterem utilizando, com certa frequência, tais benefícios da tecnologia, em função de seu custo.

4.2.4 Frente de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes - FDDCA

A Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais é uma articulação de instituições não governamentais que atuam para a promoção da infância e da juventude, através da participação na formulação das políticas públicas e na divulgação dos direitos da criança e do adolescente.

A FDDCA não é uma associação de direito privado, funcionando como um espaço de discussão, debate e cooperação de atores que trabalham pela garantia e acesso aos direitos da criança e do adolescente. A articulação é fruto da relação entre a Pastoral da Criança e do Adolescente e o Instituto Telemar, que em 1989 convidaram intelectuais, profissionais da educação e outras associações para iniciar um debate em torno dos direitos da criança e do adolescente, principalmente no orçamento das políticas públicas voltadas para este setor.

No início, cerca de 5 entidades participavam das reuniões. Em 2006, o número de entidades articuladas na Frente passam de 40, entre elas: institutos de pesquisa, grupos de estudo, associações de classe, fundações e ONGs. No que se refere à filiação dessas entidades, há uma taxa de adesão de um salário mínimo anual, mas há também outras formas de contribuição, tais como: espaço físico, trabalho de contabilidade, secretaria administrativa e diversos outros serviços, que contribuem para o funcionamento do dia-a-dia da rede.

A coordenação da FDDCA é colegiada, sendo composta por oito instituições: Inspetoria Salesiano; Pastoral do Menor; Instituto Telemig Celular; Cáritas Brasileira; SINDPREF– Sindicato dos Trabalhadores em Entidades Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas de Minas Gerais; FOCON - Fórum Leste Mineiro da Criança e do Adolescente; Fundação Fé e Alegria. Na coordenação, a cada dois anos há um rodízio de entidades. Não

existe uma regra que limita quem possa participar ou não. Entretanto, diferentemente do início da rede, pessoas físicas não podem participar dela, apenas representantes de entidades legalmente constituídas.

A secretaria executiva alterna-se, a cada 2 anos, entre as entidades que compõem a coordenação da rede. Essa secretaria é responsável pelas memórias das reuniões e pelo encaminhamento de notícias da rede para a imprensa e para suas filiadas. Além das reuniões mensais, a forma principal de interação das filiadas é um grupo de discussão na Internet, para o qual o objetivo é o debate sobre as ações da rede.

Além das contribuições anuais, outra forma de realização das atividades é a parceria com outras fundações e ONGs, como a Oficina de Imagens, Gráfica Lutador e a Inspetoria São João Bosco.

A rede tem capilaridade em âmbito estadual, através do apoio à formação de fóruns microrregionais no interior do estado. Esses fóruns atuam de forma integrada na coleta de assinaturas, aderindo a campanhas estaduais e divulgando a plataforma de direitos da criança e do adolescente, onde se destacam as campanhas contra o trabalho infantil e o abuso sexual infantil. Os fóruns regionais no interior do estado são: Fórum Norte de Minas, Fórum Zona da Mata, Fórum Jequitinhonha, Fórum Alto Jequitinhonha, Fórum Leste de Minas, Fórum Sul de Minas, Fórum Vale do Mucuri, Fórum Centro-Oeste Mineiro, Fórum Noroeste, Fórum Noroeste, Fórum Vertentes, Fórum Triângulo e Fórum Metropolitano. Apesar de esses fóruns atuarem em consonância com a Frente, não são considerados nós na rede por não participarem de suas atividades cotidianas.

Além da articulação mineira, a rede integra outros fóruns estaduais que se encontram anualmente para discutir e debater as questões nacionais, onde a Frente possui cadeira na coordenação. A FDDCA articula e integra também outras redes, como: Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil, Fórum Regional de Combate a Exploração e Violência Sexual, Frente Parlamentar dos Direitos da Criança e do Adolescente da Assembléia Legislativa.

Entre suas ações permanentes, a Frente realiza um programa de formação para qualificar a participação de conselheiros nos processos de elaboração, monitoramento e avaliação do Orçamento Público. Outra linha de atuação é, através das suas filiadas, ocupar espaços nas esferas públicas de participação, como os Conselhos e Conferências, organizando um rodízio estratégico, onde representantes da rede possam estar sempre presentes.

Caracterização da FDDCA segundo o Quadro 1

Relações não hierárquicas – A FDDCA é formada basicamente por grandes entidades, com bom aporte de recursos, inclusive humanos, e as relações que se dão em suas dinâmicas de funcionamento mostram haver considerável horizontalidade entre seus membros. Para compreender melhor o ponto, é necessário ressaltar que a rede possui dois momentos de interação de seus membros: as assembleias gerais, onde as atividades da coordenação se distribuem com a sociedade civil em geral; e as reuniões mensais da coordenação. Segundo as entrevistas, as primeiras ocorrem com caráter mais informativo, ainda que ocorram grandes trocas de informações. No entanto, não parece haver momentos em que possam ser avaliados os tipos de relações estabelecidas. Quanto à segunda, a coordenação trabalha de forma horizontal e, de todas as redes, parece ser a que se apresenta a com maior horizontalidade. O que os trabalhos empíricos indicam é a importância da igualdade de recurso, materiais e imateriais, e do porte das entidades envolvidas para que essa horizontalidade tenha sido conquistada pela rede.

Relações independentes – Assim como apontado no tópico anterior, da mesma forma que a horizontalidade representa algo possível na rede estudada, a autonomia entre os atores e a liberdade de ação mostram-se, também, evidentes. A Frente não demonstra trabalhar em clima de retaliações ou punição diante de dilemas e impasses. Mais uma vez chamou atenção o fato de o grande aporte de recursos das pessoas e instituições envolvidas parecer fazer diferença nesse tipo de construção coletiva das dinâmicas internas da rede. Mais que as outras redes estudadas, a FDDCA se apresenta com a dinâmica mais bem estruturada nos termos do que a literatura defendeu, até o momento, como ideal de articulação das redes sociais, ou seja, existência de relações independentes.

Diversidade em sua composição – A rede é formada por diversas organizações que, de algum modo, atuam na área da criança e do adolescente. Atualmente é composta por fundações de grandes empresas, alguns sindicatos, organizações escolares, fóruns temáticos e entidades religiosas. As entrevistas indicaram que cada uma das instituições que tomam parte na rede elege um representante para figurar na Frente. Em outras palavras, como essa rede é formada por instituições de grande porte, as mesmas têm inúmeras e amplas frentes de ação, ficando a cargo desse representante coordenar a participação da instituição na Frente. As entrevistas indicam que não há um envolvimento das entidades com as atividades cotidianas

da Frente, sendo seu papel apenas o de liberar um funcionário para que tome parte em mais essa atividade. Além disso, o trabalho de campo revelou que a representatividade de uma instituição centralizada em uma pessoa constitui uma dificuldade a ser enfrentada pela rede, no que se refere à participação. O excesso de atividades dos empreendedores em função de seu alto grau de engajamento em questões sociais, mais uma vez, parece prejudicar a manutenção das redes sociais e favorecer a ocorrência de ações isoladas, que pouco representam a sociedade civil organizada de fato, ainda que defenda suas questões. A representatividade fica mais a cargo do bom senso e das crenças dos atores do que o fato de uma ampla discussão com a sociedade⁸.

Interesse comum em relação a uma política – A Frente, que possui plano de ações e metas, desenvolve atividades exclusivamente ligadas à defesa dos direitos da criança e do adolescente. O principal papel da rede, segundo os entrevistados, não é desenvolver ações próprias, mas sim criar referências para a atuação das entidades envolvidas, além de servir como agente mobilizador para a organização da sociedade civil, para o controle social dessas ações.

Intercambiam recursos – A Frente não trabalha com captação de recursos e sua manutenção física é garantida mediante a contribuição de um salário mínimo anual, como taxa de adesão, proveniente dos nós da rede, ou da cessão de espaço, recursos físicos e humanos dos nós já participantes. Nesse sentido, a rede não trabalha com a permuta ou distribuição de recursos; mais uma vez, assim como as outras redes, o acesso à informação e a agendas afins constitui o principal recurso a ser permutado entre os nós. Nesse caso, esse é o principal objetivo da rede: ter acesso a informações e agendas, planejar linhas de referência e metas a serem alcançadas pela sociedade civil e atuar fiscalizando o sucesso ou não desse plano de ação. A relação da rede com outras entidades da sociedade civil não passa pela transferência de recursos, mas sim pela mobilização e organização da sociedade civil, de forma geral, mediante a ação de seus nós, em função do plano de trabalho.

⁸Importante ressaltar que, na definição proposta por este trabalho, as redes mistas são aquelas compostas por organizações da sociedade civil mais outros tipos de organizações. No caso da presente rede, um dilema se apresentou, ao se constatar que grandes multinacionais participam da Frente, no entanto em nome de suas Fundações. Essa é uma discussão presente na literatura e há divergência entre a definição do papel dessas fundações enquanto sociedades civis organizadas, terceiro setor, ong, etc. No entanto, não é objetivo deste trabalho aprofundar nessa discussão. Em função dos objetivos do mesmo, cabe considerar que essas fundações não são de fato de representantes do que aqui se considera sociedade civil organizada, mas sim uma forma de interação de empresa e sociedade, em função de sua responsabilidade social e obrigações fiscais. Isso faz com que a FDDCA seja uma rede mista.

Transnacionalidade – A Frente atua apenas em âmbito regional, com centralidade significativa em Belo Horizonte. O trabalho de campo indica que a atuação da Frente, em outras regiões do estado, se dá através do acionamento de entidades interessadas em divulgar a atuação da rede e os temas relativos à infância e à adolescência.

Pluralismo orgânico ou ideológico – A rede tem uma formação plural, no que se refere a seus nós. As diferenças entre eles podem ser detectadas tanto no que se refere ao porte das instituições e seus formatos organizacionais, como na área que atuam, que varia entre ONGs que promovem as mídias alternativas e entidades filantrópicas de acolhimento de menores em situação de risco, entre outras.

Atuação no campo cultural e ideológico – Pode-se considerar que a frente mantém uma atuação mais voltada para as questões de regulação das dinâmicas sociais, contribuindo de forma sistemática para a construção e regulamentação de leis e decretos que garantam o atendimento dos direitos da infância e da adolescência. Apesar de a rede exercer papel importante no acompanhamento do orçamento e utilização de fundos, tais como os dos conselhos municipais e estaduais da criança e do adolescente, a Frente não desenvolve atividade de provisão direta ou atendimento de demandas específicas providas de seu público alvo. Em suma, pode-se sintetizar dizendo que a Frente mantém importante atuação na perspectiva da consolidação de uma nova cultura relacionada às dinâmicas sociais que envolvem as crianças e os adolescentes.

Informalidade relativa – Apesar de ter um caráter diferente das redes já estudadas, como a FAMEMG, por exemplo, não se pode considerar que a Frente tenha a mesma informalidade que o FMRU. Ainda que não possua sede ou mesmo uma secretaria executiva fixa, a rede conta com mecanismos como regimento, planos de trabalho, assembléias fixas, bem como reuniões de coordenação fixa, secretária paga por alguma entidade madrinha, etc. Como em todas as outras redes, a falta de recursos financeiros constitui um problema que, no entanto, vem sendo resolvido na medida em que entidades madrinhas disponibilizam recursos materiais e humanos para as atividades da Frente, havendo uma alternância, a cada 2 anos, de “entidade madrinha”.

Não centralidade (policentrismo) – Em relação a esse tópico, pode-se dizer que a rede possui uma coordenação que centraliza decisões mais administrativas, mas, no geral, a rede funciona de forma colegiada entre todos os nós, inclusive com certa igualdade na capacidade humana e material entre as instituições, que na maioria são de grande porte, bem-estruturadas e com relativo poder financeiro. O trabalho de campo indica, com muita clareza, que essa rede

mantém um funcionamento bem policêntrico, com a igualdade na proposição de pautas, uniformidade nas crenças ideológicas e boa capacidade de tomada de decisão coletiva. Ainda assim, existem atores que se destacam, mas, no caso da presente rede, eles se destacam não pela maior capacidade de influência ou aporte intelectual, ou coisa do gênero, mas por mostrarem grande interesse no tema e fazerem da rede uma extensão de seus trabalhos nas instituições de origem; levam, inclusive, para as mesmas as atividades desenvolvidas na rede, chegando a assumirem nas entidades de origem atividades exclusivamente ligadas aos planos da rede. Normalmente, esses atores estão na Frente desde sua criação e já participaram da coordenação rotativa.

Funcionamento por auto-regulação – A Frente tem regras definidas para seu funcionamento, sendo que a construção destas ocorreu à época da fundação da rede, por meio de um regimento. Atualmente a rede funciona segundo esse regimento, não constando na pauta das reuniões da Frente as dinâmicas da própria rede, com exceção de discussões sobre problemas financeiros e a escolha da coordenação a cada dois anos. Diferentemente do FMRU, que tem seu funcionamento bastante “desformatado”, percebe-se com clareza certa rigidez na dinâmica de funcionamento da Frente, em função de seu regimento e de certa tradição já construída.

Modo espontâneo de ação – A rede possui projeto próprio, plano de ação próprio, agenda própria, inclusive agenda que referencia atividades da sociedade civil organizada em geral, além de atuar em resposta a demandas externas. Pode-se considerar que a rede apresenta um modo espontâneo de ação, não se subordinando a demandas ou ordens externas, além de influenciar as agendas dos demais segmentos, como outras redes ou conselhos formais de participação popular e órgãos governamentais. Diferentemente das outras redes estudadas, a Frente parece ser uma criadora de agendas em relação ao tema da infância e a adolescência.

Parceria voluntária – A entrada e saída de membros na rede é espontânea, não havendo qualquer processo formal para tais ações. O que se detecta, no entanto, é que algumas entidades alteraram suas rotinas em função da Frente, mantendo cargos específicos em suas organizações para que funcionários representem a entidade na rede, designando tais funcionários para assumirem esse papel. Ainda que não se trate de algo corriqueiro, o trabalho de campo indicou que tal característica às vezes interfere no bom funcionamento da Frente, principalmente em relação ao quórum nas reuniões ou participação efetiva durante as mesmas. Segundo os entrevistados, essa falta de identidade entre poucos desses funcionários

indicados e a temática da rede tem favorecido que se sobressaiam determinados atores altamente engajados. O mesmo fenômeno se viu no estudo do MLPC, quando as creches indicam funcionários administrativos para as representarem no movimento, mas sem uma identidade com a temática do mesmo, o que muitas vezes compromete suas atividades, assim como na Frente.

Manutenção da autonomia de cada nó da rede – A Frente mantém suas atividades independentemente das ações desenvolvidas em cada nó da rede. Como dito anteriormente, a rede é composta por médias e grandes instituições, e essas possuem inúmeras frentes de trabalho, em diferentes temáticas. E assim permanecem, sendo a Frente mais uma atividade. A única mudança que se observa no caso dessa rede é o que foi mencionado no tópico anterior: algumas entidades incluíram a Frente como atividade específica de sua organização, inclusive com indicação de funcionário para tal. Mas nada que signifique perda de autonomia em suas demais ações fora dessa rede social.

O principal fato a se ressaltar em relação à Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente é o impacto causado pelo tipo de entidades que compõem a rede. O fato de ser uma rede que agrega entidades de médio e grande porte, com bom acesso a recursos materiais, humanos e, algumas vezes, financeiros, apresenta relevante influência na formatação da rede e em sua forma de atuação. O fato de poder contar com uma secretaria oficial, remunerada, traz grandes facilidades em termo de organização das atividades intra-rede, uma vez que a atores da Frente não precisam despende tempo com esse tipo de atividade, o que potencializa a participação deles apenas nas atividades-fim da rede. Além disso, conseguem se articular com mais facilidade a membros que não têm acesso à Internet, uma vez que têm acesso ao telefone via suas entidades originais e secretaria executiva, que é bem estruturada.

Mais que isso, e importante ressaltar, a Frente consegue se tornar referência em relação a seu tema, sendo uma proponente de agendas e obtendo reconhecimento enquanto rede atuante e de influência, o que lhe dá legitimidade para assumir assentos em conselhos e atuar no controle orçamentário de fundos sociais destinados à infância e à adolescência. A relação dessa importante atuação com o fato de reunir entre seus membros entidades de bom porte financeiro e de demais recursos, reside no fato dessa rede, por atingir tal legitimidade e capacidade de influência, tornar-se interessante para essas instituições, que vêem nela a possibilidade de atuarem com mais eficiência na área social.

No entanto, vale ressaltar que, apesar de maior facilidade de atuação e conquista de legitimação, a rede enfrenta as mesmas dificuldades em relação a seu contato com a sociedade

civil, atuando fortemente em nome da reconhecida necessidade de intervenção pública nas questões sociais brasileiras. E da mesma forma como as outras redes, atribui tal problema à falta de acesso da sociedade à tecnologia da informação e à falta de interesse/capacidade da sociedade em geral para participar de atividades desse tipo.

Tipificação da FDDCA segundo o Quadro 2

- A tipificação dessa rede em função de seus atores é mais delicada, por envolver uma polêmica acerca das fundações, que proliferaram nos últimos tempos, frutos da valorização da responsabilidade social das grandes empresas e das possíveis isenções fiscais, obtidas pelas mesmas, em função de desenvolverem projetos sociais. Se se considerarem essas fundações como entidades da sociedade civil, teríamos que considerar a Frente como uma rede social homogênea, ou seja, composta apenas por nós que venham da sociedade civil organizada. No entanto, neste trabalho as fundações não se encaixam no que aqui se considera como sociedade civil organizada, formada através de uma iniciativa da sociedade e com o objetivo de influenciar em questões de provisão e regulação das dinâmicas sociais. Desse modo, as fundações, frutos de iniciativas, normalmente, empresariais, seriam representantes do mercado na rede, o que faz dela uma **rede social mista**.
- Pode-se considerar que a Frente constitui uma rede social **monotemática**, fortemente identificada com o tema da criança e do adolescente, ainda que atue em vários temas correlatos. Apenas como exemplo, pode-se citar alguns dos subtemas ligados à rede: prostituição infantil, trabalho infantil, entrada de jovens no mercado de trabalho, menores infratores, entre outros.
- A Frente pode ser considerada **horizontal** em suas dinâmicas de relacionamento, sendo que, ainda que tenha coordenação específica e autônoma na tomada de decisões, estas se referem às questões administrativas e de manutenção física da rede. Em relação a sua atuação ideológica, a rede funciona de forma horizontal e colegiada.
- O **consenso parcial** é a forma utilizada para as tomadas de decisões, ainda que, segundo as entrevistas, o voto embora pouco usado nas decisões e no planejamento de

atividades da rede, seja utilizado mais para tomada de decisões administrativas, dentro da coordenação.

- No que se refere à influência de partidos políticos, a rede é **apartidária**. Entre os atores entrevistados, não há nenhum atualmente filiado a partido político.
- A atuação da rede ocorre em nível **regional**, com forte centralidade na cidade de Belo Horizonte. Sua atuação nas demais cidades se dá através de parcerias locais, com atores que se interessam em reproduzir as atividades da rede em seus locais de origem.
- Ainda que a rede tenha acesso à Internet em função da boa estrutura de seus nós, tal tecnologia é utilizada exclusivamente para agendamento de reuniões ou convocação de atividades extraordinárias. As decisões, articulações e definições de ações são feitas de forma presencial em assembleias, reuniões e câmaras temáticas para discussão de temas específicos ou articulações em função de acontecimentos emergenciais. Em suma, a Frente é, basicamente, uma rede social de **interação presencial**.
- Ainda que a rede possua regimento e tenha planos de ação e metas anuais, não se pode considerar que ela possua um funcionamento formal, com registro de atas de reunião, lista de presenças, arquivos, etc. Em outras palavras, parece possível dizer que a Frente funciona em caráter **informal**, utilizando-se apenas de memórias de reuniões e publicação de alguns panfletos, quando há verba, para divulgar suas atividades. No entanto, um único documento é formalmente produzido desde o surgimento da rede: um jornal trimestral, feito em parceria entre as entidades que a compõem e as entidades externas.
- A Frente possui institucionalidade **flexível**, com funcionamento balizado segundo agenda própria. Possui um regimento, mas não é registrada em cartório nem possui qualquer formalização de parceria ou financiamento. Seu cotidiano de ações acontece em função de seu planejamento anual, mas também em consonância com a necessidade de tomadas de decisões ou posturas perante a determinados acontecimentos ou realidades. Resumindo, a rede não atua em função de sede, funcionários, personalidade jurídica, estatutos ou convênios, mas sim balizada por atuação política em função de determinadas realidades e determinados atores.
- Em relação as suas interações, considera-se que a rede possui **alta interação intra-rede** e **alta interação extra-rede**. A Frente tem boa comunicação interna, com alto grau de consenso, compartilhamento de agenda, ainda que mostre dificuldade em reunir todos os seus membros. Já em suas interações externas, a rede mostra-se em

constante comunicação com os mais diferentes setores da sociedade, principalmente nas instâncias de participação e controle social, como os conselhos deliberativos. Possui jornal trimestral para comunicação de suas atividades e consegue parcerias de empresas, ONGs e governos para algumas de suas ações.

- Em relação ao uso da tecnologia da informação, a rede é de **alta conectividade** na comunicação entre membros e entre seus parceiros, bem como no uso da Internet para acesso a informações afins, principalmente relacionadas ao controle social de determinadas ações governamentais. No entanto, quando se observa sua atuação junto à sociedade civil em geral, ou mesmo entre a rede e demais entidades que trabalham temas afins, a Internet é pouco útil, em função do alto número de atores sem acesso ao sistema virtual de transmissão de informação. Nesses casos, o meio mais utilizado é o telefone.

Feita a análise detalhada de cada uma das quatro redes sociais, segundo os Quadros 1 e 2, apresenta-se a seguir, no Quadro 3, um resumo da classificação dessas redes segundo suas características, com o objetivo de facilitar as análises comparativas que se seguem. Segundo as informações coletadas no trabalho de campo, então, tem-se a seguinte tipificação:

CATEGORIAS	TIPOS	Redes Voltadas para a Provisão		Redes Voltadas para a Regulação	
		FAMEMG	MLPC	FMRU	FDDCA
Atores	homogênea	X	X		
	mista			X	X
Área temática	monotemática		X		X
	politemática	X		X	
Relacionamento	horizontal			X	X
	hierárquico	X	X		
Deliberações	consenso				
	consenso parcial	X	X	X	X
	maioria (votação)				
	centralizada				
Partidarismo	apartidária	X	X	X	X
	monopartidária				
	pluripartidária				

Territorialidade	local		X		
	regional	X		X	X
	nacional				
	transnacional				
Interação	presencial	X	X	X	X
	virtual				
Funcionamento	informal			X	X
	formal	X	X		
Institucionalidade	rigidamente estruturada	X	X		
	flexível			X	X
Interações intra-rede	baixa	X			
	média		X		
	alta			X	X
Interações extra-rede	baixa			X	
	media		X		
	alta	X			X
Conectividade	baixa	X	X		
	alta			X	X

Quadro 3 - Classificação das 4 redes estudadas, segundo o Quadro 2.

Fonte: elaboração própria.

Antes de proceder-se a uma breve análise comparativa das 4 redes, propiciada pelo Quadro 3, cabe ressaltar que é pertinente classificar a FAMEMG e o MLPC como redes que priorizam a provisão de bens e serviços sociais, ao passo que o FMRU e a FDDCA podem ser classificados como redes que priorizam a regulação das dinâmicas sociais e buscam mudanças mais amplas em nível cultural e social.

Sendo um dos objetivos deste trabalho analisar como esses tipos de temáticas incidem sobre os incentivos e sobre os processos de formação das redes sociais em questão, uma apreciação do Quadro 3 permite algumas considerações importantes.

1) Em relação aos *atores*, ao *tipo de relacionamento*, ao *funcionamento*, à *institucionalidade* e à *conectividade*, essas cinco categorias parecem sofrer influência em relação ao fato de a rede ser de provisão ou de regulação. Vejam-se às análises, então, buscando as possíveis correlações entre o tema priorizado e as variáveis listadas acima.

No que tange aos *tipos de atores*, não se verificou a presença de outras esferas, que não a social, nas redes ligadas à questão da provisão. Tanto a FAMEMG quanto o MLPC são formados apenas por organizações da sociedade civil. Provavelmente, isso se dá pela motivação que leva à formação da rede: essas duas redes surgem baseadas em uma carência específica, de caráter social mais emergencial, em função da exposição de parte da sociedade a condições de alta vulnerabilidade. A resposta das organizações sociais, em virtude dessas não adequadas condições de vida, parece favorecer a formação de redes de laços fortes, originadas em cenário próprio, específico, homoganeamente pobre, sem grande trânsito pelas demais esferas. Cabe sugerir, aqui, que parece persistir certa resistência dessas duas redes, certo temor quanto à possibilidade de cooptação pelo Estado.

A segregação, tanto espacial como econômica, pode surtir efeito sobre as formas como se dão as interações de atores e organizações. Alguns estudos, como o de Pavez (2006), vêm mostrando que há uma relação entre pobreza urbana e menor possibilidade de mobilização social, muito em função do alto grau de homogeneidade social entre os segmentos mais pauperizados. A redução do contato entre os diferentes grupos sociais parece gerar efeito sobre as redes sociais, principalmente no que se refere à restrição dos contatos para fora destas e ao acesso a recursos materiais ou não.

Pode-se dizer que morar num local com uma composição social homogênea e com características socioeconômicas “negativas” gera efeitos sobre o acesso a recursos, devido à baixa diversificação de vínculos, uma vez que as pessoas apenas partilham as mesmas informações e os poucos recursos sociais. Quando precisam de informações “diferentes”, devem estabelecer vínculos externos, que são mais frágeis, menos intensos e menos frequentes. Nesse sentido, são essas organizações, formadas por esses indivíduos, que necessitam despende maior esforço para conseguir interagir com organizações em outras posições. Tal necessidade de dispêndio de energia acaba limitando a participação dos atores, o que os deixa ainda mais dependentes de empreendedores sociais. Além disso, a dificuldade no atendimento a essas demandas faz com que o incremento da atuação, com a entrada de outros atores, fique prejudicado, pois a rede acaba reforçando sua atuação de provisão, sem abrir frentes para demais atuações e para demais empreendedores sociais, mantendo-se bastante envolvida com as questões que julgar prioritárias, no caso as ligadas à sobrevivência.

É importante ressaltar que, nas redes estudadas que priorizam a provisão, há um perfil socioeconômico específico das pessoas envolvidas: a FAMEMG e o MLPC são formadas, basicamente, por pessoas de classes mais baixas, com menor poder aquisitivo, menor grau de

instrução e que moram em regiões mais periféricas da cidade. Não só moram nessas regiões, como atuam em organizações também localizadas em áreas mais afastadas da região central. Esses dados corroboram a constatação de que muitos dos empreendedores, e demais pessoas envolvidas na rede, estão contidos num cenário condizente com o tipo de luta encampada pela rede e possuem uma relação mais visceral com as mesmas.

Em suma, o fato de as redes de provisão trabalharem na busca do atendimento de questões básicas de sobrevivência faz com elas surjam formadas por nós pertencentes a áreas segregadas espacial e socialmente. O fato de ocuparem esse lugar mostra haver a necessidade de grande dispêndio de esforço para que consigam ampliar suas redes de relacionamento locais e passem a buscar interações externas, que permitiriam a diversidade na composição da rede formada e um conseqüente aumento no acesso aos recursos materiais e imateriais.

No entanto, o alto investimento exigido por essa mudança, por essa necessidade de transformação em busca da ampliação das redes para que diversifiquem seus atores e empreendedores sociais, construindo nós formados em áreas não homogeneamente pobres, e com boa capacidade de interação com demais esferas, como a governamental, por exemplo, funciona como um filtro para a participação nas redes, ficando delegado aos empreendedores, que possuem perfil pró-ativo e mostram tal energia, o papel de formar, manter e ampliar as redes sociais ligadas à provisão. Isso, sem dúvida, restringe a diversidade de atores, a presença de outras esferas e de outros segmentos, nas redes sociais de provisão. Tanto porque esses atores têm dificuldade de ampliar suas redes externas, tanto porque os empreendedores ficam sobrecarregados de atividades, sendo essa tentativa de ampliação da rede mais uma ação que demanda grande esforço em seu já atribulado cotidiano. Soma-se a isso o fato de esses mesmos empreendedores, pouco presentes numericamente nas redes formadas em função da provisão, também se interessarem por redes de regulação e tomarem parte nestas, em função de seu perfil empreendedor, aumentando suas atividades.

Já as redes ligadas às questões de regulação, como o FMRU e a FDDCA, ao contrário, parecem surgir inspiradas por pessoas ou entidades que atuam de maneira mais educativa, buscando a melhoria do capital social, e com maior acesso às demais esferas da sociedade e a outras agendas e informações. Essas redes surgiram influenciadas por empreendedores sociais que possuem atuação em outras esferas e redes sociais, o que, por si só, amplia a possibilidade de que a rede esteja em contato e inclua as demais esferas (governamental e do mercado) em sua composição. Ao contrário das redes ligadas à provisão, no caso das redes de regulação não se pode falar de um perfil socioeconômico homogêneo de seus membros, mas sim de um

perfil empreendedor homogêneo entre os membros. Isso influi fortemente na forma de atuação dessas redes, principalmente na busca por vínculos que, mesmo mais fracos que os vínculos das redes de provisão, são o diferencial no que tange à ampliação de atores, círculos sociais e grupos sociais diferentes, facilitando o acesso a recursos e aumentando a capacidade de influência.

Em suma, o que se percebe sobre a influência do tema nas redes de regulação é que, por desenvolverem ações relacionadas a questões mais amplas, sobre a cultura participativa e igualdade de direitos, essas redes “atraem” empreendedores sociais advindos de diversas esferas e contextos socioeconômicos, tornando-se, por isso, redes com melhor acesso à informação, às agendas, e com maior capacidade de fazer fluir diferentes tipos de informação. Assim, quando superados certos problemas e quando estabelecidas, tornam-se reconhecidas como redes sociais influentes, o que as mantém atraentes para os diversos tipos de atores, sejam da esfera econômica, social ou governamental. Isso confirma a tendência para esse tipo de rede ter mais probabilidade de diversidade em sua composição.

Em termos de *relacionamento*, as redes de provisão, tais como a FAMEMG e o MLPC, mostram tendência a uma hierarquização, principalmente em função da presença de empreendedores sociais, que acabam precisando assumir uma posição central na rede em função de seus próprios perfis, ficando responsáveis por regras, respostas a demandas, convocação de atividades, deliberações e captação de recursos humanos e financeiros para a manutenção das mesmas. Esses empreendedores também assumem tal posição porque, ao contrário dos demais atores da rede, em função de seu perfil, conseguem reconhecer a necessidade de criação de vínculos que vão além daqueles construídos na homogeneidade social das redes de provisão. A rede parece concretizar-se em função da energia que esses empreendedores empregam também na busca de recursos em outras esferas.

Além disso, as pesquisas desenvolvidas neste trabalho indicam que essa tendência hierarquizante possui, também, relação com a necessidade de representações legalmente constituídas, para o caso de repasse de recursos e acesso a possíveis benefícios governamentais. Isso reforça o papel do empreendedor social, no sentido de formalizar sua autoridade já legitimada na rede, ocupando cargo oficial de presidente, coordenador, entre outros, respondendo legalmente por convênios, pagamento, orçamento e prestação de contas. Sem dúvida, para a dinâmica das redes, tal necessidade de formalização legal de responsável reforça a formação hierárquica da rede.

Já nas redes de regulação (FDDCA e FMRU), que interessam aos mais diversos tipos de empreendedores, a homogeneidade no perfil entre os membros garante, sobremaneira, a horizontalidade nas relações estabelecidas. Essa homogeneidade se refere aos tipos de interesse, acesso a agendas, recursos pessoais de atuação, entre outros (aqui não cabe falar de homogeneidade socioeconômica - os empreendedores sociais vêm das mais diferentes classes sociais), além de se dar pelo nível profissional desses empreendedores, como por suas trajetórias de vida, ou como pelo porte das entidades que representam (e pela necessidade de respeitarem as dinâmicas políticas de tais entidades). Tal fato faz com que haja uma maior maturidade, por parte dos nós, no reconhecimento de que ações horizontais se mostram mais profícuas quando se têm dinâmicas de relacionamentos que envolvem maior equilíbrio entre as partes e que podem ser mais produtivas (não menos tensas e não mais fáceis de serem atingidas) quando usadas para dirimir conflitos. As entrevistas indicam que há certo reconhecimento, por parte desses empreendedores, de que ações horizontais favorecem o fortalecimento da coalizão entre membros da rede, com um conseqüente aumento na capacidade de influência da rede em demais instâncias.

Em relação ao *funcionamento* e à *institucionalidade* das redes, aquelas ligadas à provisão, como a FAMEMG e o MLPC, se mostram mais inflexíveis, utilizando mais mecanismos de formalização e regulação de suas dinâmicas, mostrando uma institucionalidade mais rigidamente estruturada. O histórico dessas redes justifica, em ampla medida, ambas as características, uma vez que tais mecanismos e certas formalidades, jurídicas ou não, representam o que facilita o acesso aos recursos almejados pela rede, através de convênios, parcerias e doações. Além disso, as entrevistas demonstram que a rede atribui a essas características o fato de conseguir manter, ainda que em baixa escala, certa participação dos atores, em geral, nas atividades da rede, uma vez que determinados mecanismos, como a lista de presença, entre outros, servem como forma de condicionamento do acesso ao bem pretendido. Em suma, as redes de provisão precisam de formalidades diversas para que atinjam seus objetivos originais, o que as fazem tender para o desenvolvimento de dinâmicas mais formatadas e utilizarem mecanismos mais formais de funcionamento e controle de suas atividades.

Já as redes ligadas à regulamentação, tais como o FMRU e a FDDCA, não dependem organicamente (nem em termos de participação de seus nós) de tamanha formalidade e institucionalidade para alcançar suas metas. Para além disso, o que faz diferença para esse tipo de rede, no alcance de metas, é a influência que esta exerce sobre outras esferas e atores e

o “peso” de seus componentes. São redes que trabalham mais influenciando em questões legais e orçamentárias (relativas ao orçamento público), do que em convênios ou parcerias. A própria constituição da rede em função de uma temática mais ampla, de regulação e cultural, e, mais importante, em função de sua capacidade de influência em diferentes esferas, faz com que ela seja de interesse dos empreendedores sociais (em função de seus interesses pessoais e de suas atividades); faz com que mecanismos formalizadores ou que engessem certas dinâmicas da rede não sejam tão necessários para a manutenção da mesma. Isso não significa que esse tipo de rede não enfrente, também, problemas como o baixo quórum em suas atividades, mas apenas que esses problemas não têm a mesma dimensão que nas redes de provisão. Por outros motivos, e um deles é o bom acesso dos empreendedores sociais e da própria rede aos recursos da tecnologia da informação, a rede consegue manter suas atividades, ainda que enfrente problemas como o da participação.

Em outras palavras, a temática relacionada à regulação de dinâmicas sociais reforça o fato de não se fazer necessária uma institucionalidade rigidamente estruturada, em função de a rede não trabalhar com convênios, doações, ou se beneficiar diretamente de bens materiais que sejam frutos de políticas governamentais. Além disso, o fato de atrair com mais intensidade diferentes empreendedores sociais – que por sua vez participam da rede levando consigo suas motivações pessoais e melhor acesso a agendas, informações e à tecnologia da informação – propicia uma regulação das atividades internas sem muita necessidade de formalidades.

Finalmente, a diferença no grau de *conectividade* tem motivo óbvio. As redes ligadas à provisão reúnem, como membros, entidades e atores inseridos numa parcela da população que ainda não obtém acesso às evoluções da tecnologia da informação, por se tratar de uma rede que lida com pessoas em situação de vulnerabilidade social. Fica nas “mãos” dos poucos empreendedores, que tomam parte nesse tipo de rede, cuidarem dessa conectividade. Mas, claro, dificilmente conseguem tirar pleno proveito de seu melhor acesso a essa tecnologia, uma vez que seus “parceiros” não compartilham a mesma condição, o que diferencia ainda mais sua atuação, reforçando sua autoridade, já legitimada, como dito anteriormente, pelos demais nós. Já as redes de regulação, como já apresentadas, são compostas por mais empreendedores sociais e esses, ou têm acesso à tecnologia ou possuem uma rede de relacionamentos mais ampliada, que pode vir a facilitar tal acesso. Isso faz com que redes mais amplas, e formadas por mais empreendedores sociais, ligadas a questões de regulação,

consigam lançar mão, com mais eficiência, dessas tecnologias da informação, estabelecendo uma boa conectividade.

2) Em relação à forma de *deliberação*, ao *partidarismo* e aos *tipos de interação*, todas as redes possuem perfil similar, seguindo, em ampla medida, o que propõe a literatura sobre redes sociais.

Todas as redes aqui estudadas, sejam elas relacionadas ao tema da provisão ou ao tema da regulação, trabalham com o *consenso parcial*, demonstrando a tendência de a cooperação se estabelecer em função da construção coletiva de demandas, agendas, deliberações e posicionamentos. No entanto, cabe aqui uma ressalva: de certa forma, há uma diferença entre os dois tipos de rede em relação ao formato de tomada de decisão. Pode-se considerar que as redes de provisão, ainda que no discurso dos entrevistados sejam consideradas democráticas nesse quesito, utilizam o consenso parcial em suas decisões em nível de coordenação. No entanto, isso se dá mais pelo fato de as atividades estarem centralizadas nas mãos dos poucos empreendedores e as decisões ficarem no nível da coordenação, que atua de forma muito autônoma, do que pelo fato de nas dinâmicas que envolvem toda a rede, não ser possível usar o consenso como forma de tomar decisões. Nas redes de regulação, o consenso parcial é utilizado em todas as dinâmicas, sejam elas quando haja reunião de todos os envolvidos, sejam quando se façam necessárias tomadas de decisão em nível mais administrativo, entre seus coordenadores.

Em relação à influência dos temas da provisão ou da regulação no *partidarismo*, parece não haver nenhuma relação direta entre ambos, sendo que todas as redes se mostram apartidárias, ainda que alguns de seus nós, empreendedores sociais ou demais atores, possuam alguma identificação ou forma de relação mais direta e insitucionalizada com certos partidos políticos. Importante lembrar que algumas redes, como a FAMEMG, foram organizadas por partidos políticos, como o PC do B, como forma de organizar a sociedade civil para o atendimento de suas demandas. Hoje, no entanto, essa ligação estreita não existe mais (ainda que filiados ao partido permaneçam na rede), e a rede conta entre seus membros com representantes de outras legendas. Isso parece evidenciar uma das formas de reconfiguração dos movimentos das décadas passadas, no sentido da adoção de uma nova forma de atuação, em que se muda o foco de dependência em relação a instituições mais engajadas socialmente, como Igrejas e partidos políticos, passando para uma dependência mais clara em relação aos empreendedores sociais.

Por fim, tem-se a análise da influência do tema sobre o tipo de *interação dos membros*. Todas as redes são de caráter essencialmente *presencial*, levando a crer que não há uma relação direta entre tema e forma de interação. Nem mesmo as redes regulatórias, que, como já dito antes, têm melhor acesso às tecnologias da informação, tendem a priorizar as interações virtuais. Os membros de ambos os tipos de rede consideram a Internet ou *e-mail* como suporte, e não como uma alternativa para as dinâmicas da rede. De certa forma, o reconhecimento por parte das redes, de que grande parte das organizações envolvidas não tem fácil acesso a essas tecnologias, influi para que a virtualidade não seja considerada como meio eficaz de atuação em rede.

3) Finalmente, em relação ao *número de temas* de uma rede social, à *territorialidade* e às *interações intra e extra-rede*, observa-se, segundo o Quadro 3, que não há um padrão claramente detectável. Cada rede possui uma característica, ficando difícil afirmar ou negar que haja alguma relação dessas variáveis com o tema da regulação e da provisão para a formação e manutenção das redes sociais.

Tendo chegado ao final das análises acerca da influência do tema – um, relacionado à provisão de bens básicos para a manutenção da vida, outro, relacionado às questões de regulação, que envolvem questões mais culturais e de dinâmicas sociais – sobre a formação e manutenção das redes, pode-se concluir que as categorias *tipos de atores*, *forma de relacionamento*, *forma de funcionamento*, *institucionalidade* e *conectividade* constituem as que tendem a ser, de alguma forma, delimitadas segundo o tema da rede.

Mais que isso, parece claro que o tema em função do qual se forma a rede é responsável pela entrada ou não de empreendedores sociais, pela diversidade e pela proporcionalidade de empreendedores na rede em relação aos demais membros, e que esses empreendedores são responsáveis, em grande parte, pela manutenção da rede, sendo eles que balizarão a formatação dela. Em suma, têm-se duas importantes linhas de análise: o tema da rede é influente, principalmente, na medida em que, a partir disto, se concretiza ou se amplia a participação dos empreendedores sociais nas redes sociais; e são esses empreendedores que ditam o “ritmo” de cada rede.

Além disso, outra importante análise a se fazer é o fato de o aumento da cooperação em rede ser atribuído, pela literatura, às evoluções tecnológicas associadas à globalização mundial e, no entanto, perceber-se, nesta dissertação, que isso não teve assim tanta influência, pelo menos na dinâmica interna da rede. Vale ressaltar que essa evolução tecnológica, por outro lado, favorece o comportamento organizado quando possibilita maior divulgação de

atividades, conquistas, e amplia a capacidade de influência dessas organizações. Mas, no que tange às dinâmicas próprias da rede, a evolução tecnológica parece ter influenciado pouco ou menos do que se supõe usualmente.

É nesse sentido que, na próxima seção, se analisará de forma pormenorizada a influência dessas duas categorias na formação e manutenção das redes: de um lado, a dependência da cooperação em rede da sociedade civil, em relação aos empreendedores sociais; de outro, em que medida a evolução tecnológica, principalmente a Internet, influenciou na formação e manutenção das redes sociais estudadas.

4.3 Influência da evolução tecnológica e dos empreendedores sociais na formação e manutenção das redes

Esta seção do presente trabalho busca analisar, com mais cuidado, em que medida a cooperação se efetiva principalmente em função da evolução tecnológica e da atuação de empreendedores sociais. Mais especificamente, procuraremos mostrar por que se está considerando haver uma dependência dos diversos formatos de organização da sociedade civil em relação a esses empreendedores, que se apresentam como o mais importante eixos formador e mantenedor das atividades em rede; e que, ao contrário do que afirma a literatura, a evolução da tecnologia da informação trouxe, também, problemas relativos à representatividade, na medida em que interferiu na comunicação entre esses empreendedores e as demais pessoas envolvidas na rede.

Ainda que a evolução da tecnologia tenha se mostrado responsável pela possibilidade de criação e ainda garanta a manutenção das grandes redes nacionais e transnacionais, em função da relativização das distâncias entre os membros dessas redes e do tempo e custo da comunicação, chama a atenção o fato de a revolução tecnológica aparecer de forma pouco freqüente, ou quase nula, nos discursos dos diversos empreendedores sociais e demais atores das redes estudadas, ainda que a maioria deles tenha vivido nas duas épocas, ou seja, antes da evolução tecnológica e depois. Pelo contrário, eles valorizam a infra-estrutura e os recursos humanos de forma preponderante, considerando o telefone e uma pessoa de perfil administrativo/executivo responsável pela rede como duas das coisas mais importantes para a manutenção da rede de que participam.

Outro fato que chama atenção, na verdade, é uma idéia no mínimo incômoda: ao contrário do que se verifica na literatura recente, a tecnologia da informação tem criado “saías justas” para os movimentos e suas redes, uma vez que se percebe, nas entrevistas realizadas, um distanciamento entre os empreendedores sociais e o que se poderia chamar de suas “bases”, formadas por pessoas que, de alguma forma, possuem relação de interesse com a temática em que se acha envolvido o empreendedor. Existem alguns fatores que podem ser indicados: o primeiro, e mais óbvio, é o não-acesso da maioria da sociedade civil e das organizações estudadas às mais recentes tecnologias da informação, tais como Internet ou *e-mail*. Se o têm, acessam de forma limitada em função de pouco recurso financeiro para pagar contas de telefone ou provedores banda larga. Isso favorece certo desencontro entre empreendedores e bases, uma vez que os primeiros costumam acessar Internet e utilizar *e-mail* como forma preponderante de comunicação, até mesmo por, hoje em dia, ser este o meio mais eficaz de acesso às informações diversas. Como já dito antes, o acesso desses empreendedores – que normalmente possuem infra-estrutura totalmente diferenciada dos demais componentes da rede – às evoluções tecnológicas os torna pessoas mais informadas e com tendência ao uso do meio eletrônico como forma de se articularem.

Em segundo lugar, tais meios expõem os empreendedores a uma gama incontável de informações, redes e demandas, sobrecarregando intensamente seu cotidiano com excesso de atividades e compromissos. Todas as entrevistas realizadas com empreendedores sociais revelaram essa mesma questão e, normalmente, em tom de lamento por parte deles. Soma-se a isso a já discutida tendência atual de atuação em rede, o que traz para as agendas um excesso de atividades para o já limitado número de empreendedores sociais.

A “saía justa”, então, reside no fato de que esses fatores somados indicam uma tendência no mínimo perversa: a exclusão da sociedade civil da possibilidade de acompanhar as atividades de seu interesse através dos meios que são frutos da tecnologia informacional, como a Internet e o *e-mail*, uma vez que não têm acesso a eles; e o problema do excesso de atividades desses empreendedores que, diante do pouco número de pessoas com tal perfil, de seu envolvimento pessoal com atividades ditas sociais e do grande número de frentes de atuação e de demandas advindas da era globalizada e da tendência de formação de redes, tais efeitos, somados, acabam interferindo nos relacionamentos entres esses empreendedores e aqueles que ele representa.

Já em relação aos empreendedores sociais, especificamente, e a seu papel na formação e manutenção da rede, como evidenciou o trabalho de campo, estes podem ser pessoas que

trabalham em instituições mais tradicionais e com maior recurso para desenvolverem tal trabalho, podendo ser remunerados e estimulados a desenvolver mais e mais atividades que envolvam a sociedade civil, assim como podem ser pessoas com participação menos profissionalizada, porém mais “ideológica”. Estes últimos podem até receber por suas atividades, mas é nítido seu envolvimento pessoal com as causas da rede, não sendo o dinheiro o principal motivo da participação.

Em suma, independentemente de como se envolvem com as redes e de como desenvolvem seu trabalho social, os empreendedores são atores de destaque, preocupados com a formação de pessoas que possam atuar nas bases, assim como se preocupam com as questões de provisão. São pessoas que se destacam em sua atuação social e acabam virando referência para os demais. Possuem redes pessoais que lhes ampliam sobremaneira as possibilidades de articulação e acesso a informações, têm interesse por questões ligadas à participação e à justiça social, energia para assumirem uma gama de atividades, bem como para liderar boa parte delas, desfrutam bom “trânsito” nas diversas esferas, entre outras características.

Ainda que os empreendedores trabalhem na formação de mais empreendedores sociais e no incentivo do desenvolvimento do capital social, é nítida a dependência das redes e dos movimentos, para sua manutenção, em relação a eles. Seria extremo afirmar que elas acabariam na falta desses atores, mas não seria errado dizer que perderiam boa parte de sua capacidade articulatória e de manutenção. De alguma forma, redes reúnem entre seus membros organizações de maior porte, ou com acesso a maiores recursos materiais ou imateriais, parecem ter um maior potencial para superar tamanha dependência em relação a esses atores. No entanto, mesmo sabendo que um empreendedor social, por si só, não possa “segurar” uma rede, ainda assim eles se destacam pela forte capacidade de mobilização e articulação. Sem dúvida, a função desses atores se sobressai em relação ao papel das organizações envolvidas nas redes, ainda que a presença de instituições mais tradicionais e com maiores recursos ajude nesse tipo de atividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo os objetivos do presente trabalho, e à luz de todas as discussões ao longo do mesmo, pode-se fazer algumas sucintas considerações finais com o intuito de recuperar as questões centrais descobertas aqui.

Viu-se que os movimentos sociais do Brasil foram considerados como a principal forma de participação e reivindicação popular a partir da segunda metade do século XX, responsáveis por grandes mudanças no contexto político brasileiro, principalmente; e que diante das intensas mudanças nas esferas social, política e econômica, além dos efeitos causados pela globalização e pela grande evolução da ciência, sobretudo da ciência da informação, tais movimentos passaram por transformações, chegando ao que se chama hoje de organização da sociedade civil em rede.

Entidades como a FAMEMG e o MLPC constituem um bom exemplo dessa transformação. Se, de alguma forma, elas ainda se auto-identificam enquanto movimento social, como percebido na fala de diversos atores, este trabalho pretendeu compreender essa Federação como uma rede de associações de moradores, que em momentos determinados atua participando de movimentos sociais, tais como o de moradia, emprego, segurança alimentar, entre outros. Da mesma forma temos o MLPC, que reuniu entidades em torno da formalização e da qualidade da educação para crianças de zero a seis anos, mas também tomando parte em movimentos sociais, como o movimento pela regulamentação das diretrizes de ensino do País.

Pensando nos objetivos que levam à formação de uma rede, tanto a FAMEMG como o MLPC se constituíram em nome da convergência de forças, agregação de empreendedores sociais, de maiores possibilidades de acesso a recursos (de toda sorte) e como forma de ampliarem sua capacidade de influência em nome de seus objetivos. Em suma, segundo os propósitos da cooperação, se organizaram em uma rede social, porém com caráter diferenciado das redes sociais contemporâneas, e vêm se reconfigurando e adaptando suas formas de ação e organização.

No caso do FMRU e da FDDCA, estes apresentam maior proximidade com o que propõe a literatura, mas, ainda assim, não se encaixam, como esperado, nos tipos ideais encontrados na teoria. São redes que se diferenciam por não manterem grande contato com a sociedade civil de forma geral, atuando de maneira mais efetiva no controle de políticas públicas e pela regulação de direitos sociais. Atuam, também, tentando se tornar referência

para a atuação de determinadas instituições que mostram interesse pelos temas com que a rede possui relação.

Em suma, a ocorrência de relações hierárquicas; a atuação em função de demandas pontuais; a formalização legal da rede, entre outras, essas características não são suficientes para que não se classifique determinados formatos de cooperação como redes sociais. Isso porque se tem como ponto de partida que a cooperação em rede se opera em função de benefícios trazidos pelo intercâmbio de recursos materiais e imateriais – objetivo esse detectado em todos os tipos de rede aqui estudados.

Além de trabalhar com cada uma das principais características atribuídas às redes sociais pela literatura, teceram-se algumas análises acerca da influência do tema na formação e manutenção das redes sociais. Como resultado desta pesquisa, evidenciou-se que essas influências ocorrem em relação aos atores, aos tipos de relacionamento, ao funcionamento e à institucionalidade dessas redes. Tal influência se dá, em ampla medida, em função da dificuldade das redes compostas por organizações pertencentes a espaços social e economicamente segregados, com poucos vínculos com demais espaços e esferas, tendo mais dificuldade de acesso a recursos materiais e imateriais, e com baixa presença numérica de empreendedores sociais em sua dinâmica interna, o que também dificulta o intercâmbio desses recursos.

Ao final, identificaram-se dois pontos centrais na formação e manutenção das redes, a saber: primeiro, a importância da presença de empreendedores sociais para que a rede se mantenha e para a determinação, em boa medida, dos “caminhos” que as redes assumem em suas dinâmicas; segundo, procurou-se avaliar a usual constatação de que a evolução tecnológica trouxe apenas boas influências na tendência da sociedade organizada de atuar em rede. Mais que isso, trouxe, também, conseqüências não esperadas, como o possível distanciamento entre representantes e representados, que, no caso do presente trabalho, se refere aos empreendedores sociais e suas “bases”.

Em função do grande número de frentes de trabalho assumidas por empreendedores sociais por causa do fluxo de informação facilitado pela evolução tecnológica, e em conseqüência da exclusão digital que acomete boa parte das pessoas que possuem relações diretas e indiretas com as redes estudadas, percebeu-se que tal diferença vem causando certa debilidade no contato entre os empreendedores e suas “bases”, o que acarreta um problema de legitimidade da representação desses atores centrais.

REFERÊNCIAS

ABROMOVAY, Ricardo. A rede, os nós, as teias: tecnologias alternativas na agricultura. **Revista de Administração Pública**, 2000 No.6, pp.159-177.

ABU-EL-HAJ, Jawdat. O debate em torno do capital social: uma revisão crítica. **Boletim Informativo Bibliográfico**, 1999 No.47, pp.65-79.

ALMEIDA, Ronaldo de & D'ANDREA, Tiaraju. Pobreza e redes sociais em uma favela paulistana. **Novos Estudos Cebrap** 2004, No.68, pp.94-106.

ARATO, Andrew. Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil: orientação para novas pesquisas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1995. v.10, n.27, p.18-27.

AVRITZER, Leonardo. **Modelos de sociedade civil**". In: MITRE, Antônio (Org.). *Ensaio de teoria e filosofia política em homenagem ao prof. Carlos Eduardo Baesse de Souza*. Belo Horizonte, DCP/UFMG, 2004, pp.140-176.

AVRITZER, Leonardo. Democratization and changes in the pattern of association in Brazil. **Journal of Interamerican Studies & World Affairs**, 2000 Vol.42, No.3, pp.59-76.

AVRITZER, Leonardo. Um desenho institucional para o novo associativismo. **Lua Nova**, 1997, No.39, pp.149-174.

AZEVEDO, S. & PRATES, A.A.P. Planejamento participativo, movimentos sociais e ação coletiva. **Ciências Sociais Hoje 1991**. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1991 pp.122-152.

BOSCHI, Renato Raul. Descentralização, clientelismo e capital social na governança urbana: comparando Belo Horizonte e Salvador. **Dados**, 1999 Vol.42, No. 4, pp.655-690.

BOSCHI, Renato Raul *A arte da associação. Política de base e democracia no Brasil*. São Paulo, Ed. Vértice, 1987.

Cadernos ABONG. **ONGs identidades e desafios atuais**, nº 27, São Paulo, Editora Autores Associados, 2000.

CANSINO, César & LEUROX, Sérgio Ortiz. Nuevos enfoques sobre la sociedad civil. **Metapolítica**, 1997, abril-junho, Vol.1, nº 2.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo, Ed: Paz e Terra. 1999.

CHINELLI, Filippina & MEDEIROS Bianca Freire. Três décadas de discussão sobre algumas formas de mobilização popular no Brasil no Urbandata-Brasil/UCAM. **Estudos**, Goiânia, 2003 vol. 30, nº12, pp.2599-2629

COHEN, Jean L. & ARATO, Andrew. **Civil society and political theory**. Cambridge, The MIT Press, 2004.

COSTA, Sérgio. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1997a Vol.12, No.25, pp.121-134.

COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2002.

COSTA, Sérgio. Categoria analítica ou *passé-partout* político-normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil. **Boletim Informativo e Bibliográfico em Ciências Sociais (BIB)**1997, No.43, pp.3-25.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002. pp.279-301.

DAGNINO, Evelina. **Os movimentos sociais e a construção da democracia no Brasil: tendências recentes**. Paper apresentado na IV International Conference of the Association of Iberian and Latin Studies of Australasia (AILASA), La Trobe University Melbourne, Austrália, July 8, 10, 1999.

DOIMO, Ana Maria **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e a participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro, Ed. Relume Dumará, 1995.

DRAIBE, Sônia Miriam. Há tendências e tendências: com que Estado de bem estar social haveremos de conviver neste fim de século? Caderno de Pesquisa NEPP, Nº10. UNICAMP, 1990.

DUARTE, L. F.D. et al. Vicissitudes e limites da conversão à cidadania nas classes populares brasileiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, (1993). Ano 8, No.22, pp.5-19.

FARIA, José Eduardo. **O Direito na economia globalizada**. São Paulo: Malheiros, 1999.

FERNANDES, Antônio Sérgio A. A comunidade cívica em Walzer e Putnam. **Lua Nova**, 2000. No.51, pp.71-96.

FERNANDES, Antônio Sérgio A. O capital social e a análise institucional e de políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, 2002. Vol.36, No.3, pp.375-398.

FERNANDES, Rubem César. **Privado Porém Público: O Terceiro Setor na América Latina**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.

FERREIRA, Marcelo Costa. Associativismo e contato político nas regiões metropolitanas do Brasil: 1988-1996. Revisitando o problema da participação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1999. Vol.14, No.41, pp.90-102.

FONTES, Breno Augusto Souto Maior & STELZIG, Sabina. Sobre as trajetórias de sociabilidade: a idéia de relé social como mecanismo criador de novas redes sociais. **Revista Política e Sociedade**, out. 2004, N° 5, pp. 55-75.

FONTES, Breno Augusto Souto Maior. Capital social e terceiro setor: sobre a estruturação das redes sociais em associações voluntárias. **Caderno CRH**, 1999. No.30/31, pp.239-264.

FONTES, Breno Augusto Souto Maior. A estrutura organizacional das associações políticas voluntárias: um estudo de caso de associações de moradores em Recife. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1996. Vol.23, No.11, pp.41-60.

FONTES, Breno Augusto Souto Maior. Sobre a sustentabilidade das associações voluntárias em uma comunidade de baixa renda. **Tempo Social**, 2003. Vol.15, No.1, pp.159-189.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca & CHINELLI, Filippina. Três décadas de discussão sobre algumas formas de mobilização popular no Brasil no Urbandata-Brasil/UCAM. **Estudos**. 2003. Goiânia, Vol.30, No.12, pp.2599-2629.

GARCIA, Elisa di. O Gosto do Nada: críticas da historiografia brasileira dos movimentos sociais da segunda metade do século XX. **Estudos**, 2003. Goiânia, v. 30, nº 12, p. 2573-2598, dezembro.

GOHN, Maria da Glória. O cenário da participação em práticas de gestão da coisa pública no Brasil no final do milênio: as mudanças no caráter do associativismo. **Cidadania – Textos**, 1998. No.12, pp.9-20, Campinas, Unicamp, Faculdade de Educação.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. SP, Ed. Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória (org). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis, 2003. RJ: Vozes.

GRANOVOTTER, Mark. “The strenght of weak ties: a network theory revisited.” In: **Albany conference on contributor of networks analysis to structural sociology**, (1981).

GRAU, Nuria Cunill. **Repensando o público através da sociedade. Novas formas de gestão pública e representação social**. Rio de Janeiro, Revan, 1998. Brasília, ENAP.

INOJOSA, Rose Marie. **Redes e redes sociais: versão preliminar**. São Paulo: FUNDAP. 1998. 18 p. mimeo.

JACOBI, Pedro. Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas. **Revista de Administração Pública**, 2000. No. 6, pp.131-158.

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde**: São Paulo, 1974-84. São Paulo: Cortez, 1989.

JACOBI, Pedro & NUNES, Edílson. Movimentos Populares Urbanos, participação e democracia. In: **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos: ANPOCS**, 1983. pp. 25-63.

JORDANA, Jacint. El análisis de los policy networks: Una nueva perspectiva sobre la relación entre políticas publicas y Estado?. **Gestion y Análises de Políticas Públicas**, (1995). nº3, pp77-89.

KOWARICK, Lúcio. **Lutas urbanas e movimentos populares**. In: Escritos urbanos. São Paulo, Ed. 34, 2000. pp.57-67.

KOWARICK, Lúcio. Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1987. No.3.

LAVALLE, Adrián G. & CASTELLO, Graciela. As benesses deste mundo: associativismo religioso e inclusão socioeconômica. **Novos Estudos Cebrap**, 2004a. No.68, pp.73-93.

LAVALLE, Adrián G. & CASTELLO, Graciela, BICHIR, Renata Mirândola. Quando novos atores saem de cena. Continuidade e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. **Revista Política e Sociedade**, out. 2004b pp. 35-53.

LAVALLE, Adrián G. Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. **Revista Novos Estudos**, CEBRAP, jul. 2003, nº66.

LAVALLE, Adrián G. *Espaço e vida públicos: reflexões teóricas e sobre o pensamento brasileiro*. Tese de Doutorado em Ciência Política Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas, USP, 2001.

LIMA, Jacob Carlos. **A teoria do capital social na análise de políticas públicas**. Mimeo, 2001.

LINHARES, C.B. & GOMES, L.B. Densidade associativa e seus impactos no Orçamento Participativo de Belo Horizonte. **Revista Pensar BH/Política Social**, 2004 No.9, pp.19-22.

LOIOLA, Elisabeth e MOURA, Suzana. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: FISCHER, Tânia. **Gestão Estratégica: cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1996.

MANCE, Euclides André. **A Revolução das Redes - A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. São Paulo. SP: Ed. Vozes, 2000, p.13-45

MARINI, Caio & MARTINS, Humberto. **Um governo matriarcal: estruturas em rede para geração de resultados de desenvolvimento**. IX Congresso Internacional Del CLAD sobre la Reforma Del Estado y de la Administracion Publica, 2004. Madrid, Espana.

MARQUES, Eduardo César, **Estado e Redes Sociais**: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

MARQUES, Eduardo César. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. **Rev. bras. Ci. Soc.**, out. 1999, vol.14, no.41, p.45-67.

MARQUES, Eduardo César. **Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo**. SP: Ed. Annablume, 2003.

MARTINS, Carlos Estevam & MINHOTO, Laurindo Dias. As redes e o desenvolvimento social. **Cadernos FUNDAP**, nº22, 2001, pp. 81-101.

MAY, Patrícia Zumblick Santos. Redes Políticas. **Revista de História Florianópolis**, 1998. No.6, pp.123-137.

MINTRON, Michael. Policy entrepreneurs and the diffusion of innovation. **American Journal of Political Science**; Austin, jul., 1997 Vol. 41. No. 3, pp. 738 – 770.

MORALES, Carlos Antonio. Provisão de serviços sociais através de organizações públicas não-estatais: aspectos gerais. In: BRESSER PEREIRA, L.C. & GRAU, N.C. (Orgs.). **O Público Não-Estatal na Reforma do Estado**. R.J., Editora FGV, 1999. pp.51-86.

MOURA, Suzana. **A Construção de Redes Públicas na Gestão Pública: Algumas tendências recentes**. *RAC*, 1998. Vol.2, No.1, pp.67-85.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. *L'Analyse des politiques publiques*. Paris: Montchrestien, 1998.

PAKMAN, Marcelo. Redes: uma metáfora para prática de intervenção social. In: DABAS, Eliana; NAJMANOVICH, Denise (Org). **Redes: el lenguaje de los vínculos**. Buenos Aires: Paidós, 1995. pp.294-302.

PAVEZ, Regina Thais. **Políticas públicas e ampliação de capital social em comunidades segregadas**: o programa Santo André. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

POMPERMAYER, Malori J. (Org.). **Movimentos sociais em Minas Gerais**: emergência e perspectivas. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1987.

PUTNAM, R. D. **Bowling alone: the collapse and revival of the American Community.** New York, Simon & Schtulumann, 2000.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia.** Rio de Janeiro, FGV, 1996.

RENON, in: Dicionário do pensamento social do Século XX/editado por William Outhwait, Tom Bottmore; consult. De Ernest Gellner, Robert Nisbet, Alain Touraine, editoria da versão brasileira, Renato Lessa, Wanderley Guilherme dos Santos; trad. Eduardo Fransico Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1996.

RHODES, R. A. W. **European Policy-Making, implementation and subcentral governments: a survey.** Maastricht: European Institute of Public Administration, 1986.

RIBEIRO, Luiz César Q. & SANTOS Júnior, Orlando A. **Associativismo e participação social. Tendências da organização popular no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, OPUR/IPPUR/UFRJ & FASE, 1996.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. Para um conceito de política. **Caderno de Ciências Sociais**, 1999. Belo Horizonte, v.6, n.9, pp.11-20, ago.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Gestão urbana, associativismo e participação nas metrópoles brasileiras. In: RIBEIRO, L.C.Q (Org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade.** Rio de Janeiro, Revan/Fase, 2000. pp.575-600.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Democracia e Governo Local. Dilemas da Reforma Municipal do Brasil.** Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ-FASE e Ed. Revan, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O Estado e os modos de produção de poder social. In: SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice.** Porto: Afrontamento, 1994.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **As razões da desordem.** RJ, Rocco,1993.

SCHERER-WARREN, Ilse & CHAVES, Iara M. **Associativismo civil em Santa Catarina. Trajetórias e tendências.** Florianópolis, Ed. Insular, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais.** 2ª Ed., SP, Ed. Loyola,1996.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo, Hucitec, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos em cena... as teorias por onde andam? In: SCHERER-WARREN, I., et. Al. **Cidadania e Multiculturalismo: a teoria social no Brasil contemporâneo**, Lisboa/Florianópolis: Socius/Editora da UFSC, 2000, pp. 23-51.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos em Cena: ...e as Teorias por onde andam? **Revista Brasileira de Educação**, 1998. São Paulo, No. 9, pp. 16-29.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes e Sociedade Civil Global. In: HADDAD, S (org.). **ONGS e universidades – desafios para a cooperação na América Latina**. São Paulo: Petrópolis, 2002.

SIQUEIRA, Eduardo; HERMANO Castro; ARAÚJO, Tânia Maria de . *EDITORIAL. Ciênc. saúde coletiva., Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232003000400001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09 Fev 2007. Pré-publicação. doi: 10.1590/S1413-81232003000400001*

TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. A Atuação das Organizações Não-Governamentais: entre o Estado e o Conjunto da Sociedade. In: **DAGNINO, E. (ORG.), Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2002b.

TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. O desafio da gestão das redes de políticas. **VII Congresso Internacional Del CLAD sobre la Reforma Del Estado y de la Administracion Pública**, Lisboa, Portugal, 2002a. pp. 01-24.

TONETI, Ivo. Sobre o conceito de sociedade civil. **Serviço Social & Sociedade**, 1990. Vol.11, n.32, pp.74-95.

VIANA, Thereza Cristina Bertazzo S. **Perfil analítico das organizações e das lideranças do associativismo civil em Florianópolis, SC**. Florianópolis, UFSC, 2003. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

WHITEHEAD, Laurence. Jogando boliche no Bronx: os interstícios incivis entre a sociedade civil e a sociedade política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1999. Vol.14, No. 41, pp.15-30.

APÊNDICE – Relação do perfil das pessoas entrevistadas

1. Funcionário com cargo executivo na rede. Possui curso superior e tem como uma de suas funções a elaboração de projetos de cooperação internacional. Trabalha apenas na rede.
2. Empreendedora social reconhecida como liderança histórica na rede. Possui caráter simbólico de representatividade na rede e não acompanha mais as atividades da rede cotidianamente, apesar de consultada nas decisões mais importantes. Sem relação direta com alguma organização.
3. Empreendedora social, que apesar de não ocupar os cargos mais altos da rede, está na frente das decisões, acompanhando o máximo de atividades possíveis, dividindo seu tempo de trabalho na vice-presidência de uma associação, filiada à rede, e ações de caráter mais geral da rede.
4. Duas empreendedoras sociais, educadoras de fundações de grande porte, que compõe a coordenação da rede. São responsáveis, em suas respectivas organizações, por acompanharem as reuniões da rede. Possuem, também, responsabilidades na parte executiva da rede.
5. Empreendedora social, funcionária de uma associação de grande porte filiada à rede, com cargo central na coordenação da rede e na elaboração de textos e notícias sobre a rede.
6. Empreendedora social de uma ONG de grande porte, com atuação em todo território nacional. Tem papel central na coordenação da rede. Participa também de outras redes temáticas.
7. Empreendedora social, coordenadora de uma fundação educacional de grande porte, fundação essa responsável por financiar vários projetos e ações da rede.
8. Ator social de uma ONG de médio porte, ligada à temática da comunicação, responsável pela divulgação de materiais da rede e o acesso a canais da mídia.
9. Cinco atores sociais de organizações de pequeno porte, que atuam de forma local, em bairros. Os entrevistados têm presença na coordenação das entidades que representam e participam da rede.
10. Cinco atores sociais, representando organizações da sociedade civil, de pequeno porte, ligadas à área da educação infantil. As atoras sociais possuem cargo na

direção das entidades que representam e compartilham com a rede, principalmente, informações a respeito de programas e políticas públicas do município.

11. Dois empreendedores sociais de uma ONG de pequeno porte ligada à temática urbana.
12. Três empreendedores sociais ligados a movimentos sociais urbanos de médio porte. Possuem papel central e de coordenação nas organizações que representam e na rede.